

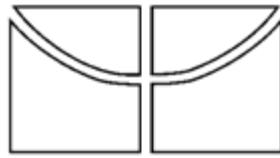


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**A apropriação da internet,
como meio de comunicação,
pelos movimentos sociais
de mobilidade urbana no Brasil**

Luisa Maranhão de Araújo

Brasília, fevereiro de 2014



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A apropriação da internet,
como meio de comunicação,
pelos movimentos sociais
de mobilidade urbana no Brasil**

Luisa Maranhão de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa

Brasília, fevereiro de 2014

Luisa Maranhão de Araújo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A apropriação da internet, como meio de comunicação,
pelos movimentos sociais de mobilidade urbana no Brasil

Aprovado em ___/___/_____.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa – UnB
Orientadora

Prof. Dra. Elen Cristina Geraldês
Universidade de Brasília - UnB
Avaliadora

Prof. Dr. João José Azevedo Curvello
Universidade Católica de Brasília
Avaliador

Prof. Dra. Ellis Regina Araújo da Silva
Universidade de Brasília - UnB
Suplente

Dedico à minha mãe, Lúcia Maranhão, ao meu pai, Cláudio Araújo,
e às minhas avós, Enoé Maranhão e Felizarda Araújo.

Agradecimentos

Eu agradeço a Deus por ter me ensinado a amar este trabalho, prosseguindo mesmo com momentos difíceis, sabendo que as vitórias estariam por vir.

Eu agradeço a meus pais, Lúcia Maranhão e Cláudio Araújo, por terem me propiciado as melhores condições materiais e imateriais para seguir o percurso que eu escolhi.

Eu agradeço às minhas avós, Enoé Maranhão e Felizarda Araújo, pelo cuidado e pela preocupação com o meu futuro profissional e pessoal.

Eu agradeço à minha tia Hermínia Maranhão por ter me acolhido em Brasília, por ter me ensinado a sonhar alto, por ter me mostrado que o mundo é muito grande e interessante.

Eu agradeço à minha orientadora, Janara Sousa, pela paciência e pelo cuidado que sempre se mostrou comigo, em todos os momentos passados neste mestrado.

Eu agradeço aos entrevistados, Aline do Carmo, Caroline Pires Marta e Daniel de Araújo Costa, por gentilmente terem respondido à entrevista solicitada para a pesquisa.

Eu agradeço aos avaliadores da banca de qualificação, Danilo Nolasco e Elen Geraldês, pela avaliação e pelas contribuições decorrentes desta etapa do curso.

Eu agradeço aos avaliadores da banca de defesa, Elen Geraldês, Ellis Regina e João Curvello, por terem se disponibilizado a participar da minha avaliação final.

Eu agradeço aos professores, Pedro Russi e Tiago Quiroga, pelas aulas ministradas, pelas atenções atribuídas e pelo cuidado nos momentos de angústia.

Eu agradeço ao meu irmão de orientadora, Davi de Castro de Magalhães, por dividir as angústias dos prazos de entrega e as alegrias dos aceites de trabalho em revistas.

Eu agradeço aos meus amigos do Curso Clio de Brasília, Emanuela Batista e Laura Delamonica, que torceram e contribuíram para o meu ingresso no mestrado.

Eu agradeço aos meus amigos da Pós-Graduação, Gisele Pimenta, Hadassa Ester, Luciana Kwiatkoski e Noêmia Félix, por todos os apoios e em todas as comemorações.

Eu agradeço ao meu amigo do curso de Comunicação Organizacional, Raphael Sandes, pelo acolhimento durante o período em que trabalhamos juntos e, ao final, por ter me ajudado com a entrega das dissertações.

Eu agradeço às minhas amigas de Goiânia, Kelly Bizinotto, Vívian Maia e Thâmara Zaia, as quais me apoiam e acreditam no meu potencial profissional.

Eu agradeço aos amigos da minha viagem à China, Anna Sou, Clau Freire, Lama Ajawi, Long Xu e Ranie Evadewi, que me fortaleceram com abraços, apoiaram com palavras e torceram pelo meu sucesso nesta etapa final.

Resumo

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa a pergunta: “como os manifestantes dos movimentos sociais se apropriam da internet, enquanto meio de comunicação?”. O trabalho se divide em quatro etapas: a primeira busca estabelecer o conceito de movimentos sociais, de acordo com autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais; a compreensão de meios de comunicação está embasada em autores da Teoria do Meio; e a relação entre estes dois eixos temáticos. A segunda se foca no estudo sobre internet e na constituição de um conceito para a rede mundial de computadores, o qual se diferencia de outros termos, como *on-line*, virtual, cibercultura e *web*. A terceira parte relaciona o tema internet aos movimentos sociais; assim ela se centra em entender como se efetiva a participação política na rede mundial de computadores, no espaço físico brasileiro; em seguida definir o conceito de ciberativista e conhecer ilustrações de movimentos decorridos, como o EZLN, no México; a Primavera Árabe, no Egito; e o 15-M/Indignados, na Espanha. O quarto capítulo é a análise dos movimentos sociais brasileiros que questionam o sistema de mobilidade urbana no país, são eles: Portal Mobilize, Bicletada Floripa e Tarifa Zero Goiânia. As considerações finais apontam que a internet não é igualmente apropriada pelos ciberativistas brasileiros, tal como os mexicanos, egípcios e mexicanos também a utilizam de modos diferenciados.

Palavras-chave: Internet; meio de comunicação; movimento social; mobilidade urbana; Brasil.

Abstract

In order to address the key problem of this dissertation: “how protesters of social movements appropriate the internet as a media of communication?”. The work is divided into four stages: the first seeks to establish the concept of social movements, according to the authors of the New Social Movement Theory; understanding of media is based on authors of the Medium Theory, and the relationship between these two thematic axes. The second study focuses on the Internet and the development of a concept for the network, which differs from other terms like online, virtual, cyberculture and web. The third part relates the internet issues to social movements, so it focuses on understanding how to achieve political participation in the World Wide Web, the Brazilian physical space, then define the concept of cyber activist and realize some examples such as EZLN in Mexico, the Arab Spring, Egypt, and the 15-M/Indignados, Spain. The fourth chapter is the analysis of Brazilian social movements that challenge the system of urban mobility in the country, they are: Portal Mobilize, Bicletada Floripa and Tarifa Zero Goiânia . The conclusions points towards the fact that the Internet is not equally appropriate for all Brazilian cyber activists, such as Mexican, Egyptian and Spanish also utilize different modes.

Key words: Internet; media of communication; social movement; urban mobility; Brazil.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Site do EZLN – Página “Início” _____	72
Figura 02 – Site da Radio Insurgente – Página “Início” _____	73
Figura 03 – Conta no Twitter - @EZLN _____	74
Figura 04 – Fanpage no Facebook do EZLN _____	75
Figura 05 – Fanpage no Facebook do <i>We Are All Khaled Said</i> _____	77
Figura 06 – Manifestante com o cartaz escrito <i>Egypt</i> (Egito, em inglês) _____	79
Figura 07 – Conta no Twitter do <i>We Are All Khaled Said</i> _____	80
Figura 08 – Fanpage no Facebook do “ <i>Democracia real YA</i> ” _____	83
Figura 09 – Conta no Twitter do “ <i>Democracia real YA!</i> ” _____	85
Figura 10 – Site do <i>¡Democracia real YA!</i> _____	86
Figura 11 – Site Institucional do Portal Mobilize _____	98
Figura 12 – Fanpage do Portal Mobilize no Facebook _____	99
Figura 13 – Blog do Bicicletada Floripa _____	101
Figura 14 – Fanpage do Bicicletada Floripa no Facebook _____	102
Figura 15 – Blog do Tarifa Zero Goiânia _____	104
Figura 16 – Fanpage do Tarifa Zero Goiânia no Facebook _____	105

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
Movimentos Sociais e Meios de Comunicação	16
1. Movimentos Sociais	17
2. Meios de Comunicação	24
3. Ilustrações de Movimentos Sociais e Meios de Comunicação	31
4. Considerações Finais	36
CAPÍTULO 2	
Internet	38
1. Perspectiva Histórica da Internet	38
1.1 Panorama Histórico na Pesquisa Comunicacional	43
2. Conceituando a Internet	46
3. Considerações Finais	55
CAPÍTULO 3	
Movimentos Sociais.Org	56
1. Internet e Participação Política	56
2. Ciberativismo	63
3. Ilustrações do Ciberativismo	68
3.1 Exército Zapatista de Libertação Nacional, México	69
3.2 Primavera Árabe, Egito	75
3.3 Indignados/15-M, Espanha	80
4. Considerações Finais	86
CAPÍTULO 4	
Mobilidade Urbana.Br	89
1. Mobilidade Urbana	90
2. Manifestações Sociais por Desobstrução no Trânsito	94
2.1 Portal Mobilize	95
2.2 Bicletada Floripa	99
2.3 Tarifa Zero Goiânia	103
2.4 Análise dos Movimentos Sociais	105
3. Considerações Finais	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE I	127
APÊNDICE II	132
APÊNDICE III	135

Introdução

A construção da internet começou nos anos 1960 e, desde então, os internautas têm se apropriado de forma distinta da rede mundial de computadores, o que contribuiu para a transformação de algumas realidades sociais. Em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) divulgou informações no ambiente *on-line*, sobre os indígenas da região de Chiapas, México. Passados 16 anos, em 2010, os protestos na Tunísia, no Egito e na Síria repercutiram no cenário internacional, com manifestantes usando a internet na conhecida Primavera Árabe. E, em 2011, a crise do euro leva alguns europeus às ruas e, na Espanha, o movimento Indignados/15-M apropria-se dos endereços eletrônicos para informar e opinar sobre os protestos ocorridos nos espaços *off-line*.

No Brasil, a pesquisadora Adriana Coelho Saraiva (2011) pesquisou a ocupação no Plenário da Câmara do Distrito Federal, em 2009, por parte da população brasileira insatisfeita com a atuação profissional de alguns políticos distritais. Segundo a autora, movimentos como estes apropriam-se da internet para convocar atos, difundir conhecimentos de cunho político e estreitar laços com outros grupos dispersos, a fim de promover ações conjuntas (PRETTO, 2011). As manifestações possuem justificativas pontuais, contam com a presença de manifestantes autonomistas defensores da horizontalização dos movimentos, e não buscam a tomada de poder, apenas uma revolução cotidiana que vise à melhoria social (PRETTO, 2011).

Em junho de 2013, parte da sociedade brasileira protestou em favor da melhoria da qualidade de vida da população no país como um todo. Os manifestantes se mostraram indignados com o uso do dinheiro público por parte do Governo¹, o qual investiu na construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014 em detrimento do sistema de transporte coletivo, de saúde e de educação públicos. A visibilidade internacional dos protestos foi potencializada, pois o país sediava a Copa das Confederações na mesma época. As ações foram organizadas em diversas cidades do país, por meio da rede mundial de computadores, que possibilitou: a convocação para os atos, o diálogo e o apoio a diversas causas, a reportagem de fatos não noticiados nos meios de comunicação de massa, dentre outras ações.

¹ Neste trabalho, as palavras Estado e Governo serão compreendidas como sinônimas.

O ato de apropriar-se significa apoderar-se de determinado objeto para fazer o uso que julgar adequado². Desta maneira, mexicanos, tunisianos, egípcios, sírios, espanhóis e brasileiros se apossaram da rede mundial de computadores para defender e divulgar a causa em que se encontravam envolvidos. Contudo, será que eles a utilizam de maneira idêntica? Ou melhor, como os manifestantes dos movimentos sociais se apropriam da internet, enquanto meio de comunicação? Este é o objeto que impulsiona a presente dissertação e, diante da impossibilidade de estudar sobre todos os movimentos sociais que utilizam da nova tecnologia comunicacional, o objetivo da pesquisa está focado no contexto brasileiro e, em específico, naqueles manifestantes que questionam a mobilidade urbana no país.

A escolha do objeto se justifica, pois ele é um caminho, dentre outros, que ajudam a entender os acontecimentos recentes na sociedade brasileira, quando vários movimentos sociais saíram às ruas e exigiram por melhorias no transporte coletivo público, em junho de 2013. Ainda que as manifestações com visibilidade internacional tenham ocorrido em menos de um ano, as discussões em torno desta temática e dos problemas vivenciados pela população do Brasil são antigas, com motoristas criticando os congestionamentos; passageiros, o transporte coletivo público; e todos ressaltando a poluição atmosférica dos gases emitidos pelos automóveis. Estes são desafios de todos aqueles que precisam ir à escola, ao trabalho e ao posto de saúde, por exemplo.

O percurso selecionado para a realização desta dissertação consistiu em revisar a bibliografia acerca dos assuntos principais de cada capítulo desenvolvido na pesquisa. Para o Capítulo 1, “Movimentos Sociais e Meios de Comunicação”, a leitura esteve direcionada para o esclarecimento destes dois conceitos e, em seguida, como eles são trabalhados de forma conjunta. O Capítulo 2, “Internet”, exigiu o desenvolvimento do conceito da rede mundial de computadores e, por isso, as pesquisas estiveram direcionadas para as diferentes compreensões que o termo possui na Academia. O Capítulo 3, “Movimento Social.Org”, demandou o conceito de ciberativista, e o conhecimento da participação política na internet e de manifestações realizadas no México, no Egito e na Espanha. O Capítulo 4, “Mobilidade Urbana.Br”, focou na construção do conceito de mobilidade urbana e a atuação dos movimentos sociais brasileiros: Portal Mobilize, Bicletada Floripa e Tarifa Zero Goiânia.

² Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=apropriar>. Data de Acesso: 28/02/2014.

Concomitante à realização das leituras, estabeleceu-se: os critérios que definiriam os movimentos sociais estudados, o contato e a entrevista com os manifestantes. Os grupos participantes deveriam ter: temática vinculada à mobilidade urbana, presença na rede mundial de computadores e a possibilidade de estabelecer diálogo com a pesquisa. Os dois primeiros critérios permitiriam a inserção de inúmeros movimentos, contudo a internet nem sempre facilita a comunicação entre pessoas de diferentes localidades, pois ainda que a tecnologia comunicacional exista, faz-se importante o interesse em realizar o diálogo entre as partes envolvidas; caso contrário, não há nada o faça. Esta ressalva é necessária, pois o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, no Rio de Janeiro; o Movimento Passe Livre, em Brasília; e o Baratox, em São Paulo, não responderam ao questionário enviado por *e-mail*, como o Portal Mobilize, do Brasil; o Bicletada Floripa, de Florianópolis; e o Tarifa Zero Goiânia o fizeram.

Como a internet também possibilita inúmeras localidades para a disponibilização de conteúdos emitidos pelos internautas, e diante da impossibilidade de abarcar todas as publicações inseridas no meio de comunicação, esta dissertação se foca no endereço eletrônico institucional de cada movimento e em uma rede social, no caso o Facebook. Enquanto o primeiro permite que o próprio grupo fale por si, a segunda garante a construção de perfis *on-line*, o estabelecimento de conexões com outros perfis e o compartilhamento de interesses (RECUERO, 2008). A opção pelo Facebook deve-se ao fato ele ser comum ao Portal Mobilize, ao Tarifa Zero Goiânia e ao Bicletada Floripa; ele foi criado por Mark Zuckerberg, registado em 2004 e objetiva tornar “o mundo mais transparente e menos privativo” (ARAÚJO, 2012).

As entrevistas foram *on-line*, ou seja, as perguntas foram abertas e enviadas por *e-mail*. Esta opção favorece à investigação, pois permite o estabelecimento de contato com pessoas fisicamente dispersas e em situações cotidianas diferenciadas. E, ao mesmo tempo, a entrevista pela rede mundial de computadores também propicia que o manifestante tenha tempo e espaço para elaborar as respostas concedidas. As questões foram enviadas no início do mês de outubro de 2013 para Caroline Pires Marta, do Portal Mobilize; Aline do Carmo, do Tarifa Zero Goiânia; e Daniel de Araújo Costa, do Bicletada Floripa. A ressalva deve-se ao fato de a conversa ser assíncrona e, por isso, dificulta a realização de réplicas, tréplicas e supressão de algumas dúvidas, impedindo que determinadas suspeitas sejam confirmadas, ou não.

Com revisão bibliográfica realizada e a entrevistas respondidas, as categorias de análise foram definidas, são elas: a percepção do conceito de internet, a presença da internet na história do movimento; e o uso da internet. A primeira objetiva perceber como os manifestantes compreendem a internet e, assim, comparar este entendimento aos estudos que conceituam internet. A segunda busca conhecer quando a rede se inseriu no movimento e o inverso, buscando perceber as diferenças do antes e depois da nova tecnologia comunicacional. E, a terceira procura mapear como o Portal Mobilize, o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia apropriam-se da internet para divulgar o conteúdo publicado por eles.

Ao final do estudo, o conhecimento desenvolvido nesta dissertação indica que os manifestantes brasileiros não se apropriam da internet de maneira uniforme, tal como eles também se diferenciam dos movimentos mexicano, egípcio e espanhol. Enquanto o EZLN possui vários endereços eletrônicos, com publicações traduzidas em inúmeros idiomas; o Indignados/15-M e a Primavera Árabe possuem um *site* institucional e uma conta no Facebook e outra no Twitter. E os movimentos sociais brasileiros se caracterizam por ter: o Portal Mobilize, um *site* institucional, um canal no Youtube e uma conta em cada uma das redes sociais citadas anteriormente; o Tarifa Zero Goiânia está presente no Facebook e no Twitter, diferenciando-se dos egípcios e dos espanhóis, pois eles têm um *blog*; e o Bicletada Floripa se distingue do movimento goianiense por não ter Twitter. As particularidades de cada movimento são percebidas com o aprofundamento da análise elaborada ao final desta dissertação.

Capítulo 1

Movimentos Sociais e Meios de Comunicação

Como ponto de partida para esta pesquisa, o capítulo 1 objetiva responder: como se constrói a relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação? Para a elucidação desta problemática, o conceito dos dois temas principais é desenvolvido separada e, depois, conjuntamente. Ao final, a ilustração de cinco movimentos contribuem para o esclarecimento das proposições teóricas, sem, contudo, generalizar ou limitar a realidade como um todo.

A opção por esta abertura da investigação se justifica, pois os movimentos sociais e os meios de comunicação possuem, em conjunto, uma trajetória anterior à internet. E ainda que a rede mundial de computadores seja amplamente utilizada na atualidade, alguns grupos utilizaram no passado e, outros ainda usam no presente, diferentes tecnologias comunicacionais. Tal como a oralidade, a internet também não é óbvia, elas contribuem para a transformação de contextos sociais e, por isso, devem ser estudadas. Para esta discussão, o capítulo se divide em três partes.

A primeira parte privilegia a discussão acerca dos movimentos sociais. Ela inicia com a periodização de manifestações em âmbitos nacionais, continentais e internacionais. Em seguida, trabalha o conceito e as características de movimentos sociais de acordo com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), representada por autores como Jürgen Habermas, Claus Offe, Alberto Melucci e Alain Touraine. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos Processos Políticos (TPP) são desenvolvidas como contraponto de perspectiva do termo investigado.

A segunda etapa se atém ao debate sobre os meios de comunicação. Em princípio, porém, se centra em questionamentos acerca do conceito de comunicação, das correntes de pesquisa elaboradas e de diferentes divisões históricas das pesquisas deste campo do conhecimento. Em seguida, aprofunda-se na discussão sobre os meios, com o apoio de autores da primeira geração a Escola de Toronto, Harold A. Innis e Herbert Marshall McLuhan, e daqueles que continuam o estudo sob a mesma ótica, como: Eric Havelock, Jack Goody, Joshua Meyrowitz, Luiz C. Martino e Janara Sousa.

A terceira etapa costura a discussão de movimentos sociais e de meios de comunicação. Esta conexão é desenvolvida com a ilustração de cinco movimentos

sociais realizados por manifestantes em diversas partes do mundo, que são: o uso da oralidade por Moisés, o personagem bíblico, no Egito; a fita-cassete pelo líder religioso islâmico Aiatolá Komeini, no Irã; o impresso por Martinho Lutero, na Alemanha; e, no Brasil, o rádio pela Pastoral da Criança e o vídeo pelo Projeto Casarão – Centro de Cultura e Convivência da Celso Garcia.

1. Movimentos Sociais

O surgimento dos movimentos sociais na sociedade não é possível de ser definido, pois as pessoas estão em constante movimento, almejando melhorias sociais por meio de inúmeros caminhos, seja em contexto restrito, ou não; seja em grupos com causas similares, ou diferenciadas. No Brasil, o princípio dos estudos acerca dos movimentos sociais urbanos, em específico, pode ser estabelecido com o desenvolvimento de pesquisas realizadas por José Álvaro Moisés, em 1978, e Maria da Glória Gohn, 1979. Eles foram os primeiros pesquisadores a desenvolver a temática em terras brasileiras (GOHN, 2002).

Para compreender a trajetória dos movimentos sociais, diferentes divisões históricas do mesmo objeto auxiliam a compreender o conceito. Díaz-Salazar (2004) periodiza os movimentos ocorridos em âmbito internacional; Garretón (2002) e Scherer-Warren (2008), em abrangência latino-americana; e Maria da Glória Gohn (2002), em terras brasileiras. Assim, percebe-se que grupos distantes podem possuir propostas semelhantes, tal como pessoas próximas podem ter entendimentos diferenciados.

Díaz-Salazar (2004) divide os movimentos sociais internacionais em três etapas: a primeira com a criação a I Internacional, em 1864, até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1937; a segunda com a independência da Índia, em 1947, até a derrota eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em 1990; e, por último, em 1992, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) até os dias atuais. Em todos estes movimentos, a proposta era aglomerar pessoas com pensamentos diversos, em um único espaço, fazendo uma analogia com o mundo, pois a humanidade faz-se presente em um único planeta e cada pessoa tem uma concepção diferente da Terra. Não existe o objetivo de definir uma única meta a ser alcançada, busca-se a melhor forma de conciliar todos os interesses (DÍAZ-SALAZAR, 2004).

O Fórum Social Mundial (FSM) é um exemplo de movimento social no contexto internacional. Ele “é uma convergência de diferentes que querem trabalhar junto por alguns objetivos, não por uma instância de uniformização” (DÍAZ-SALAZAR, 2004, p. 29). Os participantes do FSM não estão preocupados em definir metas a serem atingidas, eles visam à valorização da diversidade dos grupos que o compõem, preservando as particularidades de cada identidade e iniciativas autônomas, em uma área comum (DÍAZ-SALAZAR, 2004).

A perspectiva apresentada por Garretón (2002) centra-se aos limites geográficos da América Latina, diferenciando os movimentos sociais por períodos de regimes de governo: ditatoriais e democráticos. Na primeira fase, todos os grupos lutavam contra um adversário comum: a ditadura. Eles almejavam o fim da censura e a liberdade de expressão, independente de qual seja a opinião de cada um. Na segunda, os movimentos não têm a mesma causa, pois com a garantia de poderem expressar-se livremente, cada pessoa emite a própria opinião, e os movimentos tornam-se esporádicos, fragmentados e defensivos. Neste contexto, os manifestantes têm que lutar pelos próprios direitos, inclusive, defendendo-se daqueles que não compartilham da mesma crença (GARRETÓN, 2002).

Scherer-Warren (2008) também vincula a própria pesquisa ao contexto latino-americano. Comparada à perspectiva de Garretón (2002), ela acrescenta o estado populista, período em que as pessoas não participantes de esferas públicas amplas eram acolhidas por governantes e, por isso, nem sempre faziam as reivindicações sociais como ocorre nos dois períodos seguintes. Segundo Scherer-Warren (2008), as ditaduras contribuíram para a formação de organizações clandestinas e manifestações civis contrárias ao autoritarismo e, ao final do século, a democratização da maioria dos países permitiu que os cidadãos fizessem contatos com diferentes grupos, estabelecendo negociações políticas, às quais podiam beneficiar a todos.

O contexto latino-americano é percebido com o governo de Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Perón, na Argentina, representando o período populista. Em seguida, o Movimento Nacional Popular, referente ao período ditatorial, quando diferentes pessoas lutavam, ilegalmente, contra o autoritarismo (GARRETÓN, 2002). E, na terceira fase, os eixos de luta se alteram e passam a reivindicar: democracia política, que se encontra incompleta; democracia social, relacionada aos temas cidadania-exclusão; reconstrução da economia nacional e a reinserção dos países no mercado internacional; reformulação

da modernidade, pois a ausência desta incide na carência dos sujeitos; e ação coletiva e política, com o aumento do corporativismo. (GARRETÓN, 2002).

Maria da Glória Gohn (2002) refere-se aos movimentos ocorridos no Brasil. Ela os divide em três ciclos: o primeiro com as lutas pelo fim da ditadura e a assistência aos serviços públicos, de 1972 a 1984, que eram movimentos nacionais, sociais populares urbanos e rurais, sindical e estudantil. O segundo com a institucionalização dos movimentos, de 1985 a 1989, com lutas de temáticas específicas, populares e urbanas de âmbito nacional, rurais nacionais e sindicais. E o terceiro, de 1990 a 1997, com o aparecimento de novas pessoas envolvidas nas causas dos movimentos sociais, o fim de alguns grupos e o desenvolvimento de outros, como dos movimentos populares rurais, que geraram os movimentos nacionais, internacionais, populares nacionais, étnicos, de raça, sexo e idade, e sindicais (GOHN, 2002).

A autora exemplifica esta divisão com a citação de alguns dos movimentos ocorridos nos respectivos períodos apresentados por ela. Entre 1972 e 1984, o Brasil teve o Movimento pela Anistia (1977-1978); Movimento pelos Transportes Públicos (1976-1982); a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1974; e a União dos Estudantes (UNE), fundada em 1939. Entre 1985 e 1989, os brasileiros vivenciaram o Movimento pela Redução do Número de Anos do Mandato do Presidente e Retorno das Eleições Diretas (Diretas Já!), em 1985; e a União Democrática Ruralista (UDR), de 1987. E entre 1990 e 1997, os manifestantes lutaram pela Ética na Política – Movimento Nacional Contra a Corrupção, em 1992; o Caras-Pintadas, Movimento Estudantil, de 1992; e o Movimento em Defesa da Amazônia (GOHN, 2002).

Díaz-Salazar (2004), Garretón (2002), Scherer-Warren (2008) e Maria da Glória Gohn (2002) apresentam a história dos movimentos sociais com diferentes enfoques, mas com a percepção de que os interesses das pessoas não são comuns, eles se difundem. No âmbito internacional, Díaz-Salazar (2003) aponta que não há como atender às vontades de todos os grupos; porém, à medida que os limites geográficos se estreitam, evidencia-se que os objetivos foram semelhantes no passado, quando o adversário era comum, e que, alcançadas a finalidade anterior, as metas se alteram, diferenciam-se e fragmentam-se.

Além da periodização histórica, a Academia também compreende estes processos sociais por meio de teorias, como: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Para cada uma delas, há diferentes conceitos e autores como, na primeira,

Zald e McCarthy (1977) que diferenciam movimentos sociais e movimento social organizado; McAdam, Tarrow e Tilly (2009) são pesquisadores da segunda teoria, a qual prefere o termo confronto político a movimentos sociais; e, da terceira, Alain Touraine (1989), Alberto Melucci (1989), Claus Offe (1985) e Jürgen Habermas (1981, 1987) apresentam a problematização de movimento social, a qual é compreendida e aprofundada neste trabalho.

Alonso (2009) e Gohn (2002) sistematizam, diferentemente, a vertente europeia da TNMS. Enquanto a primeira cita como autores da corrente Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, cujas características similares seriam a crítica ao marxismo ortodoxo, mantendo o pensamento no nível macrossocial e relacionando a mudança social a conflitos. Gohn (2002) aponta que os três pesquisadores seriam Alain Touraine, Alberto Melucci e Claus Offe, com o primeiro focando no nível macro e o segundo, microssocial. Quanto a Habermas, ele é mencionado como uma das matrizes teóricas da TNMS, junto com Max Weber, Karl Marx, Michel Foucault, Felix Guattari e Erving Goffman. Desta maneira, a elucidação da TNMS é realizada com o auxílio dos quatro autores citados: Melucci, Touraine, Habermas e Offe.

Em “A Nova Intransparência”, Habermas (1987) discute o Estado de bem-estar social e a descrença nas utopias. O autor descreve o fim do trabalho heterônomo para a vigência do autônomo, uma das razões que dificulta a ação do Estado para promover qualidade de vida à sociedade, tal qual ela almeja. Assim, o pesquisador apresenta três recursos que podem garantir a mudança do sistema de emprego para o mundo da vida: a solidariedade, o poder e o dinheiro; e a atuação do primeiro contribuiria para a não utilização dos dois últimos, pois da solidariedade há a transmissão de conhecimentos e de relacionamentos interpessoais. O Estado de bem-estar social deveria, assim, promover a mobilização de classes menos abastadas em direção às mais abastecidas de poder e de dinheiro (HABERMAS, 1987).

Fundamentada em algumas referências de Habermas, como o artigo citado e no *New Social Movements* (HABERMAS, 1981), Alonso apresenta o entendimento do autor alemão para movimentos sociais:

(...) seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão das estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização profissional, participação, direitos humanos (HABERMAS *apud* ALONSO, 2009, p. 62).

Em uma sociedade solidária, as pessoas visariam à realização profissional, sem o estabelecimento de padrões, elas buscariam qualidade de vida, mas querendo fazer as próprias escolhas, e serem tratadas como iguais nas próprias diferenças. Gohn (2002) destaca dois pontos importantes, apontados por Habermas, sobre as novas atuações: são dinâmicas, ou seja, estão em constante construção de conhecimento e de identidade social; são democráticas, podendo permitir a conformação de uma esfera pública (GOHN, 2002).

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) corrobora com o argumento das transformações dos movimentos ao longo da luta, pois aponta que as estratégias e as táticas se alteram de acordo com o contexto, podendo ser de concordância ou de divergência com o Estado (ZALD; McCARTHY, 1977). Os autores complementam ainda dois aspectos: a base de apoio, composta por pessoas com pensamentos similares e diversos; e o relacionamento com a ampla sociedade, a qual disponibiliza recursos como os meios de comunicação para o desenvolvimento das lutas (ZALD; McCARTHY, 1977).

Assim como Habermas (1987), Claus Offe (1985) assinala que os atores sociais são ativistas em prol da coletividade; os interesses dos movimentos estão vinculados à paz, ao meio ambiente e aos direitos humanos; e os valores são autonomia e identidade dos grupos. O autor, porém, acrescenta tanto sobre o modo de atuação que é dividido em interno (informal, espontâneo e sem hierarquia) e externo (almejando a inclusão social), quanto sobre a capacidade de negociar dos manifestantes, os quais não seriam capazes de realizá-la (OFFE, 1985).

Porque eles não têm nada para oferecer em troca de qualquer concessão que eles demandam. Eles não podem prometer, por exemplo, diminuir o consumo de energia em troca da suspensão de projetos de energia nuclear. [...] Os movimentos também não estão dispostos a negociar, porque eles geralmente consideram tão urgentes os próprios interesses, que não aceitam sacrificar nenhum aspecto (por exemplo, questões relacionadas à sobrevivência e à identidade), sem negar a si mesmo [tradução livre]³ (p. 830/1).

³ *“Movements are incapable of negotiating because they do not have anything to offer in return for any concessions made to their demands. They cannot promise, for instance, lower levels of energy consumption in return for the discontinuation of nuclear energy projects. [...] Movements are also unwilling to negotiate because they often consider their central concern of such high and universal priority that no part of it can be meaningfully sacrificed (e.g., in issues linked to the values of “survival” or “identity”) without negating the concern itself.”* (OFFE, 1985, p. 830/1)

Por um lado, a percepção de Offe (1985) ressalta a importância da solidariedade, pois o manifestante que se propuser a lutar por uma causa, ele não tem garantia de conseguir conquistá-la. Dificilmente alguém poderia afirmar que as pessoas contrárias à ditadura brasileira conseguiriam derrubar os militares. Por outro, os próprios manifestantes devem ser cientes da impossibilidade de atender aos interesses da sociedade como um todo e, por isso, a negociação faz-se primordial para que, aos poucos, os benefícios sociais sejam alcançados.

Quando os movimentos sociais empreendem uma luta em favor de determinada causa, o acordo entre os envolvidos permite que se defina uma solução para a problemática questionada. A Teoria dos Processos Políticos (TPP) entende que o estabelecimento de alianças com membros do sistema político ameaça os processos políticos e a arena eleitoral e, por isso, os manifestantes precisam criar coalizões e ampliar o número de identidades inseridas em causas similares a fim de surpreender o adversário e garantir a eficácia do ato (McADAM, TARROW, TILLY, 2009).

Diferente de Offe (1985), Gohn (2002, 2010) aponta que a TNMS evidencia uma transformação do relacionamento entre Estado e sociedade, compreendendo os governantes como promotores de políticas inclusivas, até mesmo modificando posicionamentos antes contrários ao Estado, em do Estado. A sociedade e os respectivos representantes fazem reconhecimento conjunto das demandas para serem atendidas, existindo a prática do assistencialismo (GOHN, 2002, 2010).

Isto não significa, contudo, que as metas sejam alcançadas, pois o aumento do número de manifestantes amplia a quantidade de interesses, em diferentes contextos territoriais. A globalização também contribui para a desnacionalização das propostas das lutas, as pessoas passam a se identificar com outras que não estão fisicamente próximas. E nessa construção identitária, não há mais a possibilidade de uma imposição no modo de vida por parte do Estado, as pessoas estão em constante formação por meio das redes sociais, as quais garantem a articulação dos grupos, em fluxos maiores e menores (GOHN, 2002, 2010).

Alain Touraine, segundo Alonso (2009), divide a sociedade em industrial e pós-industrial (ou programada). A primeira seria movida pela indústria e pelo trabalho realizado nela; e a segunda, pela cultura com a atuação de minorias socioculturais que visam ao estabelecimento da democracia social. Touraine (1989) acredita que as novas tecnologias da comunicação e da informação tenham suprimido os intermediários, permitindo o desaparecimento da tradição do ensino realizado por uma determinada

pessoa. Assim, a sociedade fica à mercê da “opinião pública” [aspas utilizada por Touraine, 1989], podendo provocar o estabelecimento de decisões descentralizadas, com mobilizações generalizadas e apartidárias.

O sistema político não se enfraquece, “mas se os conflitos fundamentais tendem a aparecer em todos os domínios da vida social, segue-se que não há mais separação clara entre os conflitos e outros tipos de comportamento de não conformidade” (TOURAINÉ, 1989, s/n). Na medida em que tudo se torna conflituoso, a maneira de agir passa a ser mais importante do que a própria causa pela qual se luta, e os manifestantes contrários ao *status quo* se unem para a transformação da realidade, sem estabelecer aliança com representantes políticos (TOURAINÉ, 1989).

Alberto Melucci (1989) define que os movimentos sociais são sistemas de ação e “ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções” (p. 52). Desta maneira, os sistemas de ação estão inseridos em um campo sistêmico, que permite o alcance de conquistas e a superação de desafios, por meio de organizações bem estabelecidas. De forma direta, o autor diz:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites dos sistemas em que ocorrem a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massas) (MELUCCI, 1989, p. 57).

Esta citação, tal como o pensamento de Touraine (1989), atenta para a questão de não considerar qualquer manifestação pública como movimento social. Em atuações contemporâneas, Melucci (1989) acredita que as militâncias são parciais e temporárias, porém solidárias, as pessoas se aliam a diversos grupos, construindo novas formas de organizar movimentos, as quais têm contribuído não só para apresentar os objetivos, como também para tentar alcançá-los. “O meio, o próprio movimento como um novo meio, é a mensagem” (MELUCCI, 1989, p. 62), pois a falta de hierarquia e a informalidade dos movimentos são aspectos que evidenciam como pensam os novos manifestantes, eles buscam rompimentos e transformações contínuas na sociedade.

Na TMR, Zald e McCarthy (1977) definem movimento social (MS) como “(...) um local de opiniões e crenças da população, representando as preferências por

mudanças em alguns elementos da estrutura social e/ou retribuindo a distribuição da sociedade” (p. 1217/1218). Contudo, para eles, nem todo movimento social é organizado, pois este exige uma organização formal, complexa e com metas definidas a serem alcançadas e, o MS nunca estará mobilizado por completo e nem será composto por pessoas envolvidas totalmente na causa (ZALD, McCARTHY, 1977).

E a TPP também diferencia por preferir o termo confronto político a movimentos sociais, revoluções e ações coletivas, pois o primeiro engloba todos os demais, e os três últimos são necessariamente um duelo em que uma das partes envolvidas é o Governo. Ainda assim, movimento social é definido como uma luta entre pessoas com poder e sem poder, e estas últimas lutam por ações afirmativas da própria identidade, realizando ciclo de reivindicações, em redes sociais locais e sociedades domésticas. As atuações dos manifestantes são pacíficas e cumulativas (McADAM, TARROW, TILLY, 2009).

Movimento social é um conjunto de pessoas solidárias, com ideias similares e opostas, reunidas na busca por melhorias sociais. O espaço geográfico ocupado pelos manifestantes pode diferenciar na quantidade de posicionamentos apresentados pelos envolvidos nos protestos, pois quanto maior o número de pessoas maior é a chance das opiniões serem diversas. O regime de governo também diferencia as lutas, afinal quando nenhum dos grupos contrários ao Estado pode se manifestar, todos se reúnem contra o adversário comum; porém, com a mudança de oposição, os posicionamentos apresentados por cada um se dividem.

Nesta interpretação, sociedade e Estado são esferas distintas e detentoras de poderes, as quais se confrontam e se apoiam em diferentes contextos. E, a fim de atingir objetivos, ambas as partes precisam negociar, ceder a determinadas exigências e exigir por outras; o diálogo entre os envolvidos faz parte dos desafios a serem superados na luta por avanços da sociedade. Assim, não existe movimento social não organizado, pois os membros, as táticas e as estratégias estão em constante transformação, o que não significa despreparo para empreender na luta e sim indica a dinamicidade das pessoas que procuram acompanhar as mudanças da coletividade.

2. Meios de Comunicação

Não há uma data que estabeleça o início das publicações sobre a Comunicação. Escritores da Grécia antiga refletiam sobre o processo comunicacional (MIÈGE, 2000),

sem objetivar estabelecer uma área delimitada do conhecimento. Inclusive, a própria ideia de definir a Comunicação como uma área ainda é questionada. Afinal, a Comunicação é uma área, uma ciência, um campo, uma disciplina? Luiz Cláudio Martino⁴, José Luiz Braga⁵ e Tiago Quiroga⁶ são pesquisadores, dentre outros, que investigam a epistemologia comunicacional.

Luiz Cláudio Martino (2010) entende a Comunicação como área do conhecimento autônoma e interdisciplinar, possuindo um objeto específico capaz de aceitar conhecimentos de outras áreas para a construção de teorias DA comunicação, e não teorias SOBRE comunicação, o que significa pesquisar o processo da comunicação em si e não utilizá-la como recurso para investigar outras áreas do conhecimento. Com relação à quantidade de proposições teóricas, não se trata de afirmar se são muitas ou poucas, mas de incentivar a pesquisa para desenvolvê-la enquanto área científica (MARTINO, 2010).

Em meados do século XX, o norte-americano Bernard Berelson (1959) esquematizou o estudo de alguns pesquisadores, apontando os mais relevantes. Segundo o autor, a moderna pesquisa em Comunicação data dos anos 1930, quando, com interesses acadêmicos e comerciais, a Fundação Rockefeller financiou estudos para fazer pesquisas de audiência no rádio – deste ponto em diante, os quatro autores mais importantes são: Paul Lazarsfeld, Harold Laswell, Kurt Lewin e Carl Hovland, sendo que apenas o primeiro estaria centrado em teorias DA comunicação, os demais teriam desenvolvido teorias SOBRE a comunicação realizada em outras áreas do conhecimento (BERELSON, 1959).

Schramm (1959), em resposta a Berelson (1959), afirma que os três pais fundadores da Comunicação teriam sido apenas Lazarsfeld, Laswell e Lewin. O autor ainda afirma que os três estariam no mesmo grau de importância, pois a Comunicação não é uma disciplina única, ela envolve outras áreas e, por isso pode estar vinculada aos estudos (SCHRAMM, 1959) de poder político, presente em Laswell; e de grupos focais,

⁴ Membro dos Projetos de Pesquisa: “Epistemologia da Comunicação Módulo 1: *Epistémologie de la Communication: Scepticisme et Intelligibilité du Savoir Communicationnel.*”, de 2000 a 2002; “Epistemologia da Comunicação Módulo 2: A Produção de Língua Espanhola”, de 2004 a 2007; e “Epistemologia da Comunicação Módulo 3: O Estado da Arte no Universo de Língua Inglesa”, de 2008 a 2010.

⁵ Membro do Projeto de Pesquisa “Estudos de Caso na Constituição do Campo da Comunicação”, de 2008 a 2011.

⁶ QUIROGA FAUSTO NETO, T. Comunicação, andança restauração: possibilidades de uma episteme comunicacional. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 2009.

em Lewin (BERELSON, 1959). A discussão sobre os pesquisadores iniciais da Comunicação se estende aos dias contemporâneos, como na pesquisa de doutorado de Rafiza Cavalcante (2012), a qual buscou compreender a contribuição de Harold Laswell, sob o olhar histórico e epistemológico. E, ao final do estudo, a pesquisadora conclui que “a expressão ‘ilustre desconhecido’ cai como uma luva para expressar esta situação paradoxal de Laswell em relação ao campo da Comunicação” (CARVALHO, 2012, p. 228), de pertencer ou não a este campo do conhecimento.

Ainda que os questionamentos epistemológicos sejam importantes, outros autores direcionam os estudos para a periodização das teorias comunicacionais. Mauro Wolf (1995) escreve o livro “Teorias da Comunicação”, objetivando sintetizar os pensamentos da área. Ele utiliza de critérios para facilitar a compreensão, como: o tempo cronológico, o contexto sócio-histórico-econômico, o tipo de teoria social pressuposta e o modelo do processo comunicativo. Wolf (1995) divide o livro em duas etapas: a evolução das pesquisas da Comunicação de Massa, com discussão sobre a Teoria Hipodérmica, a Abordagem Empírico-Experimental ou “da Persuasão”, a Abordagem Empírica de Campo ou “dos Efeitos Limitados”, a Teoria Funcionalista, a Teoria Crítica, a Teoria Culturológica, o *Cultural Studies* e as Teorias Comunicativas. A segunda parte desenvolve as novas tendências, como a Hipótese do *Agenda-Setting*, o *Gatekeeper* e o *Newsmaking* (WOLF, 1995).

Bernard Miège (2000) também esquematiza a Comunicação, porém de maneira diferenciada. O autor aponta que, nos anos 50 e 60, teriam iniciado as correntes fundadoras da Comunicação, que seriam: o Modelo Cibernético, a Abordagem Empírico-Funcionalista e o Método Estrutural. Nas décadas de 70 e 80, o debate se ampliou com discussões da: Economia Política (Crítica) da Comunicação, a Pragmática, a Etnografia da Comunicação, a Recepção das Mensagens e as “Filosofias” da Comunicação [aspas do autor]. Pesquisas as quais contribuíram para a elaboração de questionamentos como a possibilidade, ou não, do desenvolvimento de uma teoria geral, da diferenciação entre informação e comunicação, da sociedade da informação e a Comunicação como disciplina, ou não (MIÈGE, 2000).

A leitura de Berelson (1959), Wolf (1995) e Miège (2000) permite perceber que as diferentes maneiras como a Escola de Toronto é compreendida por aqueles que se propõem a periodizar a Comunicação. O primeiro acredita que a teorização trazida por tais pesquisadores seja menos relevante e, inclusive, questiona a ciência elaborada por Innis. Wolf (1995) apresenta McLuhan em uma nota de rodapé, descrevendo-o como

um autor polêmico da perspectiva culturológica, por considerar que as tecnologias comunicacionais impactam na organização simbólica das pessoas. Miège (2000) escreve o “Pensamento McLuhaniano” como subitem do item “O método estrutural e suas aplicações linguísticas”.

Muito além do estilo provocador e das referências culturais que enchem suas obras, McLuhan exerce seu poder de sedução com três intuições (em grande parte, encontrada em Harold Innis, outro autor canadense): 1) a ideia de que o fato essencial na comunicação não são os discursos, mas a própria mídia – sua materialidade, diria o midiólogo Régis Debray; 2) a transposição dessa ideia para a história cultural das sociedades; 3) um certo otimismo norte-americano, colorido de humanismo, que o leva a passar despercebidamente na evolução dos meios de comunicação, nos conflitos de interesse e na intervenção das forças sociais. McLuhan é um tanto visionário e pretensioso: embora simplifique certas tendências, devemos reconhecer o fato de ter aberto perspectivas. Ele também cria uma reflexo que, se não fundamenta o pensamento comunicacional, não para de lhe deixar profundas marcas (MIÈGE, 2000, p. 53-4).

A provocação de McLuhan está em instigar as pessoas a pensarem sobre aquilo que elas consideravam óbvias. A preocupação excessiva com o conteúdo presente nos meios de comunicação fazia com que os pesquisadores se esquecessem do meio em que este estava inserido, tratando-os igualmente sem refletir sobre as possíveis influências que estes poderiam acarretar na sociedade a qual estavam implantados. De acordo com SOUSA (2003), esta perspectiva de estudo tem origem canadense, pós-Segunda Guerra Mundial. Harold Innis, Marshall McLuhan, Walter Ong, Jack Goody, Carothers, Eric Havelock, Edmund Carpenter, Daniel Boorstin e Elizabeth Eisenstein pertencem à primeira geração de pensadores, e Joshua Meyrowitz à segunda (SOUSA, 2003).

A diferença entre os dois grupos consiste em que o primeiro se preocupa com a influência dos meios de comunicação na sociedade como um todo, enquanto o segundo busca compreender essa influência no nível micro, do indivíduo (SOUSA, 2003). Acerca da relevância de estudar a Escola de Toronto na área comunicacional, Martino (2008) destaca que

(...) o quadro do programa da chamada Escola de Toronto pode ser entendido como uma série de autores trabalhando no sentido de aperfeiçoar, desdobrar e tornar mais consistente os princípios epistêmicos em torno dos quais giram as diferentes teorias, os diferentes autores. A caracterização da escola canadense de comunicação corresponde, então, a encontrar e definir o núcleo duro,

ou seja, seu fundo epistemológico, pois, mais do que uma teoria particular, as obras desses autores devem ser compreendidas como as bases de um programa de pesquisa (MARTINO, 2008, p. 127).

No trecho acima, Martino (2008) se refere aos autores Innis e McLuhan, eles principiam os estudos na perspectiva dos meios de comunicação, contribuindo para a reflexão sobre a epistemologia da área. Os autores citados por Sousa (2003) também estão vinculados à Escola de Toronto, porém eles não elaboraram, necessariamente, pesquisas em conjunto. E, dando continuidade ao pensamento canadense, esta dissertação está centrada no pensamento de Innis, McLuhan, Goody e Watt, Havelock e Meyrowitz, com contribuições de pesquisadores brasileiros sobre os meios de comunicação, como Luiz C. Martino e Janara Sousa.

A investigação da Escola de Toronto está vinculada a três expressões: império, meios de comunicação e monopólio do conhecimento (MARTINO, 2008). Esta assertiva é percebida na obra de Innis (2011), “O Viés da Comunicação”, quando o autor canadense aponta dois contextos em que percebe esta relação: quando há meios de comunicação duráveis (pedra, argila e pergaminho), o império é de longa duração cronológica, governado por religiosos que detêm o conhecimento por meio de tradições orais e com poderes descentralizados. O segundo seria com os meios de comunicação não duráveis (papiro, papel e eletrônico), os quais permitiram a formação de impérios com extensão territorial ampla, dirigido por governantes seculares/militares, os quais possuem o monopólio do conhecimento com a centralização do poder e a aprovação, ou não, de produções escritas (INNIS, 2011).

Em 1964, Marshall McLuhan aponta a importância de estudar os meios de comunicação e não o conteúdo inserido nele. Segundo o autor, “o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas” (p. 23) e as mensagens contidas nele são tão diversas que acabam impedindo que as pessoas enxerguem o meio. Assim, quando uma sociedade começa a utilizar uma tecnologia comunicacional, ela precisa estabelecer novos equilíbrios para se adaptar a nova estrutura a qual amputa uma parte do corpo, ocupada pelo novo meio (McLUHAN, 1964), no entanto, este processo é lento e, às vezes, imperceptível. Para compreendê-lo, a pessoa deve se distanciar da realidade habitual, como no exemplo citado por McLuhan (1972).

Um aspecto básico de qualquer plateia alfabetizada é a aceitação do papel passivo de consumidor na presença de um filme ou de um livro. Uma plateia africana, no entanto, não aprendeu a seguir em silêncio cada um para si próprio o deslocamento de uma narrativa: esta é uma questão importante. A plateia africana não fica sentada em silêncio, sem participar. Os presentes gostam de participar; de modo que a pessoa que exhibe o filme e faz o comentário deve fazê-lo com vivacidade e ser comunicativa, estimulando e acolhendo as reações. Se há uma situação em que um personagem canta uma canção, esta canção deve ser cantada e a plateia, convidada a participar. Tal participação da plateia tem que ser levada em conta quando se faz o filme, providenciando-se oportunidades para a mesma. Em nossa experiência, os encarregados de comentar e apresentar os filmes, além de sua vivacidade, tinham de ser treinados até o mais alto grau no tocante ao significado do filme em sua interpretação para diferentes plateias. Eram africanos tirados das classes de professores e especialmente treinados para a tarefa (McLUHAN, 1972, p. 67).

Caso não houvesse o choque cultural de tecnologias comunicacionais, a plateia alfabetizada talvez nunca descobrisse que existem pessoas, as quais não compreendem a escrita tal como os primeiros conhecem. Com diferente perspectiva, Havelock (1988) também aborda o assunto sobre sociedade letrada e iletrada, no caso o autor discute a oralidade primária, situação em que não existia a escrita e as possíveis consequências decorrentes dela, como uma crise na cultura oral grega, que resultou na alteração da oralidade (HAVELOCK, 1988). Jack Goody e Ian Watt (2006) listam outras possíveis implicações decorrentes desta mudança tecnológica comunicacional: o surgimento de um passado, diferente do presente; um retrocesso no conceito de democracia; a estratificação social; a formalidade; e a especialização do conhecimento.

Havelock (1988), Goody e Watt (2006) centram-se no letramento, a fim de apontar que a tecnologia comunicacional contribui para a alteração de uma determinada realidade. No período do objeto de estudo dos autores, eles assinalam que o a escrita é um fenômeno recente e transformador, conhecido por pouquíssimas pessoas e capaz de tornar a sociedade incompreensível para parte da população. Tal como o rádio, a televisão e a internet teriam provocado no período em que passaram a ser utilizada pela coletividade. Por meio de comunicação, Martino (2000) conceitua

(...) são dispositivos técnicos que simulam a consciência no duplo sentido em que o produto de sua atividade é uma reprodução virtual de certos estados afetivos de consciência do emissor e no sentido de estados afetivos são simulados no traço material que carrega a mensagem e reproduzidos “pela”, “na” e como consciência do receptor (p. 111).

Estudar os meios de comunicação não é entendê-los sob a perspectiva do determinismo tecnológico, ou seja, o meio seria fator preponderante para a constituição de um dado império, caso não existisse o meio, não haveria império; nem da análise dialética, indicando que tanto o meio influencia na instauração do império, quanto o inverso. Tampouco se trata de uma correlação funcional, quando se estuda um terceiro fator para compreender a relação entre meio e império; ou análise estrutural que visa entender como a estrutura global interfere na constituição do contexto local (MARTINO, 2008). Entretanto, observá-lo com foco na centralidade, que o pesquisador elege, metodológica e epistemologicamente, um dado objeto de estudo para refletir sobre uma dada realidade (MARTINO, 2008).

Os pesquisadores que criticam o estudo da Escola de Toronto costumam se focar, principalmente, no determinismo tecnológico apresentado por Martino (2008) para desmerecer o estudo dos meios de comunicação. No entanto, aqueles, que compreendem as tecnologias da comunicação tal como apontada a última explanação, geralmente estão conscientes de que se trata de um enfoque para investigar dada realidade, sem desconhecer que existem outros fatores capazes de influenciar na obtenção dos resultados finais. Inclusive, este é o pensamento defendido por Martino (2008), que os meios de comunicação não determinam a conformação total de um contexto social, mas eles são fatores relevantes.

Segundo Meyrowitz (1994), a conjuntura da sociedade selecionada pelo pesquisador pode ser tanto no nível macro (cultural), ou micro (individual). O primeiro está presente nos estudos desenvolvidos por Innis e McLuhan, enquanto Meyrowitz (1994) enfoca no micros social, a qual aponta que os meios de comunicação provocam mudanças espaciais, derrubam fronteiras e permitem que a informação seja alcançada em lugares nunca antes atingidos. Novos conhecimentos podem conduzir a um novo comportamento por parte dos indivíduos, o qual foi analisado por Meyrowitz (*apud* SOUSA, 2003) sob três aspectos: grupos de identidade, socialização e hierarquia.

A explosão do choque de culturas se inicia em meados da década de 1960, quando a primeira geração começa a assistir à televisão, antes da idade de ir à escola (o templo da alfabetização). Esta geração rejeita os papéis tradicionalmente atribuídos a jovens e a idosos, homens e mulheres, autoridades e cidadãos. A integração das redes de informação promove uma demanda para a integração de espaços físicos por meio de movimentos do direito civil, movimento feminista,

e o movimento de liberação infantil [tradução livre]⁷ (MEYROWITZ, 1994, p. 67).

Em diferentes contextos, os meios de comunicação contribuem para a transformação dos indivíduos e da sociedade em que eles se encontram inseridos. A oralidade, a escrita, o rádio e a televisão são tecnologias comunicacionais, as quais o desenvolvimento do diálogo. Contudo, a mudança é mais evidente apenas por parte daqueles que vivenciam as distintas realidades, pois os indivíduos que nascem em sociedades letradas podem considerar o letramento como condição óbvia do comportamento social; o que não é verdadeiro. A compreensão dos meios de comunicação exige o afastamento da realidade para, então, perceber a contribuição que a escrita traz para pessoas tão habituadas a escrever.

3. Ilustrações de Movimentos Sociais e Meios de Comunicação

A junção dos dois temas principais deste capítulo, ilustrados com situações ocorridas em diferentes condições espaços-temporais, auxilia para a interpretação de qual é a relação entre dos movimentos sociais com os meios de comunicação. Para o desenvolvimento desta assertiva, esse tópico apresenta a importância de saber escolher o meio de comunicação mais adequado para a construção das lutas, pois cada tecnologia possui as próprias peculiaridades, as quais nem sempre correspondem às expectativas daqueles que a utilizam. Em seguida, algumas ilustrações históricas contribuem para perceber os debates teóricos travados neste capítulo, sem o interesse de generalizar ou restringir as elaborações da Academia.

Os meios de comunicação permitem tanto a disseminação de informações, como a ampliação do conhecimento difundido. A reflexão sobre qual o meio de comunicação é mais apropriado para que o objetivo final seja concretizado, permite que algumas barreiras sejam previstas e contornadas, facilitando o alcance das metas estabelecidas inicialmente (TORO, 1996).

⁷ “The explosion of clashing cultures comes in the mid – to late 1960s, when the first generation to watch television before entering school (the temple of literacy) comes of age. This generation rejects traditional distinctions in roles for young and old, for men and women, and for authorities vs. average citizens. The integration of information networks leads to a demand to integrate physical locations through the civil rights movement, the women’s movement, and the children’s liberation movement.” (MEYROWITZ, 1994, p. 67).

Há uma grande tendência a crer que a comunicação micro é alternativa. Isso também explica porque muitos projetos vitoriosos, de ordem micro, quando são levados à dimensão macro, ou à dimensão maior das massas, fracassam. Isso ocorre simplesmente porque as naturezas são variadas, as estruturas são de diferentes níveis. Não se pode assim julgar a qualidade intrínseca dos projetos como ruins, ou fracassadas; seus níveis de comunicação é que não são adequados (TORO, 1996, p. 32).

Nenhuma tecnologia de comunicação é melhor do que outra. Possivelmente, os meios de comunicação de massa não conseguem transformar uma realidade restrita, pois o conhecimento da situação por parte das pessoas de outras localidades nem sempre contribui para a resolução local. Desta maneira, utilizar de tecnologias com alcances micros pode garantir conquistas em um prazo mais curto do que o uso de meios de ampla difusão. Ainda que as tecnologias de massa legitimem processos, coletivizem ideias e garantam notoriedade às pessoas excluídas do processo comunicativo de massa (TORO, 1996), eles não permitem que inúmeras pessoas expressem as próprias opiniões.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, os manifestantes podem aproveitar a diminuição dos custos de produção, o que permite maior acesso e uso sociais, modificando as demandas da sociedade (VIZER, 2007). Assim, podem induzir que os meios de massa publiquem sobre um contexto limitado, talvez a melhor estratégia, segundo Toro (1996), seja construir uma pauta jornalística para que eles publiquem nos jornais o ocorrido e, de forma gradual, as notícias tornem-se contínuas e diárias, permitindo que a sociedade inicie uma mudança de comportamento com relação ao fato contestado (TORO, 1996).

Em relação à política, especificamente, Dias (2007) aponta que ela precisa da visibilidade dos meios de comunicação para existir, pois sem ela, tanto os políticos não teriam como mostrar as propostas e os resultados dos programas implantados na sociedade, como os cidadãos não teriam como exigir melhorias por parte dos respectivos representantes (DIAS, 2007). Os meios de comunicação são tecnologias que permitem a aproximação de representantes sociais com a sociedade para o estabelecimento do diálogo entre ambas as partes.

E neste contexto, os manifestantes podem criar conflitos entre os discursos globais e locais, construir novas identidades, capacitar os processos comunicativos a traduzirem as diferenças culturais e as relações de poder para além dos meios de comunicação. Em seguida, os manifestantes devem buscar perceber como as pessoas

compreendem e respondem a estas inúmeras informações tão atípicas do espaço e do tempo diários, gerando, ou não, transformações em diferentes intensidades da sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2002).

Pensar sobre a capacidade cognitiva do grupo a quem se direciona a informação a ser difundida é um aspecto relevante, segundo Lacerda (2004), pois de nada adianta divulgar conhecimento por um meio de comunicação, o qual o público-alvo não sabe utilizá-lo. Em uma mesma realidade espaço-temporal, há diferentes aprendizados e saber adequar a tecnologia ao contexto almejado é fundamental para quem está em constante aprendizado, percebendo a necessidade do outro, permitindo que a sociedade como um todo se desenvolva. Promover e garantir a realização dos movimentos sociais é aprender a usar as inúmeras tecnologias de comunicação para superar barreiras, aprendendo sempre a fazer um uso ainda mais eficiente do aprendizado anterior (CASTELLS *apud* LACERDA, 2004).

Toro (1996), Vizer (2007), Dias (2007), Oliveira (2002) e Lacerda (2004) sugerem diferentes estratégias para os manifestantes dos movimentos sociais. De maneira geral, os cinco pesquisadores percebem a importância dos meios de comunicação com diferentes enfoques. Toro (1996) aponta que toda tecnologia é capaz de mobilizar e garantir legitimidade à luta, as pessoas devem saber fazer uso dos meios para atingir o objetivo final. Vizer (2007) destaca o barateamento do custo de produção de conteúdo, o que também facilita para os manifestantes, tornando-os emissores de mensagens.

Assim, no contexto político, segundo Dias (2007) não apenas os políticos detentores de recursos financeiros são os emissores de discursos, mas a própria população, que não dispõem de determinadas quantias, também pode emitir opinião sobre os fatos decorridos na sociedade. Oliveira (2002) aponta que a apresentação de diferentes acontecimentos em um meio de comunicação massivo pode gerar conflitos locais e globais, o que favorece o questionamento do *status quo* e o desenvolvimento de movimentos sociais. E Lacerda (2004) assinala que, para que as pessoas obtenham maiores informações e conhecimento proveniente dos meios de comunicação, elas devem saber fazer uso destas tecnologias.

Os posicionamentos teóricos apresentados podem ser aprofundados com a ilustração de alguns movimentos sociais. Sem o objetivo de restringir ou de generalizar afirmativas, as histórias de Moisés com a oralidade, no Egito; do Aiatolá Komeini com a fita-cassete, no Irã; de Martinho Lutero com o impresso, na Alemanha; da Pastoral da

Criança com o rádio e do Projeto Casarão, ambos no Brasil, contribuem na percepção de que cada meio possui a própria peculiaridade. No empreendimento de uma luta, os manifestantes devem estar atentos a escolha da tecnologia comunicacional utilizada, pois ele é um dos elementos que interferem na conquista, ou não, dos objetivos iniciais.

Moisés, o personagem bíblico, é considerado um grande líder. Ele prometeu aos escravos egípcios que os libertaria daquela condição, levando-os para uma terra que emanaria leite e mel, que seria Israel (TORO, 1996). Moisés garantiu a existência de um mundo onde eles melhorariam de vida e, ainda que houvesse resistência por parte de algumas pessoas, ele atingiu o objetivo utilizando da tecnologia comunicacional disponível, a oralidade. Por meio da fala, o líder bíblico conseguiu emitir a mensagem para o público-alvo, o qual se limitava a determinada condição espaço-temporal, e talvez desconhecedores a escrita, por serem escravos.

Passados séculos, o líder religioso, Aiatolá Komeini, foi derrubado do poder iraniano e, no lugar dele, o governo foi assumido pelo Xá Reza Palhevi, sob os interesses dos Estados Unidos. Para retornar ao poder, o Aiatolá utilizou-se da fita cassete para unir a população islâmica e derrubar o opositor do governante anterior do país, quando em 1979 ocorre a Revolução Iraniana.

O Aiatolá derrubou o Xá do Irã com um projeto de comunicação realizado no espaço de uma fita cassete. Não tinha aviões, não tinha corpo de blindados, não tinha exercito, não tinha sistema de comunicação de massa, nada disso. Quando o Xá expulsa Komeini, exilado, para Paris, o líder religioso pensa: como fazer a revolução? Então ele encontra uma maneira de unir o povo iraniano: através de sua consciência islâmica. No momento em que essa consciência islâmica é despertada, o povo passa a perceber que aquilo que o Xá lhes oferece vai contra essa consciência e este vai perdendo o poder (TORO, 1996, p. 37).

Nos dois contextos apresentados e considerados os distintos contextos espaços-temporais, o uso da oralidade foi imprescindível. No tempo de Moisés, a sociedade tinha a escrita, mas não tinha o impresso que permitiria a publicação dos textos iguais, difundindo ideias pregadas por ele e, ainda que detivesse desta tecnologia, ele precisaria que os ex-escravos soubessem interpretá-la, assim eles precisariam ser alfabetizados. No caso do líder iraniano, a fita-cassete é mais fácil de ser transportada do que inúmeros impressos, um exemplar dela poderia atingir um público-alvo mais amplo do que um único papel.

As referências religiosas também se fazem presentes na propagação da escrita e estímulo à alfabetização. Durante a Reforma Protestante, Martinho Lutero era contrário às ideias pregadas pela Igreja Católica Apostólica Romana, priorizando o ensino da escrita e a leitura das sagradas escrituras, que não eram admitidas pelo catolicismo, na Alemanha. E “por ironia da história, o surgimento da imprensa coincide com o advento da reforma protestante e toda essa efervescência vai ter uma repercussão direta no caminho da universalização do direito à *alfabetização*” [marca do autor] (GERMANO, KULESZA, 2006, p. 11). A tecnologia da escrita modificou a consciência humana por exigir planejamento para a produção dela, a escrita torna-se um produto manufaturado, destrutivo da memória e inerte. A tecnologia da palavra é durável, um texto escrito não é modificado pelo conteúdo presente nele, mas pela interpretação do leitor, em determinado contexto (ONG, 1998).

O rádio é outra ferramenta importante, ele é a junção da cultura oral e da escrita, similar à apresentada fita-cassete. Neste caso, porém, o contexto é o Brasil, onde a Pastoral da Criança utiliza as mais de 1.700 emissoras de rádio no país para difundir o programa Viva a Vida. Por meio dele, ela pretende atingir um público maior do que o composto pela organização para alertar, por exemplo, sobre a saúde das gestantes e de crianças. A preocupação em atingir o público-alvo pode ser evidenciada na elaboração de duas versões do mesmo programa, pois cada um é direcionado a uma realidade distinta (HENRIQUES; WERNECK, 2005). A Pastoral da Criança também possui o Jornal da Pastoral da Criança direcionado aos líderes, coordenações e amigos da Pastoral, a Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e a Adolescência (Rebidia), a assessoria de comunicação e mobilização social, e a comunicação pessoal e grupal. Eles apresentam a consciência de que cada tecnologia faz-se primordial para uma determinada meta (HENRIQUES; WERNECK, 2005).

O vídeo agrega imagem ao processo comunicacional, permitindo que o público ouça e veja, ao mesmo tempo, a mensagem emitida. No Brasil, a Associação de Construção por Mutirão do Casarão (Movimento de Luta por Moradia Urbana – São Paulo) e o Núcleo Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos do Projeto METUIA – Terapia Ocupacional no Campo Social uniram-se para realizar a produção de um vídeo do Projeto Casarão – Centro de Cultura e Convivência da Celso Garcia (LOPES *et al*, 2002). O projeto consistiu em duas etapas: na primeira, as pessoas atendidas pela Associação produziram mini vídeos e, na segunda, elas editaram o material anterior e fizeram um único vídeo. Deste processo, os participantes das

universidades puderam perceber que houve maior interação entre os membros da Associação, que eles conheceram e ficaram mais próximos de tecnologias, até então desconhecidas e, principalmente, passaram a valorizar a comunidade a que pertenciam (LOPES *et al*, 2002). Deste passo inicial, outras pessoas puderam assistir ao mesmo vídeo, conhecer esta comunidade e realizar inúmeras outras atividades vinculadas ao grupo produtor.

Nestes cinco movimentos sociais citados anteriormente, houve um conflito que teria estimulado o sentimento de solidariedade e o desejo por mudança. O desgosto pela vida de ex-escravo fez com que egípcios acreditassem em Moisés e seguissem-no para a terra prometida. O interesse comum uniu a população iraniana em prol da volta do Aiatolá Komeini para o governo do país. A insatisfação com as pregações católicas reuniu pessoas em torno das propostas de Lutero. E o conflito de realidades entre diferentes classes sociais brasileiras estimula alguns indivíduos a buscarem a ampliação do conhecimento de outras pessoas, por meio de informativos e do ensino de como utilizar a filmadora, como tecnologia comunicacional.

No Egito, no Irã, na Alemanha e no Brasil, os meios de comunicação foram um dos elementos importantes para o desenvolvimento das propostas de cada movimento. Os produtores visavam ao atingir o público-alvo para que o discurso fosse colocado em prática. Quando a tecnologia comunicacional era desconhecida, os promotores das lutas se propuseram a ensiná-la e, em seguida, as próprias pessoas atendidas puderam compreender a relevância do trabalho realizado. A estratégia elaborada em cada movimento permitiu a própria legitimação da mobilização dos manifestantes, os quais buscaram por meios de comunicação financeiramente acessíveis e capazes de ampliar o conhecimento para o público maior.

4. Considerações Finais

Com relação à problemática apresentada no início do capítulo: como se constrói a relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação? A resposta seria uma construção diferenciada a cada contexto. Os aspectos comuns seriam a constituição de uma sociedade e de um Estado, sob um determinado regime de governo, em um espaço geográfico definido. Até atingir um resultado consensual, os envolvidos estabeleceriam estratégias, definiriam táticas e as alterariam ao longo do percurso de luta.

E, para a realização deste processo de luta, os manifestantes se apropriariam de um meio de comunicação para mobilizar e legitimar as contestações. Eles são relevantes tanto para o Estado, quanto para a sociedade, pois ambos precisam se posicionar diante das questões sociais. Para cada movimento, uma tecnologia comunicacional diferente conforme as necessidades percebidas em cada contexto. A escolha planejada do meio permite a superação de algumas barreiras por parte dos manifestantes.

A presença da oralidade, do impresso, do rádio e da televisão não faz diferença apenas no relacionamento sociedade e Estado. Ela também ajuda a interferir na própria constituição do movimento em si, pois alguns meios não permitem o diálogo entre emissores e receptores, ainda que ambos atuem em uma mesma luta. Neste caso, enquanto uma pessoa tem poder da fala, cabe apenas aos outros escutarem; e isto pode ser uma das razões que explique a hierarquia dos grupos.

Capítulo 2

Internet

O objeto norteador deste capítulo é: o que é internet? A construção do conceito da rede mundial de computadores é fundamental, porque define um dos principais temas da dissertação e permite o diálogo de entendimento com os pares. Ele também é aplicado quando a investigação for a campo, entrevistar os manifestantes dos movimentos sociais sobre a apropriação que eles fazem da nova tecnologia comunicacional. Para alcançar a meta final, a produção está dividida em duas partes.

Nomear e caracterizar a internet, exige conhecê-la desde às origens para perceber que a interatividade, inclusive, nem sempre foi a mesma na rede. Assim, a primeira etapa é a construção de uma perspectiva histórica desde o surgimento até os novos desafios a serem enfrentados em países, como: Estados Unidos, México, Chile e Brasil. Logo, o panorama histórico se enfoca aos estudos comunicacionais, dialogando com os autores da área que periodizam o estudo da nova tecnologia.

Com parte da história descrita, pesquisadores elaboram estudos empregando diferentes termos para referir-se à internet, como: cibercultura, *on-line*, virtual e *world wide web*. Ainda que os vocábulos direcionem para áreas de estudos próximas, eles não são sinônimos nem para o senso-comum, nem para Academia. Diante de tal cenário, a construção do conceito da rede mundial de computadores e a apresentação de três das inúmeras características do novo meio de comunicação contribuem para a continuidade da investigação.

1. Perspectiva Histórica da Internet

Observar o surgimento da internet do ponto de vista histórico permite conhecer as mudanças de percepção acerca da rede mundial de computadores desde as elaborações iniciais até a atualidade. Esta tecnologia comunicacional é resultado do estudo de inúmeros cientistas presentes, principalmente, nos Estados Unidos e Europa. As investigações continuam tanto EUA como em outros países, tais quais México, Chile e Brasil, visando à ampliação do conhecimento das técnicas que propiciem o uso da rede.

O pesquisador espanhol, Manuel Castells (2003), relata que a construção da internet data da década de 1960, nos Estados Unidos, quando os cientistas da computação desenvolveram tecnologias para auxiliar o país na disputa com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), durante a Guerra Fria. Os universitários desenvolveram a Arpanet, precursora da internet, com o financiamento da DARPA (*Defense Advanced Research Project Agency*), a agência militar do governo estadunidense. O período de transição das finalidades militares para as civis foi administrado pela *National Science Foundation* (NSF), momento em que houve a motivação para a privatização do serviço e o estabelecimento da interação entre cidadãos e tecnologia, permitindo o desenvolvimento da internet como artefato cultural (CASTELLS, 2003).

Martins (2007) complementa este cenário histórico pontuando que entre a Arpanet e a internet, outros desenvolvimentos importantes foram realizados, como a NSFNET, rede da *National Science Foundation*, e a NREN (*National Research and Education Network*), do Congresso dos Estados Unidos, colaborando para o desenvolvimento da atual rede mundial de computadores. A presença da Academia também deve ser considerada, Martins (2007) aponta que ela não teria tido papel primordial, pois “se encontrava em posição extremamente secundária, ao menos até a proposta de uma rede financiada pela *National Science Foundation* se tornar real” (MARTINS, 2007, p. 09). A NSFNET colaborou para o aprimoramento técnico e político da internet, elaborando uma estrutura viável e um protótipo do que seria a rede mundial de computadores comercial, deixando de atender apenas aos interesses militares, mas também às empresas privadas, como IBM e MCI (MARTINS, 2007).

Com o desenvolvimento da ciência computacional, em 1976, Ted Nelson previu o lançamento do Xanadu, efetivamente ocorrido apenas em 1988 (MELO, 2002), em parceria com Berners-Lee. Este projeto desenvolveu o hipertexto, que “converteu-se em uma realidade completamente familiar, permitindo a qualquer pessoa estabelecer ligações (*links*) para outros textos fora do documento original” (MELO, 2002 p. 44). A hipertextualidade promoveu a interação computacional (OLIVEIRA, 1999), aprimorada, principalmente, com os desenvolvimentos tecnológicos atribuídos a Douglas Engelbart, como: o processador de texto, a interface gráfica das janelas (*Windows*) e o mouse (LEÃO, 1999).

O britânico Timothy John Berners-Lee criou a *World Wide Web* (W3C), em 1991. O futuro *www* garantiu o crescimento de lojas virtuais e provedores de internet,

graças à interface gráfica que “permite o acesso a dados diversos (textos, músicas, sons, animações, filmes, etc.) através de um simples “clique” no *mouse*” (LEÃO, 1999, P. 23). Berners-Lee (1995)⁸ descreve o MEMEX, criação de Vannevar Bush em 1945, como o responsável por esta evolução, pois ele é um dispositivo mecânico fotoelétrico, “destinado à extensão da memória, que constituiria e seguiria ligações (*links*) entre documentos de microficha” (MELO, 2002, p. 45), possibilitando o armazenamento e a recuperação de documentos, de maneira rápida, com associações aleatórias, conforme cada necessidade (BERNERS-LEE, 1995).

Em 1989, o México foi o primeiro país latino-americano a estabelecer conexão oficial à internet entre o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM) e uma instituição do estado do Texas (EUA). Poucos meses depois, a Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) criou uma conexão com o ITESM, por meio do mesmo nó estabelecido anteriormente (LAU; VERA, 1995). No início, majoritariamente os universitários mexicanos estavam envolvidos no desenvolvimento da rede e, posteriormente, a Companhia Telefônica do México (TELMEX) assume o compromisso de capacitar tanto as instituições acadêmicas, como as pessoas para utilizarem a internet (GAYOSSO, s/a).

Na América do Sul, o Chile foi o segundo país latino-americano a conectar-se à rede mundial de computadores, em abril de 1990 (GARAY, 1999). No entanto esta afirmação é contestada por Eliza Tanner (1999), ela aponta que, em 1985, três universidades chilenas teriam estabelecido uma conexão entre si e, em 1987, o país teria feito o primeiro contato internacional com a França e, em seguida, com os Estados Unidos. Os universitários chilenos estiveram envolvidos na elaboração da rede e, em 1994, ela foi difundida para a sociedade e os meios de comunicação de massa do Chile passaram a utilizá-la como mais um espaço para publicar informações (TANNER, 1999).

Em junho de 1990, o Brasil teve acesso à internet, sendo o terceiro país da América Latina a realizá-lo (GARAY, 1999). No entanto, em 1975, o primeiro acesso à Arpanet teria ocorrido no I Seminário Latino-Americano de Comunicação de Dados, durante o VIII Congresso Nacional de Processamento de Dados (CNPD), organizado pela Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU), de São Paulo (CARVALHO, 2006). Este fato pode ter sido pontual, contudo ele é

⁸ Fonte: http://www.w3.org/Talks/9510_Bush/Talk.html. Acesso em 01/10/2013.

importante, pois revela que a internet não foi inserida no país apenas nos anos 1990, propriamente. É possível que o mesmo tenha ocorrido no México e no Chile, a rede pode ter sido apresentada em um período anterior, a um grupo restrito, evidenciando que, em cada território a ser considerado, há uma evolução histórica da rede e preocupações em aprimorar o sistema de comunicação nacional.

Na década de 1990, o Brasil assumiu o compromisso de realizar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio-92, e, para isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) exigiu que o país difundisse o uso da internet, pois os interessados que não poderiam vir ao evento, deveriam ter acesso à informação por meio da rede (CARVALHO, 2006). Este momento foi de fundamental relevância para perceber a ampliação do uso da rede mundial de computadores para a sociedade como um todo no território brasileiro. A interação e os hipertextos elaborados pelos universitários da computação estavam contribuindo para a interatividade e a hipertextualidade dos discursos comunicacionais.

Como se pode perceber, a internet apresenta controvérsias desde a origem, podendo tanto ter sido criada com finalidades militares, quanto acadêmicas. A data de inserção, física e social, nos países também é contestada e o modo como foi realizada também se altera em cada localidade, a depender de inúmeros fatores, dentre eles a capacidade cognitiva das pessoas utilizarem o novo meio de comunicação. As pesquisas iniciaram na década de 1960 e se perpetuam na atualidade, os pesquisadores aprimoram a nova tecnologia, difundem o conhecimento da rede e incentivam o uso da internet para o público em geral, do mundo todo. Porém, os desafios a serem superados não se limitam aos estudos da ciência da computação.

Nos EUA, a aprovação da Lei das Telecomunicações, em 1996, visava acabar com o poder de discutir dos estadunidenses, colocando em perigo as liberdades civis e desacelerando o acesso dos cidadãos às informações. Nela estava incluída a Lei da Decência nas Comunicações, de 1995, proposta que visava à exclusão de conteúdos indecentes na rede. Em 1997, o Supremo Tribunal dos EUA declarou a Lei das Telecomunicações inconstitucional. Ainda em 1996, o governo aprovou a Lei da Espionagem, autorizando os Estados Unidos investigarem as pessoas em todo o mundo. Em 2002, houve a aprovação da Lei Contra o Roubo Eletrônico e da Lei de Promoção dos Direitos Autorais na Era Digital (VILLARREAL FORD; GIL, 2002).

No México, segundo Vera (2004), a TELMEX continua dominando o setor privado da rede mundial de computadores, não oferecendo serviços em todo o território

nacional. No âmbito do setor público, em 2004, o país apresentava o preço da banda-larga mais elevada e de menor qualidade oferecida ao consumidor, dentre os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para alterar esta realidade, o Poder Executivo tem apresentado propostas de ações, como o Sistema Nacional e-México e Fundação México Digital, para incentivar a formação de indivíduos habilitados a trabalhar com a internet e promover o desenvolvimento da indústria informática (VERA, 2004).

No Chile, em 2000, o ex-presidente Ricardo Lagos, no primeiro discurso diante do Congresso Pleno, afirmou a importância da internet e a implantação de políticas públicas para proporcionar o desenvolvimento e o uso da rede. Ele estabeleceu, dentre algumas metas, o *Instructivo Presidencial para el Desarrollo del Gobierno Electrónico*, em maio de 2001 (ORREGO; ARAYA, 2002). Em 2002, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu *Internet en Chile: Oportunidad para la Participación Ciudadana*, cujos desafios são a formação de novos mercados, aumento da produtividade, cidadãos educados e melhores informados, o que permite a alfabetização social e equidade no acesso ao conhecimento (ORREGO; ARAYA, 2002).

No Brasil, em 1995, o Governo Federal instituiu o Comitê Gestor da Internet (CGI), cujo objetivo é “coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados”⁹, seguindo os princípios de multilateralidade, transparência e democracia. Os membros estão vinculados ao governo, ao setor empresarial, ao terceiro setor e à comunidade acadêmica¹⁰. O órgão desenvolve pesquisas sobre a rede no contexto brasileiro e, em 2013, lançou a “Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil”, com dados referentes a 2012 e artigos com várias temáticas, dentre elas sobre o Marco Civil da Internet.

Com relação ao Marco Civil da Internet, ele é um dos temas discutidos em terras brasileiras. O pesquisador Alessandro Molon (2013) afirma que os três pilares do projeto são: neutralidade da rede, respeito à privacidade e liberdade de expressão. Ele tem como objetivo esclarecer as regras gerais sobre o uso civil, e não criminal, da internet. O Marco Civil contou com a colaboração de mais de 2.300 pessoas para a construção do texto, visto que o documento foi colocado para consulta pelo Poder Executivo brasileiro na própria rede mundial de computadores. Esta proposta vai de

⁹ Fonte: <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>. Acesso 10/02/2014.

¹⁰ Fonte: <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>. Acesso 10/02/2014.

encontro com o Projeto de Lei nº 84, de 1999, apelidado de “AI-5 Digital”, apresentado pelo deputado Luiz Piauhyllino, cujo interesse é estabelecer crimes na internet, listando as possíveis atitudes ilícitas, criando deveres de vigilância e aumentando o poder de investigação policial.

Com mais de 50 anos de existência, a internet provoca muitas discussões. Isto porque a difusão social do uso da rede ocorreu após a década de 1990 e trata-se de uma tecnologia comunicacional que se diferencia em inúmeros aspectos das anteriores. Neste caso, o número de emissores de mensagens aumentou exponencialmente e o controle dos conteúdos publicados dificultou. Não se trata mais de um ou outro locutores de rádio que atingem um vasto público-alvo, mas de vários internautas que podem atingir inúmeros outros. Proibir determinadas publicações ou liberar a divulgação de todas as informações?

Isto quando se refere ao público de internautas, porque parte da sociedade sabe que existe a internet, já a acessou alguma vez na vida, mas não podem fazer uso da rede devido aos altos custos que ela exige. Quando uma pessoa aprende a falar ou a escrever, ela não precisa pagar para fazer uso destas tecnologias comunicacionais; contudo ninguém pode ouvir o rádio, ver a televisão ou acessar à rede mundial de computadores se não tiver quem pague pelos suportes em que elas estão inseridas. A internet ainda é cara e parte da sociedade luta pelo barateamento da banda larga e melhoria da qualidade.

1.1 Panorama Histórico na Pesquisa Comunicacional

O capítulo segue com o estudo sobre como os pesquisadores da Comunicação têm investigado a internet. Barry Wellman, Elisenda Ardévol, Adolfo Estalella, Janara Sousa, Francisco Rüdiger, Sandra Montardo e Adriana Amaral fazem periodizações para entender os caminhos percorridos por aqueles que se interessam e escrevem sobre o assunto. O resultado é pesquisa realizada em vários países, em diferentes línguas, mas capazes de dialogar e estabelecer ligações e trocas de conhecimentos e de informações, tal como ocorre, diariamente, na rede mundial de computadores.

Nos Estados Unidos, a pré-história dos estudos de internet data de 1992, quando o cientista social Barry Wellman participou como conferencista da *Computer-Supported Cooperative Work*, um espaço dominado por pesquisadores da computação. Ainda na década de 1990, inicia-se a primeira era dos estudos de internet, conforme Wellman

(2004), com especialistas desenvolvendo a passos largos compreensões sobre temas como *e-mails* assíncronos, listas de discussões, mensagens instantâneas e salas de bate-papo, estabelecendo diálogos síncronos. Neste período, todos imaginavam estar conectados em um mundo sem fronteiras espaciais e temporais, e as discussões se centravam em explicar dicotomias como: utópicos e distópicos, real e virtual (WELLMAN, 2004).

Durante a segunda era dos estudos de internet (WELLMAN, 2004), os pesquisadores se dedicaram à realização de uma sistemática documentação dos usuários e dos usos relacionados à internet. Os governantes, o setor privado e as universidades mostravam-se interessados no *boom* da internet, até que ocorreu a bolha da internet. Ainda assim, o número de internautas continuava a crescer, “a rede mundial de computadores tornava-se algo importante, mas não especial. Ela se transformou em algo mais útil às massas do que objeto de estudo para os cientistas da computação”¹¹ [tradução livre] (WELLMAN, 2004, p. 125). Durante este período, o foco dos estudos era contabilizar o número de internautas, comparar as diferenças demográficas e ensinar o que as pessoas deviam fazer na internet. Não houve nenhuma confirmação das previsões utópicas, nem distópicas, tal como a maioria das pessoas não abandonou a vida fora da internet para viverem em frente a tela de um computador.

Em 2004, Wellman aponta que a terceira era dos estudos da internet estava se iniciando com a documentação das pesquisas elaboradas nas fases anteriores. E acerca destas análises, o autor afirma que a internet está facilitando a informalidade na comunicação, tanto interpessoal, quanto empresarial; e aumentando a individualidade, dificultando a interação entre pessoas fisicamente próximas. Para estas situações, Wellman (2004) cita os sites de relacionamento, que estimula o contato pessoal pela internet, tal como os sites destinados a interesses profissionais, que aproximam empresas e empregados. A nova realidade é descrita por Wellman como: “eu não permaneço mais sozinho. Os grupos têm claramente se tornado redes individualizadas; tanto na internet, quanto fora dela (Wellman, 2001, 2002). A pessoa tem se tornado um portal”¹² [tradução livre] (WELLMAN, 2004, p. 127).

¹¹ “*The internet has become an important thing but not a special thing. It has become the utility of the masses rather than the plaything of computer scientists*” (WELLMAN, 2004, p. 125).

¹² “*I am not standing alone any more. Groups have clearly become individualized networks; on the internet and off of it (Wellman, 2001, 2002). The person has become the portal*” (WELLMAN, 2004, p. 127).

A autora espanhola Elisenda Ardévol (2002) historiciza os estudos de internet em quatro etapas: a internet como modelo cultural, promovendo uma nova cultura proveniente das novas tecnologias da comunicação e da informação; em segundo, formas culturais, em que os aspectos culturais estão relacionados à interação mediada pelo computador; em terceiro, o relativismo cultural e a interculturalidade, a cibercultura em oposição ao *off-line*; e, em quarto, como produto cultural, acrescentando o prefixo “ciber” aos usos atribuídos à rede. Em 2010, a autora junto com Adolfo Estalella reelabora o pensamento anterior, apresentando outra perspectiva histórica: a internet como uma tecnologia comunicacional; e a rede como instrumento de investigação.

No Brasil, Janara Sousa (2012) contribui para o desenvolvimento e para a historização dos estudos de internet, com a realização de pesquisas sobre o jornalismo *on-line*. Segundo a pesquisadora, no período de 1998 a 2004, houve poucas publicações acadêmicas sobre o assunto, com um aumento exponencial a partir de 2005, fato que pode ter sido contribuído com a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), em 2006. Acerca do material analisado por Sousa (2003), a pesquisadora constatou que, sobre jornalismo *on-line*, há mais discussões teóricas do que empíricas. Com relação ao aspecto metodológico, a autora observa que o período de 2000 a 2010 foi marcado por pesquisas qualitativas, o panorama foi alterado em 2010 e 2011, quando houve um aumento no número de pesquisas quantitativas; no entanto, ele ainda não está equilibrado.

No estudo de Francisco Rüdiger, ele traça um histórico sobre a cibercultura. A primeira fase corresponderia à literatura de informação não especializada, sendo “uma reflexão focada no significado da informática da comunicação, muito mais do que nos conteúdos que esta agencia” (2011, p. 50). A segunda é a abordagem cientificista, em que “o princípio mais importante instituído com a cibercultura é o de que o público determina a forma e o conteúdo do meio, a estrutura e controla a comunicação” (2011, p. 52), e a terceira e última é a literatura moral e política, com tecnofóbos e tecnofílios, ou descrentes e crentes na cibercultura. Esta perspectiva se distingue das anteriores, principalmente, por utilizar uma nomenclatura diferenciada, cibercultura, para se referir à rede mundial de computadores.

Sandra Montardo e Adriana Amaral (2010) elaboraram um estudo comparativo sobre cibercultura, analisando as produções publicadas do ano 2000 a 2010, nos anais do GT de Comunicação e Cibercultura da Compós, e da *Association of Internet*

Researchers (AOIR). A partir desta análise, elas construíram um quadro com 11 categorias que expressavam a diversidade dos enfoques temáticos dos estudos de cibercultura, são elas: linguagem, crítica técnica/do imaginário tecnológico, subjetividade, apropriação tecnológica, economia política da comunicação mediada por computador, ciberativismo, epistemologia, imaginário tecnológico, inclusão digital, práticas de consumo mercadológico e socialização *on-line*. Ao final das investigações, Montardo e Amaral (2010) consideraram que, nos Estados Unidos, as pesquisas estão mais estabilizadas do que no Brasil, pois os estadunidenses fazem mais pesquisas empíricas do que teóricas. Neste aspecto, os pesquisadores brasileiros fazem o contrário, com mais produção teórica à empírica.

Os diferentes traçados históricos de Barry Wellman (2004), Elisenda Ardévol (2002), a mesma autora em parceria com Adolfo Estalella (2010), Janara Sousa (2012), Francisco Rüdiger (2011a), Adriana Amaral e Sandra Montardo (2010) evidenciam que a Comunicação tem construído o próprio caminho de contar sobre a internet. Preocupações iniciais foram superadas, novos entendimentos são almejados, e as discussões são aprofundadas, em diversas partes do mundo, não se restringindo apenas a uma determinada sociedade científica. A troca de conhecimento acadêmico, tal como ocorre no ambiente *on-line*, também tem permitido a descoberta de estudos dificilmente acessados sem a presença da rede mundial de computadores.

2. Conceituando a Internet

Diante de tantas pesquisas e com os mais variados focos, o termo utilizado para se referir à internet também se modifica, conforme a interpretação de cada pesquisador. Alguns indagam sobre o mesmo vocábulo, por exemplo, cibercultura, e, ainda assim, as perspectivas também são diferenciadas. Outros privilegiam o debate embasado nos conceitos de *on-line* e *off-line*. Ainda há aqueles que se vinculam ao termo virtual. E, como não poderia deixar de ser, há autores que questionam o próprio uso do termo internet. Para elucidar as distinções sobre cada um dos vocábulos, este item se propõe a debatê-los com o objetivo e, ao final, poder entender o que é internet.

O dicionário Houaiss não traz o vocábulo cibercultura, possuindo apenas o elemento de composição “ciber”, o qual significa piloto, ou dirigente¹³. Quando se une

¹³ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=ciber->. Acesso 10/10/2013.

este prefixo a outras palavras, como espaço, origina o ciberespaço, que é o “espaço das comunicações por redes de computação”¹⁴, ou cibercafé, um estabelecimento comercial “onde há para os clientes computadores com acesso à internet”¹⁵. No primeiro caso, trata-se de um ambiente *dentro* da rede, no segundo, *fora* da rede, mas capaz ter acesso à internet.

Na Academia, o conceito é elaborado de maneiras distintas. Ciberespaço seria o ambiente em que qualquer pessoa emite e recebe informações, sendo a garantia da expressão pública dos internautas (LÈVY; LEMOS, 2010), propiciando a formação de uma nova cultura, ou a cibercultura.

A cibercultura (LEMOS, 2004) é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição de informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social (LÈVY; LEMOS, 2010, p. 21-2).

Desta citação, pode-se extrair que cibercultura é uma nova cultura procedente de vários fatores, dentre eles a tecnologia informática. A microinformática e as redes telemáticas contribuem para a ampliação da capacidade cognitiva dos indivíduos, decorrente do elevado número de informações e de conhecimentos provenientes dela. E, ao mesmo tempo, esta mesma sociedade é capaz de modificar os usos atribuídos às novas tecnologias, que, inicialmente, eram apenas objetos de pesquisas científicas, depois passaram a ser instrumento de trabalho de outros profissionais, até tornarem-se objetos de entretenimento e de muitas outras finalidades. As mudanças não se limitam às atividades listadas, pois enquanto houver sociedade e tecnologia, existirá possibilidade de inovação.

O “sentido” da tecnologia contemporânea não se refere à sua dimensão material, mas sim ao seu poder de produzir sentido, de fazer sociedade. O futuro da Internet e da cibercultura em geral aponta para a produção aberta desse sentido, para uma resposta que somente será dada *a posteriori*, já que nada está antemão garantido por nenhum governo hegemônico, por nenhuma empresa midiática, por nenhum líder acadêmico ou religioso. Pela primeira vez, devido às características atuais do ciberespaço, é possível produzir o sentido

¹⁴ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=ciberespa%25C3%25A7o>. Acesso em 30/09/2013.

¹⁵ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=cibercaf%25C3%25A9>. Acesso em 30/09/2013.

coletivamente, comparativamente, no jogo das subjetividades e das linhagens, para além das fronteiras das culturas, das religiões, dos territórios e dos pequenos poderes. Nesse caso, o “sentido” da tecnologia só se produz fazendo (LÈVY; LEMOS, 2010, p. 31).

Cibercultura e internet apresentam-se como vocábulos diferenciados, estando a primeira inserida na segunda. Cibercultura é a comunicação com a informação em movimento, garantindo a mobilidade informacional, por meio do diálogo e da mobilidade física dos indivíduos. Não havendo para Lèvy e Lemos (2010), uma definição explícita de internet. Diferente do entendimento desenvolvido no dicionário, ciberespaço é o local onde se desenvolve a cibercultura, sem que haja, necessariamente, alguém para dirigi-lo.

Adriana Amaral (2005, 2006, 2007, 2009) também se foca nos estudos sobre o conceito de cibercultura. Ao contrário de Lèvy e Lemos (2010), a pesquisadora define que o termo está vinculado ao *cyberpunk*¹⁶, considerando “as tecnologias móveis (celulares, redes wifis, etc.) como ‘herdeiras’ estéticas das propostas ficcionais dos *cyberpunks*” (AMARAL, 2006, p. 03). A autora classifica esta proposta inicialmente literária, posteriormente social e cibernética, e “o imaginário tecnológico aparece como um componente indissociável da potencialização material das mesmas, servindo como vetor de ideias acerca da cibercultura” (2006, p. 05).

Por sua vez Francisco Rüdiger (2007, 2008, 2011) recorre ao pós-humanismo para conceituar a cibercultura. O primeiro termo é “uma projeção ao mesmo tempo da fantasiosa e intelectualizada da emergência de um novo cenário, em que isso, em parte da forma alienada, em parte de forma reflexiva, pode vir a ter uma mudança de direção” (2007, p. 15). Tal qual o entendimento de Amaral, Rüdiger também apresenta uma ideia de imaginário para elaborar a compreensão de cibercultura, sendo ela um fenômeno recente, com a velocidade tecnológica desproporcional ao desenvolvimento social. Segundo o autor, o mundo dentro da cibercultura é tão complicado quanto fora dela, neste caso, seria de questionar se a sociedade não viveria, então, em um mundo imaginário?

Felinto (2005, 2006, 2008a, 2008b, 2011) segue uma linha de raciocínio semelhante a Rüdiger, pesquisando os pós-humanistas e a cibercultura. Ele aponta que

¹⁶ *Cyberpunk*: “a definição do papel e do campo da comunicação a partir do conceito de *cyberpunk*, como uma categoria cultural que permeia e é permeada pelo pensamento tecnológico e a mescla de elementos sintéticos e analógicos, máquinas e homens, cuja eficiência reprodutiva dos ambientes midiáticos pode apontar, como afirma Dyens (2001), uma independência dos artefatos tecnológicos em relação aos seres orgânicos.” (AMARAL, 2006, p. 05)

os autores da cibercultura acreditam que por meio dos avanços tecnológicos, a humanidade progride e supera obstáculos, os meios eletrônicos seriam os novos espaços de visibilidade e de novo valor social, e a internet um espaço inesgotável que armazena conteúdo com um baixo custo financeiro. Assim, o ambiente da internet permite que as pessoas tornem-se visíveis, estabeleçam diálogos, pagando pouco, e desenvolvam o ambiente fora da cibercultura. Felinto não conceitua o termo cibercultura, mas acredita que ele esteja próximo à ideia de imaginário.

Trivinho (2006, 2007, 2008a, 2008b, 2010, 2011) desenvolve a pesquisa mais no âmbito teórico ao empírico, sem se desvincular da ideia de imaginário. Ele afirma que a definição de cibercultura está relacionada ao imaginário, ao contexto sócio-histórico e às capacidades infotecnológicas (informacionais + tecnológicas) e cognitiva. E compreendê-la seria um processo lúdico e atual (LÉVY, 1996), quer seria conectado à habilidade de as pessoas aprenderem com o uso das tecnologias e da apropriação das informações adquiridas na própria cibercultura. A partir do conhecimento dela, o pesquisador pode questionar outros temas como transpolítica, tempo real, *bunker glocal*¹⁷, visibilidade mediática e espaço público.

Diferentemente dos autores anteriores, Simone Pereira de Sá (2006, 2009, 2010) não compreende cibercultura como imaginário, nem se fundamenta em outros conceitos, como o *cyberpunk* ou o pós-humanismo, para elaborar este pensamento. Ela a define como um universo complexo de práticas, em que a produção é possibilitada pelo desenvolvimento de *softwares*, polo de consumo e universo da circulação ou da distribuição, constituído pelos *sites*, listas, revistas, *blogs* e *podcasts* (2006), neste caso, em específico, as músicas. A tecnologia, que permite a desmaterialização da música, é a cibercultura, “uma rede, altamente sofisticada e repleta de novos mediadores” (2009, p. 03).

Das pesquisas apresentadas, preponderantemente cibercultura está vinculada à ideia de imaginário, da superação por meio do uso de tecnologia, embora os autores relacionem os estudos à internet. Apenas Erick Felinto se atenta em detalhar sobre internet, tratando-se apenas do local onde se insere a cibercultura e, porque não chamá-lo de ciberespaço? Simone Sá agrega com perspectiva de desmaterialização, a cibercultura seria a cultura da desmaterialização, ela permitiria a não materialidade da

¹⁷ *Bunker glocal*: “é, antes, o fundamento empírico e psíquico e, ao mesmo tempo, a refração cênica – vale a ênfase: na prática – do imaginário *bunker* na civilização glocal avançada. O imaginário *bunker*, este sim – para potencializar ao limite as hipóteses de trabalho –, perfaz a *configuração hegemônica do imaginário contemporâneo glocalizado*.” (TRIVINHO, 2008, p. 29).

música, dos filmes, dos livros, dos documentos e de inúmeros outros objetos que a sociedade está acostumada a poder tocar cotidianamente.

De um conceito de imaginário para outro cuja percepção, às vezes, também se remete ao fora da realidade. Geralmente, virtual é associado à irreal, presente na fantasia daqueles que o visualizam. O dicionário explica o termo de distintas maneiras:

(...) existente apenas em potência ou como faculdade, não como realidade ou com efeito real, [...] que constitui uma simulação de algo criada por meios eletrônicos, [...], fisicamente inexistentes, e sim criado por programas de computação, para parecer real aos sentidos (diz-se de imagem ou ambiente), [...], feito pela internet ou existente na internet.¹⁸

Com estas elaborações, as percepções iniciais podem se confirmar, pois virtual está relacionado à irrealidade, à simulação, à inexistência física, à existência na internet. Mas o simples fato de estar presente na internet significa que tal condição existe, apenas está desmaterializada, como defende Simone Sá. Por exemplo, no contemporâneo período histórico, em que cidadãos dialogam e lutam por melhorias sociais, governos inserem informações públicas na internet, produções culturais entretêm pessoas no ambiente virtual, isto é real, apesar de não poder ser tocado.

Pierre Lévy (1996) aponta que o antônimo de virtual não é real, mas atual, pois as duas palavras representam a realidade, em ambientes diferentes e não excludentes. O oposto de virtual seria atual, o primeiro sendo a problematização contínua e o segundo, a apresentação de resultados. Por isso, estar no ambiente virtual é estar presente na realidade e, às vezes, as experiências de vida podem até se assemelham, como aponta Rüdiger (2008). As condições espaços-temporais são diferenciadas em cada contexto, mas ambas são reais.

A perspectiva desenvolvida pelo autor francês aborda que se trata de um ambiente virtual, tal qual o livro, por exemplo. “A partir da invenção da linguagem, nós, humanos, passamos a habitar um espaço virtual, o fluxo temporal como um todo, que o imediato presente atualiza apenas parcialmente, fugazmente” (LÉVY, 1996, p. 46). Quando as pessoas estabelecem um diálogo face a face, elas não conseguem tocar, materialmente, nas palavras que emitem pela boca e, mesmo assim, elas não lidam com a imaginação. Realmente existem palavras emitidas e palavras ouvidas, em um determinado contexto espaço-temporal.

¹⁸ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=virtual>. Acesso em 30/09/2013.

Com relação ao conceito de *on-line*, ele significa estar “conectado direta ou remotamente a um computador e pronto para uso (diz-se de sistema, equipamento ou dispositivo)”¹⁹, assim *off-line* é estar sem conexão. Dos autores consultados, Fragoso (2006, 2008, 2011) desenvolve elaboração sobre o assunto, apontando o mesmo entendimento do dicionário. Ressalta-se que o estudo destes termos é fundamental, porque a linha que separa as duas terminologias é muito tênue, podendo o indivíduo realizar ações em um contexto que influenciará no outro. As duas realidades não são separadas, ainda que vivenciadas de maneira diferenciada, ambas estão vinculadas a vida daquele que a realiza (FRAGOSO, 2006, 2008, 2011). A internet, mais uma vez, pode ser percebida como mais um local onde há atuação da sociedade.

O vocábulo *web*, abreviação de *World Wide Web* (*www*), é outro termo que alguns pesquisadores utilizam para se referir à internet. Segundo o dicionário Houaiss, ele é o nome que a internet passou a ser conhecida a partir de 1991, “quando se popularizou devido à criação de uma *interface gráfica* que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral”²⁰. Antes da invenção de Berners-Lee, a rede era conhecida apenas como internet, depois ela teria se tornado a *web*, devido à ampliação do uso pela sociedade de maneira geral. Então, as duas palavras se tornaram sinônimas.

Com relação a esta novidade, Alex Primo (2007) periodiza a *web* em duas fases, diferenciando-as pela maneira como ela é utilizada. Na *Web 1.0*, não há busca por informações, nem interferências no conteúdo publicado; na *Web 2.0*, há: a potencialização do compartilhamento de informações, o amplo espaço de interatividade entre os internautas, a diferença nas linguagens de programação e de *design*. Neste contexto, os internautas buscam por velocidade e resultados imediatos, sendo estes elementos importantíssimos para a manutenção de redes sociais, afetivas e profissionais. Primo (2007) ainda afirma que as pessoas não se conectam a *Web* porque ela oferece uma gama de conhecimentos, mas porque, neste ambiente, elas encontram outras pessoas conectadas. Novamente, a internet é entendida como lugar, ambiente.

Afinal, será mesmo internet um ambiente? Segundo o dicionário Houaiss, Internet é uma palavra de origem inglesa, cuja definição é “rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum”²¹, unindo diversas pessoas; e esta maneira, internet seria algo imaterial e grande

¹⁹ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=on-line>. Acesso em 30/09/2013.

²⁰ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=web>. Acesso em 10/10/2013.

²¹ Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=internet>. Acesso em 30/09/2013.

parte do mundo. Segundo Amaral *et al* (2012), internet é um objeto comum e, inclusive, por isto deve ser nomeada com letra minúscula. As autoras relatam que a rede é compreendida de maneira diversa por pesquisadores da Comunicação, podendo ser identificadas como: objeto de estudo, local de pesquisa e instrumento de trabalho (AMARAL *et al*, 2012).

A prática da pesquisa *na* internet, *através da* internet ou *a respeito da* internet reposiciona uma série de dilemas éticos. Isso é particularmente evidente por ocasião da coleta e análise de dados disponibilizados na rede, que solicita o questionamento sobre o que é ou não público e, por consequência, passível de trabalho e divulgação nos resultados da pesquisa. (AMARAL *et al*, 2012, p. 21).

Desta maneira, a internet pode ser lugar, objeto, ferramenta, meio de comunicação, mídia e inúmeras outras compreensões. Contudo, antes de fazer qualquer entendimento apressado, o pesquisador deve estar ciente do conceito que ele próprio faz da internet para poder seguir adiante com as investigações, sem que haja algum problema ético, como apontado por Amaral *et al* (2012).

Como objeto de estudo, Druetta (2009) afirma que ela estava vinculada principalmente aos cientistas da computação, sendo considerada uma convergência tecnológica, que unia a informática, as telecomunicações e o setor audiovisual. Enquanto meio de comunicação, não há conceitos prontos que a definam como tal, pois alguns pesquisadores acreditam que ela é uma hipermídia, justamente por disponibilizar várias formas de expressão; outros dizem que não, pois ela não pode ser comparada aos antecessores, como impresso, rádio e televisão (DRUETTA, 2009), os quais possuíam um público-alvo específico e, por isso, são mídias. (WOLTON, 2007).

A internet pode ser a propagação de informações sem direção, lúdicas e com pouca regulamentação. Garantindo a conformação de uma sociedade complexa, livre, na qual todos têm a necessidade de falar e poucos conseguem escutar, desenvolvendo indivíduos solitários (WOLTON, 2007). Comunicar não é apenas emitir algumas palavras, faz-se primordial ter o outro para escutar e dialogar, a internet “implica a dificuldade de intercompreensão. Pode-se assim contrapor a velocidade da informação com a lentidão da comunicação” (WOLTON, 2007, p. 99).

Castells (2000) acredita que a internet seja uma nova mídia, exatamente por ela possuir audiência segmentada e mais seletiva, produzindo uma comunicação espontânea, desorganizada e sem finalidade e adesão específica, permitindo a

conformação de conteúdos multimídias, com uso de arquivos audiovisuais e textuais, e facilitando o encontro de distintas culturas. Neste último item, Castells se assemelha a Lévy e Lemos (2010), diferenciando no ponto em que os dois últimos defendem a ideia de um mundo melhor em função da internet. Wolton (2007) questiona estas promessas, pois em períodos anteriores elas foram elaboradas e nada foi alterado; ele acredita que as tecnologias avancem, mas a sociedade se desenvolve em uma velocidade muito inferior, assim proximidade técnico-comunicacional não significa, necessariamente, pessoas mais tolerantes com as diferenças culturais.

Nem sempre há compreensão das não igualdades, mas existe a conformação de um ambiente desterritorializado (DRUETTA, 2009), com espaço ilimitado para armazenamento de informações e conhecimentos, em tempo permanente. Os materiais publicados são textos que visam à construção de internautas críticos, capazes de elaborar o próprio caminho do aprendizado por meio de uma estrutura hipertextual, sem o objetivo de homogeneizar o imaginário dos receptores como os meios de comunicação massivos (DRUETTA, 2009).

A produção dos conteúdos tem formato de linguagem visual, escrita, sonora ou audiovisual, caracterizando-a como multimídia, com uma arquitetura informática reticular, estabelecendo diálogos em multinível (comunicação interpessoal, grupal e massiva) e multicrônica (em tempo real ou não) (DRUETTA, 2009). Condição que permite Castells subverter a clássica assertiva McLuhaniana, e afirmar “a mensagem é o meio” (CASTELLS, 2000, p. 364) na medida em que o conteúdo inserido nas tecnologias é mais importante do que o inverso; o discurso construído que permite a formação do meio de comunicação. O autor espanhol complementa que “a universalidade da linguagem digital e a lógica pura do sistema de comunicação em rede criaram as condições tecnológicas para a comunicação horizontal” (CASTELLS, 2000, p. 375), constantemente pregada pelos membros de movimentos sociais contemporâneos.

A internet não é um fim em si mesma (DRUETTA, 2009), ela é um meio que permite a realização de um objetivo específico. Na tese de Janara Sousa (2009), ela desenvolve dois conceitos trabalhados por Martino, o meio-ferramenta e o meio-máquina; enquanto o primeiro dependeria de uma pessoa para funcionar, o segundo, não. No caso, a internet seria um meio-ferramenta, pois se não houver a constante atuação do internauta, a rede não funciona, como acontece com a televisão e o rádio,

que depois de apertar o botão de ligar, o indivíduo não precisa fazer nada para eles emitirem as mensagens.

Por ser um meio-ferramenta, a internet possibilita não só o diálogo do emissor com o receptor, os quais, inclusive, não se configuram mais como papéis estanques; como a contextualização a informação, o aprofundamento de conhecimento de determinado, e a junção entre informação e opinião sobre o fato publicado (DRUETTA, 2009). Condições primordiais para que os manifestantes dos movimentos sociais pela melhoria da mobilidade urbana se comuniquem, programem atos públicos, divulguem atitudes violentas dos próprios ativistas, como também de pessoas contrárias aos protestos.

A internet é um objeto comum, um ambiente e um instrumento. Por meio dela, os internautas a estudam, a desenvolvem e a aperfeiçoam enquanto tecnologia inserida na sociedade, que contribui para a transformação do comportamento das pessoas. O objeto comum pode desmaterializar a música e os filmes, tal como pode promover a criação de uma nova cultura, mas sem fantasia, pois a rede e o conteúdo inserido nela são reais e complementam a realidade no contexto *off-line*.

A *Word Wide Web* é mais um programa, dentre tantos, que utiliza a internet como suporte para existir e, assim, a rede começa a ser percebida como espaço; um local onde se deposita vários objetos do mundo *on-line*. Inclusive, ela armazena bibliotecas, por exemplo, as quais possuem acervos com inúmeros livros. Enquanto ambiente, a internet é também recinto de convivência desterritorializado, permitindo a interação entre pessoas, independentemente da localidade física de cada um.

E a internet é instrumento de trabalho para aqueles que decidem, por exemplo, realizar uma pesquisa científica por meio da rede. Diante de alguns entraves, o pesquisador pode decidir por elaborar entrevistas *on-line*, em que as perguntas podem ser elaboradas e respondidas por *e-mail*. Ela também auxilia na seleção de conteúdos de interesse, na possibilidade de estabelecer negócios, fazer reuniões e entrevistas de emprego.

A internet não é cibercultura, não é virtual, não é *on-line* e não é web. Ela é um meio-ferramenta, ou seja, um objeto que exige constante atuação do internauta no ambiente *on-line*. A rede promove algo maior do que a formação de uma nova cultura, do que a desmaterialização de objetos, do que novas interfaces gráficas. Ela instiga novas pesquisas acadêmicas e motiva a busca por transformações sociais, e, ainda que virtual, a internet é real.

3. Considerações Finais

O que é, então, internet? Ela é uma tecnologia com mais de 50 anos e difundida, social e internacionalmente, há mais de 20 anos. A rede mundial de computadores transformou a comunicação de massa e a interpessoal, permitindo que as duas fossem realizadas em um único meio. Se comparada à oralidade e à escrita, a rede alavancou os custos de produção; em relação ao rádio e à televisão, ela barateou as despesas e, agora, a sociedade conta com maior número de emissores de conteúdo. O papel de quem emite e de quem recebe a mensagem também foi alterado, agora eles se alternam em questões de segundos. O conhecimento publicados são inúmeros e de difícil vigilância, assim como materiais de cunho legal perante às constituições nacionais são encontrados, publicações ilícitas também são divulgadas no ambiente *on-line*.

A interatividade na internet ocorre tanto entre os próprios internautas, quanto entre as pessoas e a rede. Se antes a interação se restringia a enviar e receber *e-mails*, agora as pessoas podem criar endereços eletrônicos, publicar conteúdos em formatos multimídia, ou textuais, imagéticos, sonoros ou audiovisuais. O conhecimento passa a estar ao alcance daqueles que sabem fazer uso da rede mundial de computadores, a pesquisa sobre determinado assunto pode começar com busca de uma informação pontual e se estender para a leitura de teses de doutorado sobre o mesmo tema ou um correlato. Os hipertextos facilitam a investigação em apenas alguns cliques.

A Academia continua a investigar este objeto de pesquisa, algumas vezes utilizando-a como próprio instrumento e ambiente de trabalho. Realidade que pode, inclusive, dificultar o afastamento da rede e a exigência de não percebê-la como óbvia. A internet garante benefícios de estabelecer contatos com pessoas fisicamente distantes, mas dificulta a manutenção de um diálogo síncrono. Ela também exige investimento financeiro, o qual nem todas as pessoas podem pagá-la e, quando o podem, nem sempre estão interessadas em interagir no mundo *on-line*. As transformações deste meio-ferramenta ocorreram no passado e continuam a se desenvolver. Tal como a Academia, a sociedade ainda possui muitos questionamentos a serem respondidos.

Capítulo 3

Movimentos Sociais.Org

A partir do desenvolvimento das reflexões acerca dos conceitos de movimentos sociais, a relação entre estes e os meios de comunicação e a definição de internet, o capítulo 3 tem como finalidade responder a pergunta: como se constrói a relação entre os movimentos sociais e a internet? A dúvida se justifica, pois a partir dela é possível fazer a análise do objeto proposto para esta dissertação. A organização deste percurso ocorre em três etapas: a internet no Brasil e a participação política; o conceito de ciberativismo; e a ilustração de fatos ocorridos no México, no Egito e na Espanha.

Para a compreensão da participação política na internet, o mapeamento prévio de quantas pessoas tem acesso à internet no Brasil é fundamental, pois o número de conexões indica a amplitude máxima que o debate pode atingir na rede mundial de computadores. Em seguida, este tópico enfoca nas questões relativas aos internautas e as questões políticas, como eles promovem discussões e quais os desafios a serem superados para o aperfeiçoamento destes processos discursivos.

As possibilidades de desempenho político por parte dos internautas, na internet, são inúmeras. Assim, a segunda parte centra-se na elaboração do conceito de ciberativismo. Os pesquisadores da área da Comunicação usam de diferentes nomenclaturas para referir-se às manifestações sociais na internet, como: cibermilitância, ciberativista, ciberguerra, hacktivista, guerrilha eletrônica ou digital, ativismo *on-line*, ativismo digital e redes de guerra em rede. Diferenciar os termos permite aprofundar o conhecimento e entender o objeto desta dissertação.

E para encerrar o terceiro capítulo, a discussão sobre os movimentos sociais e a internet é ilustrada com o relato de três situações pontuais: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, considerado o primeiro movimento social na internet; a Primavera Árabe, especificamente no Egito, apesar de ter se espalhado por vários países como Tunísia e Síria; e o Indignados/15-M, na Espanha, evidenciando a insatisfação dos europeus com o atual contexto socioeconômico de cada país, os ativistas também atuaram em outros lugares, como Portugal e Grécia.

1. Internet e Participação Política

A relação entre internet e participação política é desenvolvida após a apresentação de um panorama do cenário brasileiro de acesso à internet. Em seguida, este tópico discute como se desenvolve o diálogo entre representantes políticos e a população do Brasil, e como algumas pessoas discutem política no ambiente da rede mundial de computadores. Quadros (2005) e Aldé *et al* (2007) apontam o blog como uma das ferramentas utilizadas para a elaboração de questionamentos sociais.

O Comitê Gestor da Internet (CGI) lançou em 2013 a “Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil”, cujos entrevistados eram pessoas residentes no território brasileiro, com 10 anos ou mais. Os resultados foram que 55% da população já acessou internet alguma vez na vida, elevando o percentual de 39% apontado em 2008. Destes, 49% acessaram nos últimos três meses anteriores à pesquisa, indicando uma superação inédita, pois nunca no Brasil este número tinha sido superior ao daqueles que não utilizaram, representando agora 45% dos entrevistados. Dentre os internautas, 93% possuem ensino superior, e 87% estabelecem acesso diariamente. As atividades mais desenvolvidas são relacionadas à comunicação, com 89%; busca por informações e serviços, com 84%; atividade de lazer, com 80%; uso de redes sociais, 73%; mensagens instantâneas, com 59%; e envio de *e-mails*, com 70%. As mudanças indicam que as redes sociais têm sido mais usadas em detrimento dos *e-mails*.

A presença da internet em ambiente familiar foi aumentada, chegando a 40%, o que representa um aumento de 22% se comparado ao ano de 2008. Contudo, não se trata de um crescimento padronizado, pois ainda há diferenças expressivas entre as regiões do Brasil, e entre as zonas urbanas e rurais. Das residências com acesso à rede, 44% estão nas cidades e 10%, no campo; 48% são da região Sudeste; 47%, da Sul; 39%, da Centro-Oeste; 21%, da Norte; e 27%, da Nordeste, sendo que esta última é destacada pelo CGI, pois ela cresceu 6% de 2011 para 2012. As disparidades regionais também são percebidas no número de pessoas que usam a rede, sendo que, no Sudeste, 55% dos entrevistados acessam a internet; 53%, no Sul; 53%, no Centro-Oeste; 38%, no Nordeste; e 36%, no Norte.

Por estes dados, pode-se perceber pouco mais da metade da população brasileira ainda não tem acesso à rede mundial de computadores. Dentre aquelas que possuem, a maioria tem ensino superior, mas nem todos se conectam diariamente a internet. Quando o fazem, eles procuram, em ordem de importância, de comunicar com outras pessoas e buscar informações. Situação que evidencia a interatividade proporcionada

pelo novo meio de comunicação e a capacidade de ampliar o conhecimento e as informações. Ainda que existam as disparidades regionais, as cinco regiões do Brasil têm apresentado crescimento de acesso, a exemplo da região Nordeste que elevou em 6% o percentual de residências com internet no intervalo de um ano.

O aumento no número de internautas indica a elevação de pessoas discutindo inúmeros assuntos. Rousiley Maia (2008) ressalta que existem vários assuntos debatidos na internet, inclusive a política, incentivadora do engajamento político, da reflexão crítica sobre os conteúdos publicados na rede e da realização de ações politizadas, visando à melhoria do contexto político em que o internauta está inserido. Os três pontos não são simples de serem alcançados, pois nem todas as pessoas que acessam a rede estão interessadas em: promover debates de cunho político e tolerar opiniões divergentes (MAIA, 2008).

Para enfrentar estes desafios apresentados por Maia (2008), a própria autora e o pesquisador Antônio Hohlfeldt (2009) destacaram alguns pontos os quais devem ser considerados, no momento de reflexão sobre internet e política. Os internautas devem buscar por: informações do governo para os cidadãos, o estabelecimento de diálogo entre representantes políticos e cidadãos, a não predominância dos meios tradicionais na internet, e o entendimento do paradoxo entre liberdade e controle na rede mundial de computadores (HOLHFELDT, 2009). Justamente porque a rede é um meio-ferramenta, o qual exige a presença de um internauta ativo e não passivo, a espera que o conhecimento e as informações cheguem até ele.

No Brasil, em 2011, o Governo Federal sancionou a Lei de Acesso à Informação (LAI), cujo objetivo é “regulamentar o direito constitucional de acesso aos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios”²². Ainda que haja muitos questionamentos em torno desta temática, a Lei prioriza que as informações estejam presentes na rede, evidenciando o Governo reconhece a importância do meio de comunicação para a sociedade brasileira.

Em um estudo anterior a sanção da LAI discutiu acerca do diálogo estabelecido entre representantes políticos e cidadãos. Nele, Marques e Miola (2007) apontam que os endereços eletrônicos das casas legislativas dos estados da Bahia, de Goiás, do Pará, do Rio Grande do Sul e de São Paulo não motivavam a participação política das pessoas,

²² Fonte: <http://www.acaoainformacao.gov.br/acaoainformacaogov/acao-acao-brasil/index.asp>. Acesso em 12/11/2013.

pois “as possibilidades oferecidas pela internet vêm sendo aproveitadas de modo insuficiente” (2007, p. 18). Os autores ressaltaram que a Câmara dos Deputados, cuja abrangência é nacional, se diferenciava por oferecer recursos além dos *e-mails*, como também salas de bate-papo e fóruns de discussão. Esta dificuldade de dialogar com a população impedia a possibilidade de uma governança eletrônica (EISENBERG, 2001).

O Estado deve usar a internet para ampliar os espaços de exercício da cidadania, divulgando informações públicas e relevantes, prestando serviços aos cidadãos e facilitando a interação destes com as instituições, estimulando e viabilizando as interações interpessoais e a construção de redes cívicas (EISENBERG, 2001, p. 07).

A LAI representa um avanço, na medida em que oferece informações oficiais aos cidadãos. Contudo, a sociedade deve avançar e exigir que os representantes dialoguem, por meio da internet, com a população, pois este meio de comunicação pode permitir: a superação espaço-temporal; a disponibilidade de maior número de informações e mais qualificadas; a maior conveniência, conforto, comodidade e redução de custos operacionais; o acesso facilitado e estendido; o fim de controle e filtros; a promoção da integração e a garantia de interatividade; e a expressão de grupos minoritários (MAIA, 2008).

A governança global (EISENBERG, 2001) ocorre o aperfeiçoamento da democracia, por isso os representantes devem “promover condições sociais, culturais e econômicas mais favoráveis para uma apropriação das novas tecnologias de forma (mais) genuinamente pública” (ESTEVES, 2010, p.188). Alguns endereços eletrônicos de movimentos sociais são exemplos de pessoas que encontram outras maneiras de divulgarem informações, divulgarem conhecimentos e estabelecerem diálogos entre si para o desenvolvimento da sociedade, utilizando o meio de comunicação que permita a inserção de inúmeros conteúdos, em que nenhum grupo seja prejudicado pelo espaço ocupado por outro.

O blog é uma das ferramentas utilizadas pelos internautas para o desenvolvimento de debates sobre diversos assuntos, inclusive política (QUADROS, 2005). Segundo Montardo e Carvalho (2009), os blogs são gratuitos, bidirecionais, interativos e instantâneos, particularidades que ampliam o uso deste recurso, e possibilitam o diálogo entre emissores e receptores de conteúdo. Porém, a grande oferta desta ferramenta possibilita o estabelecimento de critérios no instante de selecionar o blog mais confiável, assim a credibilidade do conteúdo é conferida de acordo com o

autor da publicação (MONTARDO; CARVALHO, 2009), podendo ser de pouca, média ou muita autoridade.

Aldé *et al* (2007) percebem que, geralmente, os autores de blogs sobre política mais influentes são pessoas consagradas pelos meios de comunicação de massa. Os pesquisadores dividem os blogs em dois tipos: os independentes e os de jornalistas renomados. Os primeiros atuam em um círculo restrito de pessoas, diferente dos segundos, que trazem o prestígio garantido pelos meios de comunicação de massa para a rede mundial de computadores, incentivando debates, obtendo respostas de internautas identificados e anônimos. A semelhança entre os dois tipos de blogs está na preocupação dos receptores, que é de opinar e não deliberar sobre um determinado assunto (ALDÉ *et al*, 2007).

Ainda que haja diferença de credibilidade entre os emissores na internet, os blogs são uma possibilidade de livre expressão com a garantia de representação de diferentes grupos sociais (GOMES, 2008). Transferindo aos receptores das mensagens, a opção de aceitá-las ou não, reproduzi-las ou não. E caso optem pela difusão das informações, os internautas promovem a opinião pública distribuída, que é a construção de uma opinião pública sem a presença de um eixo central, mas decorrente de inúmeras influências provenientes da internet (MALINI, 2007). O blog é uma das ferramentas a serem utilizadas para a promoção da cibercidadania (SOUZA, s/a), pois o discurso do cidadão pode ser mais difundido por meio da internet do que por outros meios de comunicação.

Dois ilustrações de contextos diferentes do Brasil, evidenciam a capacidade de superar os desafios de blogueiros independentes (ALDÉ *et al*, 2007), e conseguir denunciar algumas insatisfações com relação ao sistema político em que está inserido. Em terras iranianas, durante a eleição de 2010, os candidatos ao governo eram Hossein Mousavi e Mahmoud Ahmadinejad. O segundo venceu sob a acusação de fraude eleitoral, provocando choque entre as duas posições políticas.

O resultado dos conflitos, no outro dia, foi a suspensão da rede de internet e de telefonia móvel, numa tentativa de desacelerar o processo de socialização e mobilização dos militantes. No contra ataque, *hackers* passam a oferecer endereço de *Proxy* via *direct message* no Twitter, reconectando a cibercultura iraniana, que estava sem acesso aos serviços de telefonia local. A partir daí a internet torna-se o locus da informação e do compartilhamento de opinião sobre a insurgência iraniana (MALINI, ANTOUN, 2010, p. 292).

Situação semelhante foi percebida em Cuba, quando a blogueira Yoani Sánchez construiu um blog denunciando a situação do país. Ainda que os cubanos vivam sob o regime ditatorial, com forte censura à liberdade de expressão e de imprensa, Yoani conseguiu publicar as informações sobre o governo do país, as quais foram reproduzidas por pessoas de outras localidades, o que aumentou a difusão das informações que denunciavam o regime opressor (LUZ, 2010) em um contexto mais amplo. Este caso ocorreu porque algumas pessoas tiveram acesso ao conteúdo que Yoani publicou, acreditaram nas informações publicadas por ela e redistribuíram para outros internautas, se não houvesse este regime de cooperação, talvez a blogueira cubana não tivesse conseguido fazer com que as denúncias ganhassem ampla repercussão.

Estas duas situações, no Irã e em Cuba, também evidenciam o paradoxo da liberdade e do controle garantidos pela internet. O meio de comunicação que permitiu tanto o questionamento do sistema vigente por parte da oposição iraniana e de Yoani Sánchez, como também garantiu que a oposição soubesse como resistir e planejar ataques, pois muitas informações dos manifestantes estavam inseridas na rede mundial de computadores, disponíveis ao internauta que conhece os caminhos para acessá-la.

Assim, a participação política dos internautas exige a elaboração de pensamentos diferenciados das atuações realizadas em outros meios de comunicação, pois as peculiaridades próprias da internet permitem tanto o alcance como declínio dos objetivos de quem a utiliza. Alguns critérios que devem ser observados no instante em que se opta pela rede mundial de computadores são:

- 1) identificar e sistematizar diferentes padrões de oportunidades de participação ofertada, 2) avaliar o grau de aproveitamento dos artifícios tecnicamente disponíveis, 3) apontar um conjunto (ainda que limitado) de indícios acerca da disposição de representantes e das próprias entidades em tornarem suas estruturas mais abertas à intervenção e controle públicos (MARQUES, 2010, p. 57).

Estas considerações de Marques (2010) podem facilitar no instante de promover discussões políticas ou na internet, ou por meio dela. Considerada que menos da metade da população brasileira tem acesso diário à rede mundial de computadores e, destes, não são todos que são interessados em assuntos vinculados à política, a otimização dos materiais publicados pode possibilitar a elevação de interesse pelo assunto. Para tornar-se um blogueiro renomado, o emissor da mensagem deve se preocupar na maneira como

publicar o conteúdo e em quais locais divulgá-lo, pois assim haverá maior aproveitamento do material elaborado.

Cornfield (2001) pontua quatro aspectos a serem observados no instante de desenvolver a discussão política na internet. O primeiro é vinculado às informações multimídias, elas identificam o conhecimento acerca da técnica e o uso desta para atingir o objetivo esperado. O segundo ponto é o incentivo ao aprofundamento das discussões ou continuar na superficialidade. Em terceiro, o conhecimento das propostas apresentadas por aqueles contrários à proposta inicial. E, por último, a evidência de um *feedback* das ações promovidas, porque as pessoas precisam de respostas para aquilo que elas atuam.

Alguns desafios podem ser superados por meio de maior reflexão com relação às publicações dos manifestantes dos movimentos sociais. Marques (2010) e Cornfield (2001) apontam determinados aspectos a serem considerados quando se pensa a internet enquanto um novo meio de comunicação, o qual oferece novas possibilidades de vivência e de atuações por parte daqueles que a utilizam. As transformações sociais podem ser variadas, como: aumento do interesse cidadão por políticas, maior responsabilidade social por parte dos representantes políticos e mudanças de líderes influentes na formação da opinião pública.

Na década de 1990, a internet foi inserida na sociedade brasileira e, passados mais de 20 anos, 49% das pessoas acessaram a internet nos últimos três meses anteriores à pesquisa do CGI; dado que indica o uso não frequente da rede por mais da metade da população nacional. E, considerada às disparidades regionais, a situação torna-se ainda mais crítica no Norte e no Nordeste do Brasil. Ainda assim, o número de internautas cresce e a chance de elevar a quantidade de debates políticos também aumenta, podendo, inclusive, promover manifestações com as que ocorreram em junho de 2013.

As discussões políticas no ambiente *on-line* incentivam: o engajamento em lutas no mundo *off-line*; a reflexão crítica dos conteúdos publicados nos meios de comunicação em geral; e a atuação na própria internet. Assim, os internautas não buscam informações apenas em empresas de comunicação de massa, elas procuram em emissores independentes, os quais podem não transmitir tamanha credibilidade, mas implanta a dúvida. Se o indivíduo não consegue estabelecer diálogo nos endereços eletrônicos oficiais, ele cria um próprio para emitir a mensagem que deseja.

A internet possui espaço ilimitado, ou seja, nenhum *site* ocupa o espaço do outro. Esta condição propicia a difusão de conteúdos verdadeiros e duvidosos, por isso o receptor deve ser crítico ao acessar determinada informação. A atuação do internauta está para além dos cliques no teclado. As pessoas envolvidas em questões políticas atentam-se para questões de vigilância de crimes e de perseguições por emitir opiniões contrárias aos detentores de poder. A liberdade do mundo *on-line* não é tão irrestrita como parece; mas utilizá-la com planejamento pode permitir o desenvolvimento de ações legalizadas e o contorno de algumas barreiras a ser superadas pelos movimentos sociais.

2. Ciberativismo

Participação política na internet consiste em inúmeras modalidades de atuação em determinado âmbito da sociedade, dentre elas o ativismo político. A atuação em atividades vinculadas a atos políticos pode ser realizada por ativistas, por militantes, por radicais ou por revolucionários. Cada termo possui um sentido e Assis (2006) sugere que o primeiro seja utilizado, pois os três últimos designam, respectivamente, defesa por uma única causa, atitudes incomuns e extremistas, enquanto ativismo:

É “mais” que um militante – participa de um grupo, segue seus ideais, mas também vai às ruas e cria situações de conforto com seus alvos – e “menos” que um revolucionário – suas ações não buscam remodelar o sistema de poder vigente de forma impositiva. O ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos (ASSIS, 2006, p. 14).

O ativista está próximo à perspectiva da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois os atuantes são solidários a diversas causas, engajam-se em diferentes manifestações, buscam mudanças sociais, políticas e econômicas, com a consciência de que as transformações precisam de tempo para concretizar e que elas não decorrem de atos momentâneos e esporádicos, mas contínuos e diários.

Entender o ativismo contribui para compreender as concepções que os pesquisadores da Comunicação atribuem à cibernitância, à ciberativista, à hacktivista, à guerrilha eletrônica ou digital, ao ativismo digital e ao ativismo *on-line*. A especificação de cada nomenclatura permite a concepção peculiar do investigador com

relação ao recente fenômeno do uso da internet nos movimentos sociais contemporâneos. Diferenciá-los é entender que estas palavras não são, necessariamente, sinônimas.

Ciberativismo, por exemplo, não está relacionado ao imaginário, nem à desmaterialização. Amaral e Montardo (2011) o definem como um tema de estudo, cuja proposta é promover “reflexões sobre a potencialização da ação do indivíduo/coletividade em termos de ação política” (p. 108) e as bases teóricas desta linha de pensamento são, principalmente, filosófica, sociológica e comunicacional (AMARAL; MONTARDO, 2011). Rigitano (2003) coloca o termo como sinônimo de ativismo *on-line* e ativismo digital, cujo interesse é utilizar a internet como meio de comunicação, para a execução de duas atividades distintas: como fonte alternativa de informação, e como meio para organizar ações *on-line*, *off-line* e *on-line/off-line*.

Cavalcante (2010) afirma que o ciberativismo não ocorre apenas na internet, enquanto lugar, mas fora dela também. A autora divide o ciberativismo em três categorias: a primeira é conscientizar e apoiar, disseminando informações e conhecimentos; a segunda, organizar e mobilizar, realizando ações *on-line*, *off-line* e *on-line/off-line*; e a terceira, ação e reação, com os ataques de *hackers*, conformando no que poderia chamar de cibercrimes (CAVALCANTE, 2010). Os cibermilitantes são, por sua vez, pessoas vinculadas ao ciberativismo, elas assumem o compromisso de incentivar, aprofundar e ampliar o debate, por meio da otimização dos recursos disponíveis na rede mundial de computadores (CAVALCANTE, 2010).

O ciberativismo tende a maximizar os efeitos do ativismo, contudo não no sentido de promover mudanças radicais, nem revolucionárias, e sim no sentido de ampliar a divulgação das informações e dos conhecimentos acerca da causa em que os manifestantes encontram-se engajados. A atuação ativista é aprimorada, a rede de computadores torna-se mais um local de atuação, no qual os ativistas desenvolvem ações que agregam valor às manifestações realizadas no contexto *off-line*. A organização dos movimentos sociais pode ser aperfeiçoada com a capacidade de armazenamento de arquivos da internet, tanto espacial quanto temporal.

Quanto ao *hacktivismo*, ele é composto de *hackers*²³, os quais se diferenciam em: *hackers* de narrativas, promovendo debates sobre vários assuntos; e *hackers* de

²³ *Hacker*: 1. Indivíduo obcecado por computadores e programas; 1.1. Pessoa que se introduz em sistemas informáticos alheios, já com objetivos ilícitos, já por gosto da aventura e da experimentação. Fonte: Dicionário Houaiss (<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=hacker>). Data de Acesso: 13/11/2013.

códigos, invadindo endereços eletrônicos, com o objetivo de promover uma internet mais livre (ANTOUN, MALINI, 2013). O trabalho do *hacker* não é “em hipótese nenhuma, de altruísmo. O *hacker* busca o reconhecimento social, o que torna o seu principal instrumento de valoração do próprio trabalho” (ANTOUN, MALINI, 2013, p. 31).

Sobre os *hacktivistas*, Gonçalves (2007) os alia aos artistas na promoção de uma resistência nômade, cuja proposta é realizar discussões sociais de forma lúdica, na tentativa de ampliar o número de membros engajados em determinada causa. A principal filosofia deste movimento é “faça-você-mesmo”, com pessoas atuando em diferentes lugares, em um mesmo tempo, de maneira organizada e estruturada (GONÇALVES, 2007).

Comparado ao ciberativismo, o *hacktivismo* se assemelha com a proposta apresentada por Gonçalves (2007) de questionar a realidade sem provocar grandes revoluções em um curto período de tempo, permitindo que qualquer pessoa possa desenvolver uma atuação *hacktivista*, a partir do instante em que ela dispõe dos recursos tecnológicos necessários. Para Gonçalves (2007), o *hacktivismo* é realizado por internautas aficionados por computadores, mas que cometem cibercrimes, como a invasão de endereços eletrônicos.

Em relação à guerrilha eletrônica ou digital, ela aparenta ser diferente das demais, pois o objetivo é agregar “diferentes grupos e indivíduos para lutar contra as injustiças sociais, e as violações aos direitos humanos” (MITRE *et al*, 2003, p. 80), o que se subentende que existe inúmeros grupos ativistas, os quais devem se unir para promover a melhoria social como um todo. Mitre *et al* (2003) ressaltam a importância do ativista, que pode utilizar a internet para abraçar diversas causas distintas. Para isto, Mitre, Doimo e Maia (2003) destacam a importância de observar outros grupos, como também difundir o uso da internet entre os membros dos movimentos sociais, pois existe

(...) de uma forma geral, uma grande distância entre os líderes de movimentos de base local e os entusiastas das redes eletrônicas de informação. Para reduzi-la, é preciso evitar o desconhecimento por parte da maioria dos militantes que atuam no “espaço físico” das discussões políticas e das lutas que ocorrem no ciberespaço e vice-versa (MITRE *et al*, 2003, p. 77/8).

Alguns ativistas podem ter interesse em apoiar diferentes lutas, mas por desconhecerem as técnicas para acessar a internet, por exemplo, eles não só tornam-se incapazes de apoiar outros movimentos, como também podem desconfiar desta nova tecnologia comunicacional, a qual não contribuiria de maneira alguma. A falta de conhecimento técnico pode limitar a percepção dos ativistas, impedindo-os de: agregar novos membros para o grupo atuante, difundir informações e trocar conhecimentos.

Para que a diferença do aprendizado técnico não prejudique o desenvolvimento das manifestações, Moraes (2001) cita três desafios a serem superados pelos ativistas: a definição de estratégias, a superação dos entraves econômico e financeiro, e o aprimoramento cognitivo dos ciberativistas, com o objetivo de educá-los, e não doutriná-los. Desta forma, inclusive, o conhecimento pode-se ampliar para além dos mecanismos técnicos para o uso da internet, como o aumento de cultura e a diminuição da apatia política.

A capacidade de utilizar a nova tecnologia não é apenas inserir o movimento social na internet, despejando informações e conhecimentos desordenados. Os ciberativistas devem estar atentos à quantidade e, principalmente, à qualidade do conteúdo que é disponibilizado, pois o espaço ilimitado aumenta a competição entre aqueles que buscam a atenção do internauta. E os manifestantes devem estar atentos para conseguir não apenas na rede mundial de computadores, como também nas mídias tradicionais (DIAS, 2007).

Vizer (2007) destaca que os estudos dos movimentos sociais com relação à internet devem ser percebidos no âmbito interno, observando como: as tecnologias e as capacidades cognitivas são usadas; o estabelecimento das relações de poder daqueles que sabem utilizar as tecnologias disponíveis; o tempo e o espaço são apropriados; os vínculos que são construídos; e a cultura, a comunicação e os símbolos, por meio das mensagens publicadas, são construídos. Vizer (2007) cita que os discursos costumam ser referenciais, interreferenciais e autorreferenciais, respectivamente, falando de si, do contexto inserido e de quem fala, de maneira separada.

É preciso acompanhar sua atividade no calor da própria manifestação, no minuto a minuto do embate dos manifestantes com a arrogância dos que julgam dirigentes do mundo atual e seus agentes, voluntários ou não, que produzem a mídia corporativa. Apenas na urgência desse combate a emergência de um enfoque inusitado sobre um bordão repetido globalmente pelas agências de notícias e os jornais que dela se alimentam pode ganhar todo seu sabor (ANTOUN, 2001, p. 142).

Antoun (2001) relembra que os ciberativistas devem utilizar a internet, principalmente, nos momentos em que estão realizando manifestações no contexto *off-line*, pois assim: o evento torna-se *on-line* e *off-line*, permitindo que pessoas de diferentes localidades geográficas possam participar das atuações, por meio da internet, em tempo simultâneo; e, com objetivos distintos, os meios eletrônicos e os internautas buscam por informações nos endereços eletrônicos dos movimentos. Enquanto os primeiros são para desenvolver reportagens e notícias, os segundos visam o conhecimento dos fatos sem a presença de intermediários (os jornalistas).

Contudo, as narrativas construídas pelos manifestantes não são lineares, estão acompanhadas de elementos que podem tanto identificar os apoiadores das manifestações quanto permitir o controle por parte daqueles que detêm este poder, por meio de: incorporação (*embed*), classificação (*tagging*), aplicativos (*widgets*), vídeo (*streaming*), mobilidade e *software social* (ANTOUN, MALINI, 2012). As histórias são paralelas, garantindo a construção contínua de conhecimento, que é a arma utilizada pelos ativistas: a informação (ANTOUN, MALINI, 2012).

Diferente dos autores anteriores, Castells (2012) não atribui nenhum nome específico para os movimentos sociais que utilizam a internet, a compreensão do autor assemelha-se do ciberativismo quando se refere à presença das redes sociais *on-line* e *off-line*. No entanto, ela se diferencia, complementando o entendimento de ciberativismo, pois estes movimentos seriam com: conexão multimodal (vários formatos), antes, durante e após as manifestações; as redes são descentralizadas, abertas, ilimitadas e estão em constante reconfiguração; elas procuram se proteger dos adversários internos e externos; a internet e o espaço urbano são autônomos; as temáticas são globais; o tempo é atemporal; a origem é espontânea; sem líderes; e igualdade de princípios, principalmente o de não violência (CASTELLS, 2012).

Os ciberativistas são os ativistas do mundo *on-line*. Contudo, eles não se restringem apenas ao contexto da internet, como também atuam no ambiente *off-line*. Eles discutem política nos endereços eletrônicos e vão às ruas protestar, uma ação complementa a outra potencializando o discurso daqueles que lutam por determinadas melhorias sociais. Os manifestantes não objetivam uma única e exclusiva causa, como ocorrida no período da ditadura brasileira, cujo adversário era, principalmente, o governantes militares. Cada um possui a própria luta, mas também apoia outras. As

propostas são fragmentadas e pontuais. Cada dia uma meta e uma conquista e, neste percurso, eles alcançam mudanças graduais e contínuas.

A internet é mais uma fonte de informação, em que os ciberativistas utilizam-na para atividades lúdicas, como o “faça-você-mesmo” próprio da rede mundial de computadores que exige constante atuação do internauta. Os manifestantes não incentivam a realização de cibercrimes, eles almejam a conscientização de determinado problema social, buscam apoio à causa, a organização de manifestações, a mobilização de internautas que ajam e reajam diante das dificuldades encontradas ao longo da luta. Dentre os obstáculos está a falta de conhecimento técnico por parte de alguns ativistas, que ainda não podem ser considerados ciberativistas por desconhecerem o uso da rede.

E incapacidade de utilizar os recursos disponíveis na internet não se restringe apenas ao conectá-la ou ao desconectá-la. Alguns internautas sabem fazê-lo, mas não conseguem avançar em determinadas lutas e esta diferença pode interferir no sistema de hierarquia do movimento. A situação também pode ocorrer quando a pessoa sabe fazer uso, mas não dispõe do suporte que acessa à rede no momento em que os ciberativistas estão nas ruas, protestando. Os ciberativistas são aqueles promovem atuações globais, no espaço *on-line* ilimitado, de forma aparentemente descentralizada e aberta. Contudo, para isto acontecer, faz-se primordial que eles tenham acesso à internet, interessem-se por discussões políticas e engajem-se nas lutas.

3. Ilustrações do Ciberativismo

A origem do ciberativismo possui diferentes versões: uma de Cavalcante (2010), outra de Malini e Antoun (2013). O primeiro afirma que o ciberativismo surgiu na década de 90, com grande destaque para o Movimento Zapatista, no México, em 1994, e algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), como Greenpeace, PeaceNet e Anistia Internacional. Estes grupos almejavam acabar com a apatia política e promover debates na internet.

Malini e Antoun (2013) apontam que 1984 foi o ano que começou a militância na internet, período em que os militares estadunidenses ligados à Arpanet diminuíram a atenção à rede, provocando o aumento de interesse por parte dos civis não universitários. Os autores complementam que a mudança dos desenvolvedores da rede mundial de computadores propiciou o surgimento do ciberativismo, com o uso de três

ferramentas: a Usenet (Rede de Usuários Unix – *Unix Users Network*); as BBSs (*Bulletin Board System*); e o *Free Software Foundation* (MALINI, ANTOUN, 2013).

Assim, considera-se que os estadunidenses podem ter se mobilizado antes do Movimento Zapatista, em 1994, no México, contudo a luta mexicana foi a primeira com relevância internacional. Assim, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México; a Primavera Árabe, no Egito; e o Indignados/15-M, na Espanha, são os exemplos estudados nesta dissertação, a fim de traçar um panorama histórico dos movimentos sociais que se apropriaram da internet para desenvolver cada luta proposta. Os movimentos egípcios e espanhóis se justificam por se tratarem de atuações em países, cujos regimes de governo são diferentes, ou seja, ditadura e democracia, respectivamente.

3.1 Exército Zapatista de Libertação Nacional, México

Como apresentado no capítulo 2, a primeira conexão à internet no México ocorreu em 1989 (LAU; VERA, 1995). Passados 15 anos, em 2004, o setor privado da rede mundial de computadores era dominado pela TELMEX e, o setor público apresentava o maior preço da banda-larga e o menor qualidade dentre os países da OCDE (VERA, 2004). E, neste intervalo de tempo, o Exército Zapatista desenvolveu um dos maiores movimentos sociais que se apropriou da internet no mundo ocidental, iniciado em 1994. Assim, os parágrafos seguintes fazem um panorama deste período da história mexicana e como eles se apropriaram da rede mundial de computadores para desenvolvê-lo.

Na década de 1950, os latifundiários expulsaram os indígenas das respectivas terras, o que provocou a ida deles para a Selva de Lacandona, onde produziram agricultura de subsistência e surgiu o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no estado de Chiapas, México. Nos anos 1970. Dom Samuel Ruiz, Bispo de San Cristóbal de las Casas substituiu as funções do Estado na região em que moravam os indígenas e, em 1974, eles realizaram o Primeiro Congresso Indígena Freio Bartolomé de las Casas, com o objetivo de discutir o abandono deste povo por parte dos governantes (PIMENTA; RIVELLO, 2008a).

Com o evento, o Estado exigiu que todos os índios deixassem a região, exceto os lacandones, pois esta era uma tribo em extinção. Inconformados com a decisão, os indígenas e os revolucionários socialistas se uniram e permaneceram escondidos por 10

anos na Selva. Durante este período, o movimento cresceu em número de pessoas, e o discurso foi reforçado com proposta de tomar o poder para a instauração de um governo socialista mexicano, por meio da luta armada (PIMENTA; RIVELLO, 2008a). Eles não conseguiram promover a revolução e, no início da década de 1990, a Guerra Fria acabou, os Estados Unidos ascenderam economicamente e o México assinou o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) (PIMENTA, RIVELLO, 2008b).

Primeiro de janeiro de 1994. Em muitos lares mexicanos os champanhes estouraram comemorando a chegada do ano novo e a entrada em vigor do Nafta (*North American Free Trade Agreement*) ou TLC (Tratado de Livre Comércio), o acordo comercial entre Estados Unidos, Canadá e México, a tão anunciada porta para o chamado primeiro mundo, como não cansou de propagandear o governo do então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, eleito em 1988, em pleito que teve o resultado contestado pela oposição ao PRI (Partido Revolucionário Institucional). Mas naquela mesma madrugada de festa, das entranhas do esquecido México profundo, no coração da longínqua selva lacandona, milhares de mestiços e índios das etnias tzotzil, tzeltal, tojolabal, chol, mame e zoque, herdeiros da cultura maia, desceram das montanhas para ocupar várias cidades e localidades do empobrecido Estado de Chiapas, no sul do país, região fronteira com a Guatemala. Surgiram das brumas da noite como guerrilheiros do autodenominado e até então desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, surpreendendo em suas ações-relâmpago não só à sociedade e ao governo mexicano, mas a todo o mundo (ORTIZ, 2005, p. 173/174).

A narrativa de Ortiz (2005) reconta a história do dia 01 de janeiro de 1994 sob duas perspectivas. Cientes da visibilidade que o Nafta traria para ao México, o EZLN aproveitou a oportunidade para atrair a atenção para a própria causa. Nesta época, o objetivo inicial dos Zapatistas tinha sido alterado e eles passavam a exigir o direito de autogerenciamento por parte das comunidades indígenas, com a apropriação de terras, espaço nos meios de comunicação e o entendimento dos “problemas enfrentados pelas comunidades de Chiapas dentro de um contexto global de aprofundamento da exclusão social causada por políticas neoliberais” (PIMENTA; RIVELLO, 2009a).

Ainda em 1994, os Zapatistas organizaram a Convenção Nacional Democrática, na antiga Guadalupe Tepeyac, atual Aguascalientes, com a presença de mais de seis mil pessoas, dentre eles mexicanos e estrangeiros. No mesmo ano, houve também 12 dias de confronto entre Governo e indígenas, seguido de trégua, pois o presidente Salinas de Gortari havia encaminhado um projeto de Lei de Anistia aos Rebeldes. E, em fevereiro

de 1996, o Estado e os Zapatistas assinaram os Acordos de San Andrés sobre Direitos e Culturas Indígenas, suspenso sete meses depois, em setembro, por parte dos manifestantes, pois os governantes não estavam cumprindo com a parte que lhes cabia (PIMENTA; RIVELLO, 2008a).

Em abril de 1996, os Zapatistas organizam o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (Encontro Intergaláctico, em Chiapas), com a participação de inúmeros países, inclusive os brasileiros foram representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento dos Sem Terra (MST), pela Intersindical dos Eletricitários do Sul e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O Segundo Encontro foi em Barcelona, Espanha, e o Terceiro, em Belém, Pará, Brasil (PIMENTA, RIVELLO, 2008a).

Passados nove anos, em julho de 2005, os Zapatistas lançaram a Sexta Declaração da Selva Lacandona, quando

[...] o movimento refaz seu percurso histórico, elabora novo diagnóstico da situação política e social do país, reafirma suas propostas e lança mais um convite-provocação à sociedade civil, agora para uma ampla consulta nacional em que pretendem ouvir os mais variados setores sociais e regiões do México com vistas à elaboração de uma nova proposta constitucional que inclua na lei maior do país os direitos e as reivindicações indígenas e dos segmentos marginalizados (ORTIZ, 2005, p. 182).

Contudo, a Sexta Declaração teve menor impacto perante à sociedade mexicana do que as anteriores, pois a população do México estava decepcionada com a presença de paramilitares próximos às comunidades Zapatistas e o posicionamento dos manifestantes no período eleitoral (PIMENTA; RIVELLO, 2008b), que opuseram-se a todos os partidos políticos (CUEVA, 2005). Em novembro de 2005, o EZLN não tinha mais membros civis, os membros propuseram a formação de um novo grupo, o qual nunca foi constituído no México. E, na Europa, parte da população do continente criou o Grupo Europa Zapatistas (www.europazapatista.org), cuja proposta é organizar ações solidárias às comunidades Zapatistas (PIMENTA; RIVELLO, 2008b).

Durante estes embates, a internet foi inserida de maneira gradual, começando pelas listas de discussões e *e-mails* até a construção de endereços eletrônicos com a tradução de conteúdo para vários idiomas (PIMENTA; RIVELLO, 2008a). Os Zapatistas visavam à transmissão de conhecimento sem o uso dos meios de comunicação tradicionais e, para isso, precisaram da colaboração do público

internacional, o qual ajudou a continuar o projeto quando decidiu por estabelecer diálogo com os manifestantes mexicanos (DOWNING, 2002).

Downing (2002) acredita que os Zapatistas não queriam adeptos à causa defendida por eles, e sim “inspirar os outros a engajar-se no exercício dialógico transformador, em âmbito local e nacional” (p. 296). Este objetivo foi atingido graças às traduções das mensagens inseridas nos endereços eletrônicos do EZLN (DOWNING, 2002), por exemplo no *site* abaixo que começou a funcionar em 1996 e, hoje, apresenta o seguinte *design*.

Figura 01 – Site do EZLN – Página “Inicio”



Na página inicial, o site ezln.org está em espanhol, possuindo traduções para as línguas inglesa, francesa e alemã.

A página inicial apresenta duas formas de o internauta interagir com os membros do site: a primeira é o acesso restrito, por meio de *login* e senha; a segunda é com o recebimento de *Newsletter*.

Fonte: www.ezln.org

A disponibilidade de informações em vários idiomas permitiu um vasto alcance espacial do conteúdo publicado. Somente o inglês, o francês e o espanhol representam três das seis línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), organização internacional responsável por promover a paz e o desenvolvimento de todos os países do mundo²⁴, não se tratando de idiomas com poucos falantes. E para se estabelecer o contato inicial por meio do *site*, o internauta pode pedir para receber as *Newsletters* e manter-se atualizado sem a necessidade dos intermediários da notícia. O endereço

²⁴ Fonte: <http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>. Data de Acesso: 13/11/2013.

também disponibiliza um espaço exclusivo para aqueles possuem *login* e senha, os quais não estão ao alcance de qualquer pessoa. Por falar em restrição, o EZLN possui a Revista Chiapas (www.ezln.org/revistachiapas/), cujo acesso exige autorização do diretório do grupo.

A Radio Insurgente é outro endereço eletrônico Zapatista, a qual possibilita a reprodução de documentos sonoros. Ao contrário das emissoras que se limitam a determinado espaço geográfico, o rádio *on-line* permite o acesso em qualquer localidade onde possa se acessar à internet, e ainda garante o arquivamento de conteúdos no tempo. Assim como no *site* institucional do EZLN, neste também encontra-se produções em italiano, alemão, espanhol, inglês e francês.

Figura 02 – Site da Radio Insurgente – Página “Inicio”

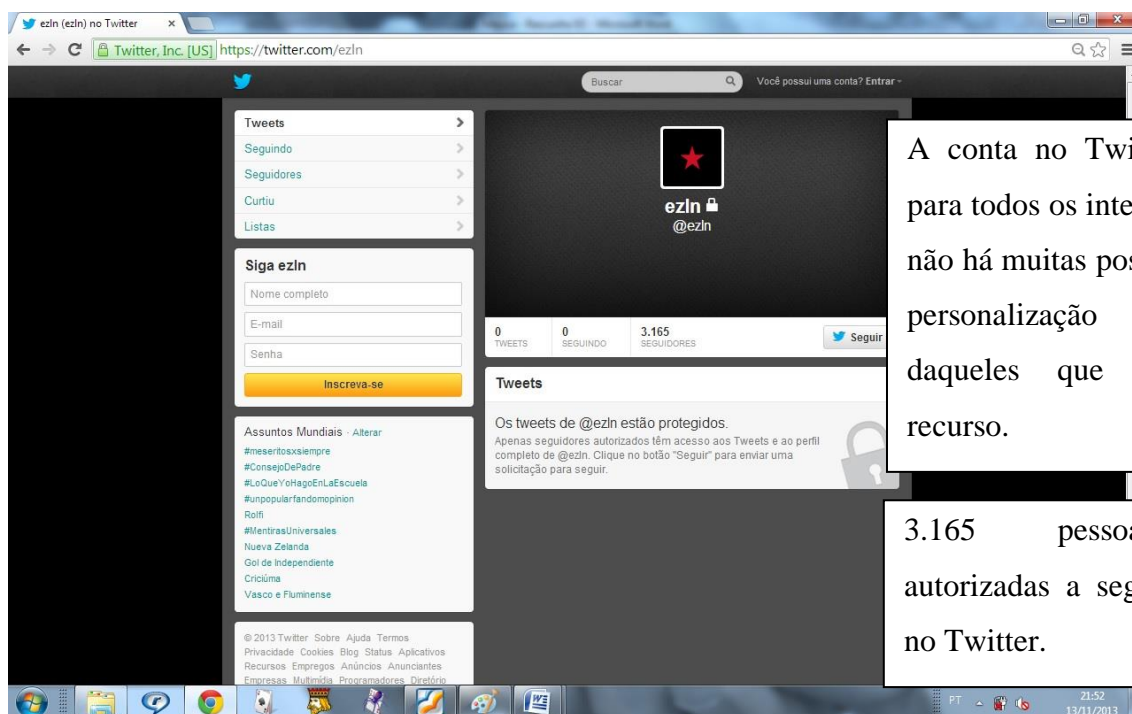


Fonte: www.radioinsurgente.org

No *site Palabra* EZLN (www.palabra.ezln.org.mx), os Zapatistas arquivaram documentos em espanhol, como: a Primeira Declaração da Selva de Lacandona, em 1993; a descrição dos momentos de luta; a transcrição de entrevistas. As últimas atualizações datam de 2003, ou seja, armazena cerca de 10 anos de história do movimento mexicano. Na revista eletrônica *Rebeldia* (www.revistarebeldia.org), o internauta encontra 09 anos de pesquisas sobre os Zapatistas, publicadas desde 14 de

janeiro de 2003 até 01 de janeiro de 2012. E para além dos *sites*, os movimento também se insere nas redes sociais, como Twitter e Facebook.

Figura 03 – Conta no Twitter - @EZLN



A conta no Twitter é padrão para todos os internautas, assim não há muitas possibilidades de personalização por parte daqueles que utilizam do recurso.

3.165 pessoas foram autorizadas a seguir o @ezln, no Twitter.

Fonte: www.twitter.com/ezln

O Twitter é uma rede social, o qual permite a publicação mensagens, denominadas *tweets*, com até 140 caracteres. As pessoas seguem umas às outras no Twitter, o que permite aos seguidores a visualização, o *retweet* e a resposta do conteúdo publicado pelo internauta seguido. Para ser seguir alguém, basta que o internauta clique no botão escrito “Seguir”; contudo a pessoa a ser seguida pode exigir, ou não, autorização prévia do acompanhamento da página por parte do seguidor. No caso do @EZLN, eles optaram por verificar quem os acompanha na página, assim não é qualquer internauta que tem acesso a estas publicações. A situação é diferente na rede social, Facebook.

Figura 04 – *Fanpage* no Facebook do EZLN



Nesta ferramenta da internet, o internauta tem um padrão com poucas alterações de personalização. Os conteúdos publicados na *fanpage* estão, principalmente, em espanhol.

A *fanpage* do Facebook possui 88.774 curtidores que pediram para receber as informações publicadas pelo grupo.

Fonte: www.facebook.com/pages/EZLN/153375201342156?fref=ts

O Facebook é uma rede social, em que os internautas podem encontrar perfis individuais e *fanpages*. A primeira é, geralmente, ocupada por pessoas que adiciona amigos, e a segunda costuma ter alguma temática, como: empresarial, interesses sociais e psicológicos, grupos de lutas, entre outros. As *fanpages* não possuem amigos, e sim curtidores, nome atribuído aos internautas que acompanham as publicações da página no Facebook, tal como ocorre com os seguidores do Twitter. A diferença entre ambas é que a rede social de Mark Zuckerberg não permite a solicitação de autorização para “Curtir”, se a pessoa quiser, ela curte independente da vontade do responsável pela página. E, talvez por esta razão, a *fanpage* do EZLN apresenta maior número de curtidores do que de seguidores no Twitter.

3.2 Primavera Árabe, Egito

O Egito é um dos países mais populosos dentre os países árabes. A importância histórica do país está em ser o berço de ideias políticas, com o Nacionalismo Árabe; e culturais, com a música, o cinema e a literatura Pan-Árabe. A geografia egípcia é relevante, pois o país tanto está próximo à Europa e às reservas petrolíferas, como

“controla o Canal de Suez, a mais importante rota comercial, e continua a desempenhar uma importante função na geopolítica do Oriente Médio”²⁵ [tradução livre] (OSMAN, 2010, p. 05).

Com relação aos representantes políticos do país, Mohamed Ali governou o Egito de 1805 a 1849. Considerado o “Fundador do Egito Moderno”, ele instaurou o período monárquico de influência europeia que durou até 1952. Posteriormente, o regime sofreu um golpe e Gamal Abdel Nasser assumiu o poder até 1970, quando ele faleceu. O período de Nasserismo “significa o único projeto de desenvolvimento verdadeiramente egípcio na história do país, desde a queda dos faraós”²⁶ [tradução livre] (OSMAN, 2010, p. 43).

Com a morte de Nasser, o vice Anwar Sadat assumiu o poder e se manteve no governo até 1981, quando foi assassinado por fundamentalistas islâmicos (OSMAN, 2010). Durante este período, Sadat quebrou relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aliou-se aos Estados Unidos e iniciou um processo de paz com Israel. Após a morte de Sadat, Hosni Mubarak tornou-se governante do Egito de 1981 até 11 de fevereiro de 2011, quando ele renunciou após as manifestações da população que pediram o fim do governo autoritário.

As insatisfações da população egípcia não são recentes, em 2005, o *Miércoles Negro* foi a luta pelos direitos das mulheres, que resultou em repressões brutais; e em 2005 e em 2010, a população protestou contra as fraudes no processo eleitoral (CASTELLS, 2012). Em 2009, por meio do Facebook, alguns ativistas se mobilizaram para “protestar contra uma proposta de lei que limitava a largura de banda consumida por usuários da internet” (KIRKPATRICK, 2011, p. 309), um fato importante, pois, em tempos passados, era proibido contestar e, desta vez, a população não só questionou os representantes do governo como conseguiu que o Ministro das Comunicações atendesse as reivindicações (KIRKPATRICK, 2011).

A corrupção policial em Alexandria, Egito, também era outro motivo que provocava indignação da população. Tanto que, em 2010, o cidadão egípcio Khaled Said decidiu distribuir um vídeo denunciando o assunto, razão pela qual ele foi torturado até a morte por policiais²⁷. Em memória dele, a *fanpage* “*We are all Khaled*

²⁵ “It controls the Suez Canal, the world’s most important trade route, and it continues to play a pivotal role in Middle Eastern geopolitics” (OSMAN, 2010, p. 05).

²⁶ “[...] signifies the only truly Egyptian developmental project in the country’s history since the fall of the pharaonic state” (OSMAN, 2010, p. 43)

²⁷ Fonte: Informações Gerais da *Fanpage* do Facebook.

Said” foi criada no Facebook (CASTELLS, 2012), com a contribuição do executivo de marketing da Google, Wael Ghonim.

Figura 05 – Fanpage no Facebook do We Are All Khaled Said



Fonte: www.facebook.com/elshaheed.co.uk?fref=ts

A *fanpage* conta com 337 mil curtidos, no instante em que esta imagem foi capturada (16/11/2013). O inglês é o idioma mais utilizado por aqueles que inserem conteúdo na página.

A *fanpage* tem um hiperlink que direciona o internauta para outra página, com mais informações sobre o grupo. O endereço eletrônico é www.elshaheed.co.uk, com o país de origem sendo o Reino Unido.

O objetivo inicial da *fanpage* era a denúncia aos regimes ditatoriais e à defesa pelos direitos humanos, porém, logo depois, passou a ser um espaço para divulgação de informações sobre as manifestações, cujo lema era “Pão, Liberdade e Justiça”. As publicações são em formatos textuais, imagéticos e audiovisuais, as quais os internautas podem interagir por meio das curtidas, comentários e compartilhamentos. Há também convocações para manifestações no ambiente *off-line*, seja em apenas um lugar específico, como em Londres, Reino Unido; seja em várias e não especificadas localidades no mundo, como eles descrevem²⁸.

Importante salientar que junto aos comentários das denúncias, havia usuários que afirmavam não acreditar que aquilo havia sido feito num inocente e que a polícia estava fazendo seu papel. Entretanto, não fica

(<https://www.facebook.com/elshaheed.co.uk/info>). Data de Acesso: 15/11/2013.

²⁸ Fonte: <https://www.facebook.com/elshaheed.co.uk/events?ref=ts>. Data de Acesso: 16/11/2013.

claro se estas são mensagens reais ou se foram feitas pela equipe de monitoramento do governo egípcio (REIS; BARROS, 2011, s/n).

Esta descrição dos acontecimentos no Egito ilustra o poder da internet tanto em prover liberdade aos internautas, como também de facilitar a vigilância por parte de adversários. A rede mundial de computadores contribuiu para a disseminação de conteúdos sobre a insatisfação da população local e de outros países com os respectivos governantes, como também a exposição dos fatos permitiu que o Governo egípcio repreendesse os manifestantes egípcios, censurassem os meios de comunicação e bloqueassem o acesso à internet (CASTELLS, 2012).

Dentre os resultados deste embate (CASTELLS, 2012), os ativistas conseguiram o desbloquear a censura com o conhecimento dos *hackers*; receberam apoio de entidades internacional defensoras dos direitos humanos; e a Al Jazira, empresa de comunicação local, continuou divulgando informações com o apoio do jornalismo cidadão, Além disso, o governo do Egito perdeu, aproximadamente, 90 milhões de dólares por cinco dias sem acesso à rede, como também foi pressionado pelos EUA pela volta da normalidade no país (CASTELLS, 2012).

As redes de internet, as redes móveis, as redes sociais pré-existentes, as manifestações na rua, a ocupação de praças públicas e as reuniões, às sextas-feiras, em torno das mesquitas, contribuíram para formar as redes multimodais, espontâneas, geralmente sem líderes, que colocaram em pé a revolução egípcia [tradução livre] (CASTELLS, 2010, p. 68).²⁹

O descontentamento da população não podia mais ser controlado, a internet potencializou e conectou os egípcios de tal maneira que não tinha mais retorno. Os *hackers* apoiavam a luta, contribuíram para derrubar barreiras e continuaram acessando à rede. As manifestações se fizeram presentes no Facebook, no Twitter e no Youtube, com a disponibilização de informações que permitiam a troca de mensagens entre os ativistas egípcios e estrangeiros. A compreensão da internet como espaço de luta foi representada em charges e em cartazes, divulgados no período.

²⁹ “*las redes de Internet, las redes móviles, las redes sociales preexistentes, las manifestaciones en la calle, la ocupación de plazas públicas y las reuniones de los viernes alrededor de las mezquitas contribuyeron a formar las redes multimodais, espontánea, generalmente sin líderes, que pusieron en pie la revolución egípcia.*”. (CASTELLS, 2010, p. 68)

Figura 06 – Manifestante com cartaz escrito *Egypt* (Egito, em inglês)



Fonte: Google Imagens.

Nesta fotografia, o manifestante utiliza-se de ícones da internet para formar a palavra Egito, podendo indicar que a rede proporciona a liberdade e garante o fim da ditadura no país. Da palavra *Egypt*, a letra “E” é representada pelo símbolo da Internet Explorer; o “G”, do Google; o “Y”, do Yahoo!; e o “T” do Twitter. Este último foi utilizado de pelos egípcios e, diferentemente dos mexicanos, os internautas que tinham interesse em segui-los não precisava de aprovação, bastava clicar no *link* “Seguir” e já podia acompanhar as publicações dos ciberativistas.

Figura 07 – Conta no Twitter do *We Are All Khaled Said*



Fonte: www.twitter.com/Alshaheed

As diferenças com o movimento Zapatista não se restringem à restrição de informações, mas também à condição em que ambos os grupos começaram a luta. Enquanto o EZLN surgiu sem a presença da internet na sociedade, a Primavera Árabe começou no ambiente *on-line*. Como os egípcios não tinham liberdade de expressão e de imprensa nas ruas, eles recorriam à rede mundial de computadores para divulgar ao mundo o que acontecia dentro do país. As preocupações iniciais vivenciadas pelos mexicanos não foi percebida pelos manifestantes do Egito.

3.3 Indignados/15-M, Espanha

Diferentemente do México e do Egito, a Espanha nunca foi colônia. Na Idade Moderna, ela, junto com Portugal, foi uma das nações que colonizou a América. E, na Idade Contemporânea, o país não participou de nenhuma guerra no continente europeu, pois os conflitos napoleônicos foram os últimos em que os espanhóis se envolveram. De 1936 a 1939, o país viveu a Guerra Civil Espanhola, embate que mobilizou “*instantaneamente* as simpatias da esquerda e da direita na Europa e nas Américas, especialmente os intelectuais ocidentais” [destaque do autor] (HOBSBAWN, 1995, p.

157). Em 1939, o general Francisco Franco assumiu o governo do país, permanecendo até a morte em 1975, quando a Espanha passou por um processo de democratização (HOBSBAWN, 1995).

Dentre alguns movimentos sociais que atuaram na sociedade espanhola ao longo do século XX, Sarfati e Toutin (2007) relatam o *Euskaki Ta Askatasuna* (ETA), cuja tradução significa “Pátria Basca e Liberdade”. O grupo surgiu em 1892, com a proposta de separar o País Basco do restante do território espanhol. Em 1959, a insatisfeita juventude do Partido Nacional Vasco (PNV) se desfilou e criou a Organização Sociedade Revolucionária Basca de Libertação Nacional ETA. Em 1960, os manifestantes começam com a luta armada; em 1974, eles fazem um ataque maciço à sociedade espanhola, matando e ferindo cidadãos; em 1995, o grupo propõe o Programa “Alternativa Democrática”, cujo objetivo é o alcance das metas por meios pacíficos. Os instantes de lutas com e sem armas se alternam até 1999, quando os ataques violentos retornam (SARFATI; TOUTIN, 2007).

Tejerina *et al* (2006) apontam que a visibilidade dos movimentos que visam às melhorias no contexto mundial conseguiu maior alcance a partir da imagem de manifestantes contrários à Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, Estados Unidos, em 1999. Tejerina e outros pesquisadores realizaram uma pesquisa em 2004, publicada em 2006, sobre o perfil dos ativistas pertencentes do Movimento por uma Justiça Global³⁰ focado na Espanha. Segundo os autores, 72,3% tinham menos de 34 anos e 9%, mais de 45; 70,5% eram universitários; e 60% utilizavam o computador todos os dias, sendo que 47% acessavam a internet e 51,8%, o *e-mail*. Outros dados presentes nesta avaliação são os motivos que levaram os ativistas a serem solidários e contrários à globalização, os aspectos que mais valorizavam nestas propostas, e as razões que objetivavam nesta luta (TEJERINA *et al*, 2006).

A afirmação de princípios morais, como justiça e igualdade, a oposição à dominação econômica, a defesa de uma identidade nacional em face da global, o impulso a uma globalização diferenciada e a transformação de estruturas políticas e democráticas são as razões que incentivaram os movimentos antiglobalização. Estes tiveram como aspectos valorativos a diversidade de ideias e de componentes, a

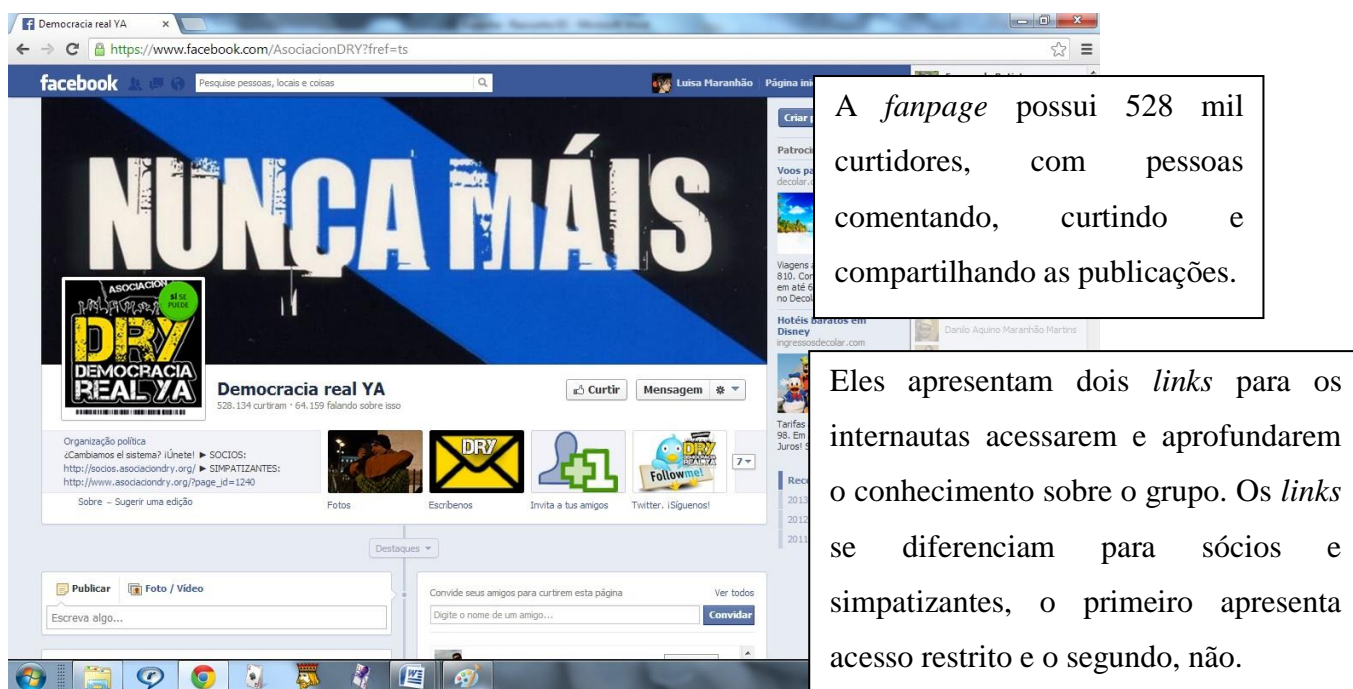
³⁰ Movimento pela Justiça Global baseia-se que “a rápida expansão dos processos de globalização das últimas décadas facilitou tanto a emergência de formas de resistência em relação com as suas consequências como o nascimento de processos de mobilização social a favor de uma globalização alternativa” (TEJERINA *et al*, 2006)

horizontalidade do movimento, a transposição de fronteiras culturais e a possibilidade de cada um alcançar os próprios objetivos (TEJERINA *et al*, 2006).

Conforme Tejerina *et al* (2006), os membros que participaram destas manifestações eram solidários, na medida em que compartilhavam as reivindicações, entraram em consenso sobre temas debatidos e buscavam alteração da realidade que lhes desagradavam. Visando à melhoria da democracia, à luta por outra globalização e ao desejo de que os cidadãos participassem, efetivamente, dos problemas sociais das respectivas localidades (TEJERINA *et al*, 2006). Conhecimentos como estes indicam que parte da sociedade espanhola estava preocupada com os problemas sociais, antes mesmo da crise econômica mundial de 2008 e antes dos problemas da Grécia, no final de 2009 e início de 2010.

Em fevereiro de 2011, a crise do euro atingiu o apogeu na Espanha. Os ativistas criaram a *fanpage* “*Democracia real YA*” no Facebook, depois de ter criado fórum, blog e *e-mail* para promover debates entre os membros. No dia 02 de março de 2011, com o slogan “*¡Democracia real YA! Toma la calle. No somos mercancía en manos de políticos y banqueros*”, os ativistas convocaram um protesto para o dia 15 de maio de 2011, a qual foi ignorada pelos meios de comunicação de massa e, sem nenhum apoio institucional, eles divulgaram pela rede mundial de computadores. O resultado foi uma manifestação pacífica com 50.000 pessoas em Madri, 20.000 em Barcelona, 10.000 em Valencia e mais outras 50 cidades espanholas.

Figura 08 – *Fanpage* no Facebook do “Democracia real YA”



Fonte: www.facebook.com/AsociacionDRY?fref=ts

A *fanpage* do Facebook é acessada principalmente por internautas de 25 a 34 anos, faixa etária que diferencia dos ciberativistas egípcios, cuja idade mais atuante nesta rede social é entre 18 e 24 anos, enquanto os mexicanos englobam os dois grupos, eles estão entre 18 e 34 anos. As cidades mais atuantes dos grupos são as respectivas capitais de cada país, ou seja, Madri na Espanha, Cairo no Egito e Cidade do México, no México. E, tal qual os manifestantes mexicanos, eles também possuem um endereço eletrônico com acesso restrito e outro aberto para a comunidade do mundo *on-line*.

No Twitter, os ativistas utilizaram a *hashtag* #Spanishrevolution para identificar o movimento, chegando a aparecer nos *Trending Topics*, o que significa ser um dos temas mais comentados no referido endereço eletrônico (MARQUEZ; MALINI, 2011). Durante as manifestações *off-line*, os ativistas continuaram e ampliaram a discussão proposta inicialmente na internet, o que os motivou a permanecerem nos locais de atuação, como *Puerta del Sol*, em Madri, e *Plaza de Catalunya*, em Barcelona (CASTELLS, 2012), sendo que nesta última os policiais obrigaram a retirada das pessoas, o que originou a *hashtag* #bcnsinmiedo (MARQUEZ; MALINI, 2011)

Figura 09 – Conta no Twitter do “*Democracia real YA!*”



Fonte: twitter.com/democraciareal

Marquez e Malini (2011) afirmam que as publicações dos ativistas no Twitter passaram a ter mais validade como fonte de informação do que os sites jornalísticos. Os *tweets* tinham quatro formatos: informativo, opinativo, relato e apelativo (MARQUEZ; MALINI, 2011). Com a colaboração de inúmeras pessoas, os ativistas conseguiram elaborar histórias com início, meio e fim na rede social, e estas eram construídas em tempo instantâneo (MARQUEZ, MALINI, 2011). De 15 de maio a 15 de outubro de 2011, houve um aumento no número de pessoas que apoiavam a causa dos manifestantes espanhóis.

Em 15 de outubro de 2011, uma manifestação global convocada pela internet por iniciativa de uma rede de ativistas que tinham se reunido em Barcelona, no início de setembro, concentrou milhares de manifestantes de 951 cidades, em 82 países do mundo com o slogan: “Unidos por uma mudança global”. Em Madri, houve quase 500.000 manifestantes, em Barcelona, 400.000 (CASTELLS, 2012, p. 120).³¹

³¹ “El 15 de octubre de 2011 una manifestación global convocada por Internet a iniciativa de una red de activistas que se había reunido en Barcelona a principios de septiembre concentró a cientos de miles de manifestantes en 951 ciudades y 82 países del mundo con el eslogan: “Unidos por un cambio global”. En Madrid hubo casi 500.000 manifestantes, y en Barcelona, 400.000”. (CASTELLS, 2012, p. 120)

A internet pode ser considerada como um dos elementos que contribuíram para o crescimento expressivo de pessoas que aderiram à luta espanhola. Ela difundiu amplamente as informações sobre os fatos ocorridos que, talvez, não seriam conhecidos caso os meios de comunicação tradicionais fossem os únicos instrumentos utilizados para a disseminação de conteúdo. Posteriormente, o movimento ficou conhecido no mundo com dois nomes: 15-M, em referência a data da primeira mobilização; e Indignados, inspirado no título de um panfleto do filósofo francês, Stephane Hessel, que era *Indignez-vous!*

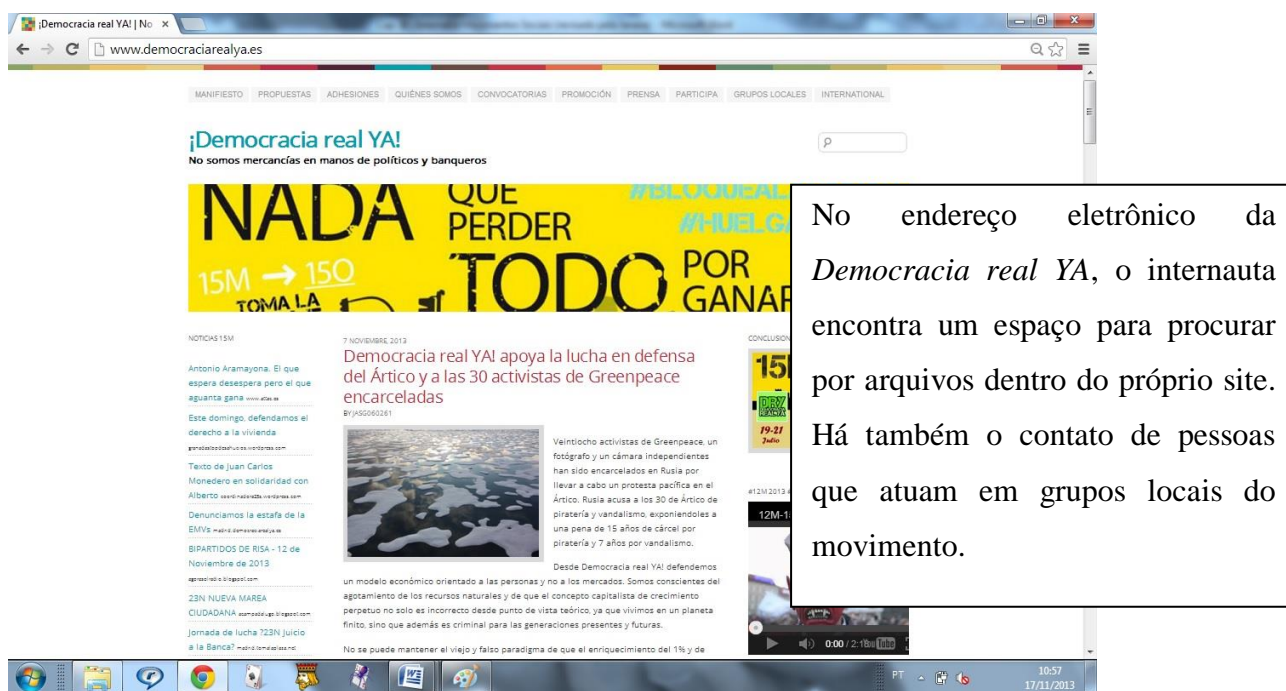
O *¡Democracia real YA!* também tem um site institucional com a descrição das propostas do movimento, a lista com outros membros da sociedade que aderem ao grupo e a lista de convocações para manifestações em âmbito regional e internacional. Os internautas que se propuserem a ajudar podem se inscrever em um *link* como colaboradores, ou em outras redes sociais além do Facebook e do Twitter, como Identi.ca³², Menéame³³ e Tuenti³⁴.

³² Fonte:Identi.ca: Este site funciona pump.io, com alta performance *Open Source* de motor social. Ele lança sua vida para dentro e fora do círculo dos seus amigos, familiares e colegas. [Tradução Livre] “*This site runs pump.io, the high-performance Open Source social engine. It pumps your life in and out of your friends, family and colleagues*”. Fonte: <https://identi.ca/>. Acesso em: 08/02/2014.

³³ Fonte: Menéame: É um *site* que permite enviar uma história que será revisada por todos e será promovida, ou não, à página principal. Quando um usuário envia uma notícia e ela fica na lista dos pendentes até que se obtenha votos suficientes para ser promovida à página principal. Você também encontrará informações, dúvidas e recomendações na Wiki do Menéame. [Tradução Livre] “*Es un web que te permite enviar una historia que será revisada por todos y será promovida, o no, a la página principal. Cuando un usuario envía una noticia ésta queda en la cola de pendientes hasta que reúne los votos suficientes para ser promovida a la página principal. También encontrarás más información, dudas, recomendaciones en el wiki del menéame*”. Fonte: <http://www.meneame.net/faq-es.php>. Acesso em: 08/02/2014.

³⁴ Fonte:Tuenti: Somos uma empresa líder em tecnologia e trabalhamos todos os dias para proporcionar produtos inovadores aos nossos usuários. Nossa equipe é composta de mais de 250 profissionais de mais de 22 países, espalhados por nossos escritórios em Madri e Barcelona. Fonte: <http://corporate.tuenti.com/pt-br/corporate>. Acesso em: 08/02/2014.

Figura 10 – Site do ¡Democracia real YA!



Fonte: www.democraciarealya.es

Os Indignados/15-M possuem pequenos grupos, sendo que 76 estão presentes em território espanhol; e 04 internacionais, localizados nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Irlanda e em Portugal. Dentre os movimentos situados na Espanha, os manifestantes utilizam de diversos recursos multimídias e com diferentes intensidades para promover debates sobre as lutas propostas.

4. Considerações Finais

Ao longo do capítulo, as discussões tiveram a intenção de responder à questão inicial apresentada: como se constrói a relação entre os movimentos sociais e a internet? Percebeu-se que, no cenário brasileiro, a maioria da população ainda não está conectada à internet e, ainda assim, eles conseguem promover discussões sobre política, criar espaços para diálogos, incentivar a reflexão sobre as informações encontradas na internet e convocar internautas para ações no mundo *off-line*. As dificuldades para superar estes desafios são inúmeras, a começar pelo desconhecimento da tecnologia comunicacional, desde o acionamento do botão de liga e desliga até práticas mais complexas de elaboração de vídeos, por exemplo. Contudo, a internet tem pouco mais

de vinte anos no Brasil, ainda há muito o que se fazer e o que se pesquisar sobre o assunto.

Para aqueles que estão inseridos no mundo *on-line*, a facilidade de tornar-se um ciberativista aumenta exponencialmente, afinal, depende apenas o interesse de quem ocupa o outro lado da tela do computador. O internauta precisa se interessar por política e assuntos vinculados aos movimentos sociais, caso contrário ele será apenas um mais um na rede, navegando em uma das inúmeras possibilidades que a tecnologia permite. Os ciberativistas não possuem uma única luta, eles se envolvem em várias do mundo *on-line* e *off-line*; são pessoas com espírito solidário e capazes de criar conteúdos que cheguem ao público-alvo da publicação. A potencialização da luta pode se efetivar por meio da construção de *sites* ou de redes sociais, ambas garantem diálogo, divulgação de material multimídia e de hipertextos.

O México é um país democrático e em desenvolvimento, em que a conexão da internet foi realizada pela primeira vez em 1989. Assim, o EZLN surgiu antes mesmo da rede mundial de computadores chegar às terras mexicanas, o que talvez permitiu aos manifestantes fazer uma reflexão sobre o uso da nova e desconhecida tecnologia comunicacional. Ela foi inserida de maneira gradual, lenta e planejada, e os ciberativistas contam com diversos endereços eletrônicos, com publicações traduzidas em inúmeros idiomas. Assim como no Egito e na Espanha, a interatividade, a multimídia e o hipertexto se fazem presentes aqui.

Contudo, diferente dos mexicanos, os egípcios dialogam principalmente em inglês. Ainda que este idioma seja conhecido internacionalmente, muitas pessoas ainda o desconhecem, o que restringe determinados públicos-alvos por parte dos ciberativistas do Egito. Outra peculiaridade egípcia está vinculada ao contexto social do país que, até a queda de Mubarak em 2011, vivia sob regime ditatorial e, mesmo assim, os internautas envolvidos na luta do *We Are All Khaled Said* não deixam explícitas o acesso restrito de informações por parte da comunidade em geral. Seria porque eles não tem nenhum endereço específico ou porque eles não temem a vigilância dos manifestantes? Eles também não possuem um endereço eletrônico institucional.

A sociedade espanhola se diferencia por ser democrática e, ainda assim, os ciberativistas exibem, de forma explícita, o acesso restrito à determinado *site*. Assim como no Egito, o movimento começou dentro da internet, apropriando-se de recursos disponíveis na rede para aprimorar e legitimar a luta. Como eles noticiam informações sem precisar de intermediários das notícias, os endereços precisam demonstrar

credibilidade para o público-alvo. Os manifestantes são pessoas com até 34 anos, assim como a maioria presente no Movimento por uma Justiça Global, os quais lutam pela mudança no processo de globalização, com a melhoria na qualidade de vida da população do mundo como um todo.

Capítulo 4

Mobilidade Urbana.Br

Como atuariam os ciberativistas brasileiros? Haveria diferença no uso da rede, conforme a nacionalidade de cada internauta e luta específica? Assim, a proposta do capítulo é analisar a apropriação da internet, enquanto meio de comunicação, por parte dos manifestantes nos movimentos sociais: Portal Mobilize, Bicletada Floripa e Tarifa Zero Goiânia. Tal como os mexicanos e os espanhóis, eles também temem a censura? Tal como no Movimento Zapatista, na Primavera Árabe e no Indignados/15-M, eles buscam uma mudança gradual e contínua? Estas perguntas iniciais ajudam a responder à pergunta-chave desta dissertação: “como os manifestantes dos movimentos sociais se apropriam da internet, enquanto meio de comunicação?”.

O capítulo divide-se, então, em três partes. A primeira parte enfoca na construção do conceito de mobilidade urbana, em seguida um breve panorama histórico dela na sociedade brasileira a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961), considerada a importância deste presidente na história do Brasil e para o tema em questão. Em seguida, o debate apresenta dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) relativos à atual situação brasileira sobre o assunto. A relevância das manifestações em junho de 2013 é apresentada tanto no ambiente jornalístico, quanto acadêmico, com a pretensão de fazer um panorama da situação em que parte da sociedade brasileira se encontra, sem, contudo, fazer uma análise aprofundada do tema, visto que não é o objeto de investigação desta dissertação.

A segunda etapa é a apresentação dos três movimentos sociais. O Portal Mobilize tem abrangência nacional e não se subdivide em grupos locais como os outros dois. O Bicletada tem alcance internacional e está presente em 24 estados brasileiros, não atuando apenas em Roraima, Rondônia e Acre. Neste trabalho, o enfoque é empregado ao Bicletada Floripa, localizado na capital do estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil. O Tarifa Zero está circunscrito ao território brasileiro e as informações presentes no *site* indicam que eles estão vinculados a 08 estados: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Paraná, São Paulo e Sergipe;

o que não significa que eles não tratem questões relativas a outras unidades da federação. Aqui, o foco é no Tarifa Zero Goiânia, na capital de Goiás.

A terceira parte é a análise do Portal Mobilize, do Bicletada Floripa e do Tarifa Zero Goiânia, fundamentada em três categorias: a percepção do conceito de internet; a presença da internet na história do movimento; e o uso da internet. Assim, pode-se observar que os três grupos possuem entendimentos similares acerca da rede mundial de computadores, ou seja, ela é um meio de comunicação. Contudo, ela se diferencia quanto à presença, à importância e à apropriação na história e na realidade de cada movimento.

1. Mobilidade Urbana

Mobilidade urbana é um “conjunto de deslocamentos de pessoas e bens, com base nos desejos e necessidades de acesso aos diversos modos de transporte (veículo particular, bicicleta, motocicleta, etc.)” (DIAS, GOUVEIA, 2013, p. 01). Para que ela seja efetiva, alguns itens devem ser considerados no instante da elaboração do planejamento da cidade, como: a qualidade de vida da população; a capacidade de desenvolvimento econômico e comercial; a distribuição socioespacial dos habitantes do espaço urbano; e o compartilhamento equilibrado entre as edificações humanas e a natureza em espaços contínuos (IPEA, 2011).

A partir do governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961), a mobilidade urbana brasileira foi desenvolvida baseada em construção de rodovias, as quais permitiram o progresso da indústria automobilística que embarcava no país (AZUAGA, 2000). De 1957 a 1980, 1 milhão e 165 mil automotores foram produzidos em terras brasileiras. Em seguida, houve um período de estagnação entre 1981 e 1991, situação decorrente de fatores como a crise do petróleo na década de 1970 e a inflação nacional. De 1992 a 1997, houve outra época de crescimento acelerado, produzindo cerca de 2 milhões e 70 mil veículos e, em 1998 e 1999, a produção passou por uma nova queda, decorrente da desvalorização da moeda brasileira, o Real (AZUAGA, 2000).

Deste período em diante, ainda há a necessidade de elaborar pesquisas para descobrir como prossegue a indústria automobilística no Brasil, considerando inclusive a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre o preço dos automóveis, durante o período de maio de 2012 a dezembro de 2013, que abaixou o valor pago pelo produto final. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

Automotores (Anfavea) calcula que foram cerca de 3 milhões e 600 mil autoveículos novos licenciados em 2011; 3 milhões e 800 mil em 2012; e 3 milhões e 400 mil até novembro de 2013. Enquanto isso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2011) aponta que, de 1977 a 2005, o uso de transporte coletivo diminuiu nas regiões metropolitanas brasileiras.

Segundo o IPEA, a realidade do Brasil garante a população uma média de 02 deslocamentos diários para cada pessoa, ou seja, apenas a ida e a volta do trabalho, por exemplo; estimativa que representa a metade dos deslocamentos realizados por indivíduos que vivem em países desenvolvidos. Este Instituto (2011) aponta que o Brasil possui alto custo e baixa qualidade do sistema de mobilidade urbana, o que influencia sobre os custos, econômico e ambiental, e a qualidade de vida, com os congestionamentos, os acidentes de trânsito e a poluição atmosférica.

A fileira de automóveis cresce paulatinamente, agravando o engarrafamento aos poucos, garantindo a perda de tempo e de combustível dos ocupantes do veículo, assim como piora a qualidade do ar que eles respiram, além de fragilizar a saúde. De 1992 a 2008, “o percentual de pessoas que gastam mais de uma hora no seu deslocamento casa-trabalho também subiu, passando de 15,7% para cerca de 19% do total de pessoas que realizam esse tipo de deslocamento” (IPEA, 2011, p. 06). Segundo Souza e Resende (2009), o individualismo ajuda a aumentar a frota de automotores. A solução para estas questões pode ser políticas de restrição com eficácia no curto prazo, ou políticas que incentivem o uso do transporte público com metas em longo prazo (SANTOS, 2010).

Em 2012, Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou a pesquisa “Custos de Acidentes de Trânsito no Brasil”, no Congresso Internacional de Trânsito, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na palestra, Carvalho apontou que o Brasil gasta, em média, 40 bilhões de reais por ano em acidentes de trânsito, sendo 9 bilhões em espaços urbanos e 30 bilhões, nas rodovias. Em 1997, a promulgação do novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em conjunto com o desenvolvimento de políticas de fiscalização e educação no trânsito, contribuiu para o aumento de 5% no número de mortes no trânsito, apesar do número ainda ser relevante entre os motociclistas e os pedestres (IPEA, 2011).

Os problemas ambientais estão vinculados à emissão de gases poluentes, os quais podem ser compensados com o desenvolvimento da própria tecnologia automotiva, que busca desenvolver carros que não fazem mais emissão de gases limpos, contudo “pode-se observar que o transporte privado emite 15 vezes mais poluentes

locais e quase duas vezes mais CO₂ – do efeito estufa – do que o transporte público” (IPEA, 2011, p. 04), pois o segundo é um único motorizado conduzindo inúmeras pessoas por quilometragem rodada, enquanto o primeiro, não. Denise Azuaga (2000) aponta que o metrô é uma alternativa melhor, pois polui ainda menos. O planejamento urbano e rural também é importante, pois o crescimento desordenado da sociedade prejudica o meio ambiente. Azuaga (2000) considera que o governo também poderia promover políticas fiscais, cobrando mais impostos de pessoas que poluem mais.

Em 2012, o Governo Federal sancionou a Lei nº 12.587, estabelecendo as diretrizes relativas à Política Nacional de Mobilidade Urbana. Segundo consta nas Disposições Gerais da Lei, ela:

(...) tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuiram para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012).

Toda a população de determinado território urbano dispõe do direito de se locomover, utilizando de meios de transportes, público ou privado, para atingir o objetivo final. Direito que deve ser realizado sem, contudo, prejudicar o meio ambiente e o desenvolvimento da economia e da sociedade local. Enquanto uma parte da população utiliza-se deste direito com o uso dos automóveis privados, a outra pode usar o transporte coletivo, presente em cerca de 85% dos municípios brasileiros. As vans e os mototáxis também são mais uma alternativa, seguido de metrô em poucas cidades brasileiras, e os hidroviários, na região Norte do país (IPEA, 2011).

Porém, há um desestímulo para o uso do transporte coletivo, em função do alto custo e a falta de investimento (IPEA, 2011). O aumento da tarifa está vinculado à perda de produtividade dos ônibus e a diminuição da demanda dos pagantes do sistema, pois, segundo o IPEA (2011), fora o salário dos trabalhadores, os insumos do serviço aumentam acima da inflação; e sobre as gratuidades oferecidas, a Constituição Federal fala apenas dos idosos, as demais são oferecidas por governos locais e “quem acaba pagando a maior parte do benefício concedido são pessoas de média e baixa renda, usuários cativos do transporte público” (IPEA, 2011, p. 12). Às vezes, o valor das tarifas é tão alto que as pessoas preferem percorrer longas distâncias a pé ou de

bicicleta, por não conseguirem custear o serviço durante o mês, outros preferem comprar motocicletas (IPEA, 2011).

Insatisfeita com toda esta situação, em junho de 2013, parte da população brasileira saiu às ruas para se manifestar contrária ao aumento da tarifa das passagens de ônibus e por melhorias na qualidade do serviço. O período foi o mesmo em que o país recebeu times de futebol de alguns países para a realização da Copa das Confederações. Os fatos foram noticiados em vários jornais nacionais, como: Folha de São Paulo e Carta Capital; e internacionais, como: *El País*, da Espanha; *The Sunday Times*, da Grã-Bretanha; *The New York Times*, dos Estados Unidos; e *Le Monde Diplomatique*, da França. Os protestos tiveram resultados e, naquele período, as tarifas de algumas cidades, como São Paulo e Goiânia, não foram aumentadas. Alguns autores apontam, no entanto, que a população deve continuar discutindo sobre o sistema de transporte coletivo brasileiro, refletir sobre o contexto em que estão inseridas e pensar em pontos como:

- Há um plano diretor da cidade que seja capaz de produzir progressivamente transportes mais eficientes e baratos no futuro?
- Há investimentos públicos no sistema de transporte coletivo de passageiros que objetivem aumentar sua eficiência e minorar seus custos?
- Há um plano de mobilidade urbana em que a configuração espacial e operacional do transporte – e oferta – esteja bem dimensionada?
- A rede de transporte é eficiente?
- A forma como a rede de transporte está posta nas cidades tem a qualidade exigida pela população e é a que gera menos custos? Há superposição de linhas? Os itinerários são racionais? A frequência está adequada à demanda?
- O Poder Público tem interesse em redistribuir equitativamente o espaço viário público, transferindo espaços hoje ocupados por automóveis para serem utilizados por ônibus, sabendo-se que uma faixa de tráfego em que circula livremente ônibus pode transportar no mínimo dez vezes mais pessoas do que sendo utilizada por automóveis? (PIRES; NÉSPOLI, 2013, p. 08)

Estes seis questionamentos direcionam a discussão para a possibilidade de execução, em longo prazo, das propostas apresentadas pelos manifestantes. A redução de tarifas não é o único ponto a ser discutido, pois, como aponta o IPEA (2011), os governantes podem atender a esta demanda da sociedade por um tempo, deixando de receber o dinheiro pago pelas pessoas que utilizam o transporte coletivo público, não

obstante eles irão recorrer a alguma outra parcela da população para arcar com as despesas da manutenção do serviço.

Com relação à qualidade do transporte coletivo público, os manifestantes exigem o aumento da frota de veículos, por exemplo. Travassos (2010) realizou uma pesquisa sobre as barreiras que impedem algumas pessoas de aderirem a este tipo de transporte e, nas considerações finais, o pesquisador aponta que parte dos motoristas de automóveis privados afirma que passariam a utilizar o ônibus, a fim de diminuir os congestionamentos. Contudo, segundo o próprio autor (TRAVASSOS, 2012), não se trata apenas de melhoria, mas de mudança cultural para que inúmeras pessoas passem a utilizar o transporte coletivo público, pois partilhar um espaço público com classes econômicas socioeconômicas diferentes exige tolerância e respeito, características nem sempre presentes em todas as pessoas. Assim, Travassos (2012) lista três atitudes que objetivam o aprimoramento do serviço:

1. Melhoria do transporte público, dentro de padrões e limites razoáveis e realísticos para a capacidade de pagamento dos usuários brasileiros.
2. Restrições permanentes a determinados usos dos autos privados (e não à sua propriedade).
3. Nova apresentação do transporte público, como um patrimônio da sociedade, promovendo-o de forma ampla e constante, com ênfase na sua relevância para a sustentabilidade das cidades e da mobilidade urbana (TRAVASSOS, 2013, p. 106).

Os argumentos apresentados nesta parte evidenciam que o tema da mobilidade urbana está sendo discutido por pessoas que utilizam do transporte coletivo público, por motoristas de automóveis privados, pelos meios de comunicação e pela Academia. Existem inúmeras percepções, vários pontos a serem debatidos, muitos problemas a serem solucionados sobre um tema que permeia a sociedade brasileira como um todo, pois, de alguma maneira, todas as pessoas precisam se deslocar para o convívio social. O Portal Mobilize, o Bicletada e o Tarifa Zero propõem estas discussões com perspectivas diferenciadas, utilizando-se a internet, visando ao progresso da mobilidade urbana no Brasil.

2. Manifestações Sociais por Desobstrução no Trânsito

Os três movimentos sociais investigados estão localizados em espaços geográficos diferentes. O Portal Mobilize se propõe a discutir o território nacional, apesar de a sede estar localizada no estado de São Paulo; o Bicletada é internacional e não possui um espaço físico principal; e o Tarifa Zero é de cunho nacional, espalhado em pequenos movimentos sociais em parte do Brasil e sem nenhum centro de comando. Nesta dissertação, o Portal Mobilize representa a luta brasileira de um grupo financiado por empresas privadas, para o desenvolvimento da mobilidade urbana sustentável. O Bicletada está localizado na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, e é um conjunto de pessoas sem apoio financeiro, tal como o Tarifa Zero da cidade de Goiânia, Goiás. A diferença destes dois últimos é que o primeiro defende o uso da bicicleta como meio de transporte e o segundo luta pela melhoria do transporte coletivo público.

2.1 Portal Mobilize

O Portal Mobilize é um projeto da Associação Abaporu, a qual foi fundada por recém-graduados estudantes de administração: Luiz Henrique da Cruz Ribeiro, Luiz Carlos Covo Filho e Eduardo Rossi, em 2003. O objetivo inicial da Associação era diminuir a desigualdade social por meio da leitura e, por isso eles desenvolveram, em 2004, o Programa Planeta das Letras com seis pequenos projetos: Viagem pela Leitura, Biblioteca Comunitária, Campanhas e Eventos de Leitura, Salas de Leitura, Pontos de Leitura e Biblioteca de Apoio Socioempresarial (BASE).

Em 2008, Luiz Henrique da Cruz Ribeiro foi diagnosticado com esclerose lateral amiotrófica (ELA), uma doença neurológica degenerativa que dificulta a locomoção dos membros. Na época, ele pesquisou sobre a doença e sobre mobilidade urbana sustentável, em endereços eletrônicos brasileiros. Acerca do segundo tema, ele não encontrou nenhum *site*, e decidiu, então, por fundar o Portal Mobilize em 2011, o qual se denomina como “o primeiro portal brasileiro de conteúdo exclusivo sobre Mobilidade Urbana Sustentável”³⁵. Ele tem patrocínio institucional do Banco Itaú e da Corretora de Seguro Allianz, dispendo de uma organização hierárquica vertical, com distribuição de cargos, funções e chefias.

A equipe do Portal possui 18 membros, os quais 10 são correspondentes nacionais, responsáveis por fazer a cobertura de eventos em 11 estados brasileiros,

³⁵ Fonte: <http://www.mobilize.org.br/mobilize-se/>. Acesso: 07.02.2014

abrangendo todas as regiões nacionais. E, em São Paulo, a sede tem oito pessoas, dentre elas Caroline Pires Marta, estudante de Comunicação e Multimeios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e membro da Equipe de Conteúdo do *site*. A ideia de Mobilidade Urbana Sustentável representa a efetivação de “boas práticas de transportes coletivos integrados, que melhoram a qualidade de vida dos ambientes urbanos” (MARTA, 2013), garantindo que as vias das cidades deixem de ser apenas locais de passagem, e passem a ser ambientes onde as pessoas podem permanecer por algum tempo conversando, por exemplo.

O Portal busca alcançar o objetivo por meio da geração de conteúdo, fornecimento de dados, cobrança de autoridades, realização de entrevistas e reportagens especiais, promoção de concursos, fóruns e campanhas que motivem a população a participar e se conscientizar (MARTA, 2013). Com as realizações do grupo, eles venceram concursos, como o Prêmio Estadão PME 2013 – Categoria Empreendedor Social, que é uma realização da Sociedade Anônima “O Estado de São Paulo”, com a proposta de “valorizar as melhores práticas de pequenas e médias empresas e estimular a troca de informações e experiências entre empreendedores de todos os setores da economia”³⁶. Ele subdivide-se em quatro categorias: Negócios Inovadores, Startup de Potencial, Minha História de Sucesso, Sustentabilidade Empresarial e Empreendedorismo Social, sendo que nesta última a “empresa deve ter como premissa em sua estratégia valores sustentáveis”³⁷.

Neste caminho, o Portal também organizou dois Fóruns Mobilize, em 2011 e 2013, na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo; publicações e campanhas como: o Estudo Mobilize 2011, Campanha Calçadas do Brasil e o I Concurso Mobilize Brasil de Ilustrações. Apesar de nunca terem realizado uma manifestação na rua, Caroline Pires Marta (2013) aponta que eles deram o pontapé inicial para uma.

Em 2011, após o lançamento do Estudo Mobilize, que fez um levantamento da situação da Mobilidade Urbana em diferentes cidades brasileiras, uma matéria do Jornal Nacional, da Globo, sobre o tema, mostrou uma comerciante comentando a ciclofaixa instalada pela prefeitura de São Paulo no bairro de Moema, zona sul da capital paulista: "então, me digam: onde minhas clientes, que são milionárias, irão estacionar seus carros? Elas terão que vir de bicicleta, de salto alto?!". A frase gerou uma manifestação intitulada “Pedalada do Salto Alto”, onde ciclistas utilizaram a ciclovia de Moema usando salto alto.

³⁶ Fonte: <http://pme.estadao.com.br/premio-pme/regulamento.php>. Acesso: 07.02.2014

³⁷ Fonte: <http://pme.estadao.com.br/premio-pme/regulamento.php>. Acesso: 07.02.2014

O editor do Mobilize, Marcos de Sousa, participou da manifestação, percorrendo os 3 km de bicicleta (MARTA, 2013).

E, desta maneira que Caroline Pires Marta (2013) afirma que as colaborações tanto de ativistas atuantes, quanto daqueles que marcam presenças esporádicas são importantes, pois, segundo ela, “pela internet ou nas ruas, as pessoas estão num momento de explicitar as suas opiniões e interesses, e esse é o grande ponto de partida para todas as mudanças que buscamos no mundo”. A rede mundial de computadores contribuiu para aumentar a divulgação dos materiais organizados pelo grupo. Caso não ela não existisse? “Difícil dizer, mas imagino que estaríamos engajados em produzir conteúdo, uma revista talvez, e investir na publicação de estudos que trouxessem relevância ao assunto no país”, supõe Caroline Pires Marta (2013). Para um Portal que nasceu devido à falta de informação na internet, e gerido por pessoas que cresceram com a internet inserida na sociedade, imaginar o mundo sem esta tecnologia é tal qual tentar adivinhar como seria a vida sem a oralidade.

O Portal Mobilize tem um *site* institucional, uma conta no Twitter e outra no Facebook, além de um canal no Youtube. A competência técnica de inserir arquivos multimídias pode ser percebida pela diversidade de endereços eletrônicos que o grupo possui. Com relação ao *site*, eles possuem um *layout* planejado, com a organização das informações de modo a facilitar a vida do internauta que pode interagir comentando as publicações e acessar outros conteúdos, por meio de *hiperlinks*. A maioria das publicações está em português, contudo alguns *links* direcionam para páginas em inglês e espanhol.

Figura 11 – Site Institucional do Portal Mobilize



O Portal Mobilize oferece material em texto, imagético e audiovisual. Eles elaboram gráficos, divulgam eventos relacionados ao tema e disponibilizam links que direcionam o internauta para outros sites com assuntos vinculados.

Fonte: www.mobilize.org.br

Dentre o material publicado, a notícia “Desinteresse dos jovens por carros preocupa montadora”, publicada no dia 09 de abril de 2012, está entre as mais lidas do endereço eletrônico, com muitas opiniões de leitores sobre o conteúdo divulgado. A matéria jornalística trata da mudança de valores presente na vida dos jovens de 18 a 24 anos, os quais não estariam tão interessados na aquisição de um automóvel particular, pois isto representa permanecer em engarrafamentos, falta de espaço para se locomover pelas cidades e doenças respiratórias.

Com relação à rede social Facebook, o Portal publica apenas as notícias mais relevantes provenientes do próprio endereço eletrônico (MARTA, 2013), assim aumenta o número de acessos no site institucional. Como a estrutura do Facebook é pré-montada, ela não exige tanto conhecimento técnico por parte do internauta, quanto a produção de um site. Assim, talvez o maior desafio para os membros do Portal seja que os internautas dediquem um tempo de acesso à internet para os assuntos vinculados à fanpage do Mobilize, seja compartilhando, seja curtindo, seja comentando alguma publicação.

Figura 12 – *Fanpage* do Portal Mobilize no Facebook



Neste espaço, o Portal utiliza algumas ferramentas disponibilizadas pelo *site* de redes sociais para divulgar eventos, publicar fotos e informações produzidas para o *site* institucional.

A faixa etária mais popular vinculada à *fanpage* é entre 25 e 34 anos. A cidade mais popular é São Paulo, capital. E a semana mais popular foi entre 10 e 16 de março de 2013.

Fonte: www.facebook.com/portalmobilize?fref=ts

O Portal abriu a conta no Facebook no dia 31 de agosto de 2011 e, desde então, a maioria das publicações são curtidas e compartilhadas. Os comentários exigem mais do internauta e, talvez por isso, não sejam realizados com maior frequência. A matéria do dia 10 de outubro de 2012, sobre a construção de 580 km de ciclovias, em Brasília, Distrito Federal, rendeu 20 comentários que, inclusive, permitiam a identificação de um diálogo, em que não havia manifestação apenas sobre a reportagem, mas também sobre opiniões de outros internautas.

2.2 Bicicletada Floripa

O Bicicletada também é conhecido como Massa Crítica. Ele não é contrário aos automóveis, contudo, com o lema “um carro a menos”³⁸, eles defendem que a bicicleta é uma das soluções para o problema da mobilidade urbana no mundo. Ele é composto por ciclistas e não possui nenhuma estrutura hierárquica, ou seja, não tem chefias, cargos e funções. O Bicicletada está vinculado também ao movimento ambiental, pois ambos

³⁸ Fonte: bicicletada.org/O+que+e. Acesso: 07.02.2014

compartilham do pensamento que o automóvel representa um dano para a natureza e para a sociedade³⁹, segundo informações do *site* Wikipedia, indicado como fonte de informação pelo próprio Bicletada⁴⁰.

A primeira edição do Bicletada foi realizada em 1992, em São Francisco, Califórnia, Estados Unidos, e, até o dia 20 de outubro de 2013, 325 cidades no mundo realizavam o projeto. E, no Brasil, ele não está presente somente nos estados de Roraima, Rondônia e Acre e, nos demais, encontra-se principalmente na capital, com alguns se estendendo para as cidades interioranas. O Bicletada não possui quantidade limitada de membros, todos os ciclistas estão convidados a integrar no grupo; como também não há nenhum patrocinador do projeto, cujo objetivo é divulgar, conscientizar e reivindicar o uso seguro da bicicleta, utilizando a internet como meio de comunicação para propagar informações sobre a luta que defendem.

O *site* institucional do Bicletada é único para todos os estados brasileiros. Há *links* que direcionam para páginas de cada cidade, todas com o mesmo domínio. O espaço disponibilizado para os ciclistas florianopolitanos é utilizado com: a publicação de panfletos sobre os eventos realizados, algumas informações textuais, *links* que direcionam para o *blog* do Bicletada Floripa e para a *fanpage* no Facebook, e informações da página em linguagem HTML (*HyperText Markup Language*). Assim, não há a utilização de todos os recursos possibilitados pela rede mundial de computadores, pois não há a produções multimídias e interação entre emissores e receptores das mensagens; diferente do que ocorre no *blog* Bicletada Floripa.

³⁹ Fonte: [pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%ADtica_\(evento\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%ADtica_(evento)). Acesso: 07.02.2014

⁴⁰ Fonte: bicicletada.org/Home+page. Acesso: 07.02.2014

Figura 13 – *Blog* do Bicletada Floripa



Fonte: bicicletadafloripa.wordpress.com

O Bicletada Floripa começou em 2002, em Florianópolis, Santa Catarina, e a primeira publicação do *Blog* deles foi dia 25 de abril de 2009. Ele é focado em informações sobre a cidade atuante e, por isso, publicaram a legislação de âmbito nacional estadual e municipal, as quais defendem o uso da bicicleta. O *layout* é pré-montado pela empresa Wordpress, e os conteúdos publicados são, principalmente, textos em conjunto com imagens debatendo sobre ciclismo, e imagens que convocam os ciclistas para os eventos. Estes, inclusive, podem ser tanto planejados como espontâneos. Os primeiros são o Bicletada Floripa, que ocorre em toda última sexta-feira do mês; os Pedais Noturnos; e os segundos são as chamadas de Bicletas Brancas, as quais buscam a promoção da paz, de “mais amor, menos motor”⁴¹.

A conta no *site* de redes sociais, Facebook, foi iniciada no dia 26 de janeiro de 2013. O ciclista do grupo, Daniel de Araújo Costa (2013), não soube dizer quando o movimento se inseriu na internet pela primeira vez. No Facebook, os membros utilizam este espaço para publicar notícias de outros *sites*, publicar vídeos de pedaladas, imagens cômicas e de eventos. Um dos conteúdos mais comentados foi sobre uma ciclovia

⁴¹ Fonte: bicicletada.org/florianopolis. Acesso: 07.02.2014

construída na cidade de Florianópolis, segundo os emissores, ela está de forma inadequada e, nos comentários, não houve debates de ideias contrárias, no entanto, houve várias manifestações de ciclistas apoiando a manifestação contra a falta de infraestrutura urbana para o tráfego de bicicletas.

Figura 14 – *Fanpage* do Bicletada Floripa no Facebook



Fonte: www.facebook.com/BicletadaFloripa?fref=ts

Nesta *fanpage*, mais de 1.500 pessoas curtem a página, ou seja, recebem as publicações emitidas pelo Bicletada Floripa e em 464 situações o grupo está sendo mencionado em outras páginas da rede social, de acordo com os métodos de contagem do Facebook. No *site* de redes sociais, os membros também utilizam o recurso de convocação para eventos, publicam fotos das manifestações e de situações cotidianas que percebem ao longo do dia. Os ciberativistas mais atuantes têm de 25 a 34 anos, da cidade de Florianópolis e a semana mais popular da *fanpage* foi entre 07 e 13 de abril de 2013, período que não apresenta nenhuma justificativa aparente, visto que não há eventos marcados para esta data assim como não há publicações diferentes de outros períodos do ano.

E, caso não houvesse internet, como seria? Daniel de Araújo Costa (2013), biólogo, 46 anos, membro do grupo, afirma que “não teria grandes modificações, mas a

comunicação seria menos ágil e talvez uma menor participação”, pois a rede mundial de computadores permite que eventos sejam marcados, mais pessoas sejam agregadas, contudo estes internautas nem sempre estão presentes nas ruas. Costa (2013) acredita que esta situação ocorre por “culturalmente a sociedade brasileira não ser ‘associativista’ para as diversas questões coletivas”, realidade que o ciclista percebe estar mudando.

2.3 Tarifa Zero Goiânia

O Tarifa Zero é um *site* independente, dedicado à publicação de conteúdos relacionados ao tema de mobilidade urbana, focado principalmente no transporte coletivo público e gratuito. De acordo com o *site* institucional que abrange o grupo no território brasileiro, o Tarifa Zero faz-se presente em 08 estados, sendo eles: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Paraná, São Paulo e Sergipe. Os membros possuem este domínio do *site* desde 2007 e, apesar de alguns membros do grupo e do Movimento Passe Livre (MPL) serem os mesmos, os dois se configuram como organizações diferentes.

Em Goiânia, capital do estado de Goiás, o Tarifa Zero possui um *blog*, cujo enfoque das publicações é a realidade goianiense. O movimento surgiu em 2011 e, neste mesmo ano, aliou-se ao Movimento Passe Livre Nacional. No endereço eletrônico do Tarifa Zero Goiânia, os ciberativistas definem como objetivo “atuar de forma a haver uma reorganização do sistema de transporte, alterando a qualidade do serviço prestado e ampliando o acesso ao espaço urbano: a cidade não existe para quem não se locomove nela”⁴². Desta maneira, os membros compreendem que para uma pessoa ser cidadã, ela deve ter o direito e a possibilidade de trafegar pelas vias das cidades, a fim de chegar ao destino final.

A internet para o Tarifa Zero Goiânia, segundo a integrante do grupo, Aline do Carmo (2013), é uma ferramenta que facilita a divulgação de conhecimentos e de informações, no entanto, ela não é ambiente de organização e de construção de luta. A manifestante diz temer a rede mundial de computadores, pois assim como há muita liberdade, também há muita repressão. Por isso, os integrantes do Tarifa Zero preferem se organizar fora da rede para, depois, apenas publicar o que foi previamente acordado.

⁴² Fonte: tarifazerogoiânia.wordpress.com/. Acesso: 07.02.2014

Na maioria das vezes, o ambiente *off-line* é onde o movimento pensa as razões que justificam as manifestações, qual o trajeto a ser percorrido e quais os materiais necessários durante as atuações nas ruas.

Segundo Aline do Carmo (2013), o contato face a face com a população, a panfletagem, o debate público e o diálogo podem ser maneiras mais eficientes de agregar novos militantes para a causa do que a própria internet. Contudo, ela considera que todas as contribuições são importantes, sejam constantes ou esporádicas, vindas de ativistas que apoiam a causa apenas na rede mundial de computadores, ou de pessoas que não utilizam o transporte coletivo público, mas acredita que a melhoria deste serviço é essencial. Com relação ao uso dos recursos disponibilizados pela internet pelos manifestantes, isto pode ser percebido com a observação do blog e da *fanpage* no Facebook.

Figura 15 – *Blog do Tarifa Zero Goiânia*



Fonte: www.tarifazergoiania.wordpress.com

O *layout* do blog segue o padrão da empresa Wordpress, sem o uso de muitos recursos tecnológicos disponibilizados pela rede mundial de computadores. Eles disponibilizam a opção para os leitores compartilharem as publicações em *sites* de redes sociais e permitem a interatividade com os receptores. Dentre os formatos dos

conteúdos, o internauta encontra mais produções textuais, algumas imagens e poucos audiovisuais. Existem *links* que direcionam para outros endereços eletrônicos, como a página o *site* do Tarifa Zero nacional, do grupo no Wikipedia, entre outros. Em relação ao Facebook, o movimento não pode fazer alterações além das autorizadas pela própria rede social.

Figura 16 – *Fanpage* do Tarifa Zero Goiânia no Facebook



Fonte: www.facebook.com/pages/Tarifa-Zero-Goi%C3%A2nia/259170990812841?fref=ts

Assim, a *fanpage* conta com 1.048 curtidores, cuja faixa etária é principalmente entre 18 e 24 anos; além de 57 pessoas estarem comentando sobre o assunto em outras páginas. Os membros do Tarifa Zero Goiânia não possuem apenas uma fonte de informação para publicar notícias na *fanpage* do Facebook, construída no dia 18 de outubro de 2011. Eles acessam diferentes endereços eletrônicos e, quando acreditam que o conteúdo é interessante, eles divulgam para todos os curtidores da página. A primeira publicação foi realizada no dia 27 de janeiro de 2012, e a maioria dos internautas está localizada na cidade de Goiânia, Goiás.

Conforme relatou a integrante Aline do Carmo (2013), encontra-se divulgados atos programados na página, tal como fotos de eventos realizados. Com relação aos comentários, curtidas e compartilhamentos, a publicação mais comentada foi uma em

que se compara a qualidade da parada de ônibus em Goiânia e em Dubai, nos Emirados Árabes. Não há discussão sobre o assunto, as pessoas escrevem onomatopeias que significam risos e fazem comentários irônicos.

2.4 Análise dos Movimentos Sociais

Para responder à problemática apresentada no início do capítulo: “como os manifestantes dos movimentos sociais de mobilidade urbana se apropriam da internet, enquanto meio de comunicação?”, as três categorias de análise elaboradas para elucidar esta questão são: percepção do conceito de internet; presença da internet na história do movimento; e uso da internet. Elas ajudaram a entender como é a relação entre o Portal Mobilize, o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia e a rede mundial de computadores.

A primeira categoria “percepção do conceito de internet” justifica-se, pois é a partir do conceito que as pessoas formulam acerca de um determinado objeto, que elas fazem uso dele. Assim, a partir da apropriação que os ciberativistas fazem da rede mundial de computadores é possível indicar como eles a observam e refletem sobre ela. Indicando, inclusive, se há um planejamento na escolha da internet como meio de propagação de conteúdo, ou não.

A segunda categoria “presença da internet na história do movimento” permite a observação se a luta nasceu dentro da internet, como a Primavera Árabe e o Indignados/15-M, ou fora dela, como o Movimento Zapatista. Para cada realidade, o entendimento da rede se diferencia, pois enquanto o segundo exemplo percebe com facilidade o mundo sem a presença do mundo *on-line*; o primeiro demanda mais esforço para observá-lo da mesma maneira.

A terceira categoria “o uso da internet” aprofunda os aspectos anteriores, porque nesta é possível perceber como a atuação dos ciberativistas é desenvolvida na rede mundial de computadores. Como o intervalo da faixa etária dos entrevistados é extenso, de 24 a 46 anos, ele abrange tanto pessoas que nasceram com a internet inserida no Brasil, como aqueles que a viram ser difundida na sociedade brasileira. Assim, alguns podem ter mais facilidade com o uso da nova tecnologia comunicacional, enquanto outros não.

Em relação ao conceito de internet, o Portal Mobilize, o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia a compreendem como um meio de comunicação. Para o primeiro,

ela é um importante ambiente onde eles inserem o conteúdo sobre mobilidade urbana sustentável, com o intuito de conscientizar as pessoas por meio da informação sobre o assunto. O grupo de Florianópolis acredita que a rede é uma tecnologia comunicacional que, porém, não faz diferença além de agilizar a comunicação e aumentar a participação de ciclistas. E o Tarifa Zero Goiânia aponta que ela é um meio que garante liberdade e, também, repressão. As ações dos dois últimos grupos estão focadas, principalmente, no contexto *off-line*.

A presença da internet nos movimentos selecionados indica que os três nasceram em um contexto brasileiro que a rede já estava socialmente difundida. No Portal Mobilize, ela está presente desde o instante em que um dos fundadores, Luiz Henrique da Cruz Ribeiro, pesquisou sobre o tema mobilidade urbana sustentável no Brasil no novo meio de comunicação e não encontrou nenhum resultado. A data de origem do Bicletada e do Tarifa não coincidem com a entrada na internet, a inserção parece acontecer apenas para potencializar a divulgação dos eventos, não tendo o interesse de agregar novos membros ou facilitar a organização do grupo, pois estes dois objetivos são atingidos mais facilmente por meio do contato face a face. Ainda assim, os três entrevistados acreditam que todas as contribuições na rede são válidas: sejam elas permanentes, sejam elas esporádicas.

Quanto ao uso da internet, o Portal Mobilize é o que mais utiliza dos recursos multimídias para divulgar conteúdos, inclusive porque este é interesse do grupo. As pessoas inserem as publicações neste *site* são universitárias ou com formação superior relacionadas à área de Comunicação e afins. Enquanto o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia não possuem a mesma organização de recursos humanos e a preocupação está mais direcionada em incentivar atuações no ambiente *off-line* a disseminar informações na rede mundial de computadores.

Em relação aos endereços eletrônicos institucionais, os três o possuem com características técnicas e funcionais diferentes entre si. O Portal Mobilize tem um *site*, cujo *layout* não é pré-montado como o *blog* do Bicletada Floripa e do Tarifa Zero Goiânia. Podendo-se também observar hipertextualidade e interatividade nos três ambientes, em proporções quantitativamente diferentes, sendo do maior para o menor, respectivamente: o Portal, o Tarifa e o Bicletada. Os conteúdos inseridos no *sites* institucionais se assemelham aos *blogs*, com a presença de textos escritos em português e de algumas imagens; e no *site*, há a presença de materiais audiovisuais, infográficos e *links* direcionando para endereços eletrônicos de outros países.

Ainda que a estrutura da página do Facebook seja semelhante nos três grupos, a inserção de conteúdo é realizada de maneira distinta. A fonte de informações do Portal Mobilize é apenas o próprio *site* institucional, enquanto o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia publicam conhecimento provenientes de outros endereços eletrônicos. A faixa etária entre o Portal e o Bicletada se diferenciam do Tarifa, enquanto os dois primeiros atingem um público mais adulto, entre 25 e 34 anos, o terceiro alcança pessoas mais novas de 18 a 24 anos. A localidade *off-line* dos internautas é um fator que influencia no acesso à página, pois os paulistanos são majoritários no Portal, cuja sede é em São Paulo, capital; os florianopolitanos no Bicletada, em Florianópolis; e os goianienses no Tarifa, Goiânia.

A partir destes resultados, os ciberativistas brasileiros aparentam não se preocupar com a internet ou, então, os manifestantes nunca se questionaram sobre a rede mundial de computadores. No dia da entrevista, Daniel de Araújo Costa tinha 46 anos, ou seja, ele nasceu no final da década de 1960, antes do primeiro acesso à Arpanet ter ocorrido em 1975, em São Paulo, para um público restrito; e quando a internet ainda estava longe de se difundir para a sociedade brasileira como um todo. Será que ele não percebeu a transformação social que a internet ajudou a realizar no país?

A integrante do Tarifa Zero Goiânia, Aline do Carmo, tinha 24 anos quando respondeu à entrevista. Ela nasceu no início da década de 1990, quando a nova tecnologia comunicacional começou a ser acessada pela população do Brasil. Ela foi criada em meio ao mundo *on-line* e *off-line* e, ainda assim, a ciberativista soube refletir sobre os poderes que a rede tem de garantir liberdade e também repressão. Contudo, Aline do Carmo talvez utilize a internet de maneira tão automática, de forma que dificulta a reflexão mais aprofundada sobre o novo meio.

A dúvida que permeia com relação à integrante do Tarifa Zero Goiânia é: como ela se comunica com os outros integrantes do movimento? Por meio de telefones ou por meio de cartas? Afinal, Aline do Carmo disse que a organização das manifestações ocorre no ambiente *off-line*. Mas os próprios diálogos nos bate-papos individuais são uma maneira de se apropriar da internet para promover uma manifestação de rua. E, dificilmente, uma pessoa criada com acesso à nova tecnologia comunicacional não a utilize para conversas do dia a dia.

Já Caroline Marta aparenta conhecer a importância da internet, contudo ela é universitária da área de Comunicação, diferentemente de Daniel de Araújo que é biólogo e Aline do Carmo que é historiadora. E, provavelmente por esta razão, ela

indicou que a internet garante um amplo alcance espaço-temporal e, a substituição dela exigiria um outro meio de comunicação que garantisse tamanha relevância no cenário brasileiro. A internauta Caroline Marta também cresceu com o mundo dividido em *on-line* e *off-line*, e induzi-la a imaginar um mundo sem a rede exige esforço tal qual tentar pensá-lo sem a escrita.

Talvez a dissertação não devesse ter questionado os entrevistados, mas os observados no dia a dia, durante as manifestações. Mas, como percebê-los se o Tarifa Zero Goiânia e o Bicletada Floripa não dispõem de um espaço físico tal qual o Portal Mobilize? A investigação deveria se restringir ao ambiente *on-line*, solicitar autorização para entrar em endereços privados e verificar se os ciberativistas conversam entre si sobre as atuações dos movimentos, ou não.

Porém, como afirma Offe (1985), os movimentos possuem uma organização interna e outra externa. Quem sabe Aline do Carmo e Daniel de Araújo estivessem referindo-se à comunicação deles com a sociedade em geral, e não com os membros dos respectivos grupos? Se assim acontece, a rede mundial de computadores não contribui para ampliar a discussão com outras pessoas não envolvidas diretamente nas lutas, mas apenas facilita a comunicação entre os ativistas dos movimentos. A internet seria melhor percebida como um meio de comunicação interpessoal à um meio de comunicação de massa.

Cada um dos três movimentos sociais estudados possui uma maneira diferente de se apropriar da internet. O Portal Mobilize utiliza mais dos recursos multimídias, planeja as ações no ambiente *on-line*, incentiva mais a interatividade e apresenta, quantitativamente, um maior número de *hiperlinks* para os internautas acessarem. Sem planejamento, o Bicletada Floripa apropria-se da rede para divulgar as manifestações planejadas, convocar para as espontâneas e publicar informações sobre alguns eventos realizados. O Tarifa Zero Goiânia, de forma mais consciente, não otimiza o uso da nova tecnologia comunicacional, pois os membros temem a repressão que podem sofrer ao divulgar determinadas informações.

3. Considerações Finais

Nestas considerações finais, não cabe responder à pergunta apresentada no início do capítulo; pois esta foi respondida na Análise dos Movimentos Sociais. Ainda assim, faz-se possível elaborar uma consideração final diante do conteúdo desenvolvido, desde

o panorama histórico brasileiro sob o ponto de vista da mobilidade urbana no período de Juscelino Kubistchek (1955-1961) até os dias atuais, com o crescimento no número de automóveis e a presença de movimentos sociais que questionam esta situação.

A partir do governo JK, o Brasil tem incentivado o uso de sistema de transporte rodoviário por meio de ações, como: a construção de rodovias, a entrada de montadoras de automóveis no país, a diminuição do preço dos veículos particulares, dentre outras. Assim, a frota de automotores particulares aumenta com o passar dos anos, o estímulo ao consumo continua e, com ele, eleva-se: os índices de poluição (atmosférica, sonora e visual), o número de engarrafamentos e de acidentes no trânsito, por exemplo.

Paradoxalmente, o mesmo Governo que sanciona a Lei para melhorar o sistema de mobilidade urbana, também aprova a redução do IPI de automóveis particulares. Diante de tal situação, parte da população brasileira saiu às ruas no mês de junho de 2013, para protestar, inicialmente, contra o aumento da passagem de ônibus urbano. A escolha do período cronológico coincidiu com a época em que o Brasil foi centro de atenções internacionais, por ser a sede da Copa das Confederações; assim, a divulgação dos acontecimentos alcançou proporções mundiais. As manifestações se espalharam porque, dentre vários motivos, os conteúdos publicados na internet convocavam a população a sair às ruas e lutar por melhorias no transporte coletivo público.

Quando questionados sobre as mobilizações no Brasil, em junho de 2013, Caroline Pires Marta (2013), Daniel de Araújo Costa (2013) e Aline do Carmo (2013) acreditam que elas foram importantes; contudo os dois últimos lembraram que cada pessoa deve tanto questionar as próprias atitudes cotidianas, quanto continuar a debater sobre o tema. Quanto à relevância da internet para a realização dos protestos, os representantes do Bicletada Floripa e do Tarifa Zero Goiânia acreditam que há uma intensa presença no ambiente *on-line*, o que não corresponde ao espaço *off-line*. Como o Portal Mobilize tem o objetivo de divulgar conhecimento e informações, ele não pode ser comparado a atuação aos demais.

Os ciberativistas do Tarifa Zero Goiânia e do Bicletada Floripa não estão preocupados em publicar informações e conhecimentos na rede mundial de computadores. Eles visam à solução de problemas locais, sem necessariamente buscar o apoio de pessoas em outras regiões geográficas, por meio de transformações diárias, contínuas e graduais, não almejando a tomada de poder. Tanto o Tarifa, quanto o Bicletada não são hierarquizados, fundamentados na igualdade de princípios. Contudo, a apropriação da internet não garante a potencialização da luta, pois alguns

internautas apoiam a causa no ambiente *on-line* mas não comparecem ao *off-line*. Não há a descrição de narrativas no Facebook, nem nos *blogs*, e as manifestações são, em maioria, organizadas.

O Portal Mobilize se diferencia da proposta dos dois movimentos anteriores. Ele também não é revolucionário, nem militante; mas utilizam a internet para potencializar as próprias ações e as de outras pessoas que apoiam a mesma luta. Como os membros não organizaram manifestações sociais, não tem como avaliar se eles descreveriam narrativas não lineares e paralelas; mas das atividades realizadas por eles, os ambientes *on-line* e *off-line* foram percebidos como autônomos e complementares. No Portal, existe hierarquia, líderes e as ações são organizadas. Não há temor pela censura e repressão por parte do Portal e do Bicletada, diferentemente do que ocorre com o Tarifa que prefere não estabelecer decisões no contexto *on-line*.

Considerações Finais

O Portal Mobilize, o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia não citam a palavra solidariedade, porém desenvolvem a ideia de que as pessoas devem mudar algumas atitudes cotidianas e individualistas em prol da coletividade. Desta maneira, a sociedade poderia conseguir aprimorar o sistema de mobilidade urbana brasileiro. Os três almejam a melhoria da qualidade de vida, e a equidade entre os diferentes; promovendo atividades dinâmicas que possam chamar a atenção da população a quem direciona a mensagem.

Com relação às ações realizadas pelos três grupos, elas visam à transformação gradual e contínua, sem apresentar nenhum adversário específico. Talvez os dois últimos questionem o Governo, exigindo a construção de ciclovias ou a o barateamento da passagem do transporte coletivo público; mas esta problemática pode não direcionar apenas aos representantes políticos, como também a todos aqueles que não apoiam a causa e continuam a valorizar mais os automóveis particulares.

O Portal Mobilize é um *site* que almeja a publicação de conteúdo para a difusão de conhecimento e de informações. Atingida esta meta, os membros cumprem com a proposta estabelecida na criação do projeto. Nele, não há o interesse de negociar com outros grupos sociais, ainda que as pessoas se sintam capazes de fazê-lo. Enquanto isto, o Tarifa Zero Goiânia e o Bicletada buscam alcançar os interesses por meio de negociação e estabelecimento de consenso entre as partes envolvidas. Em junho de 2013, alguns grupos como, em Goiânia e em São Paulo, conseguiram que o valor da passagem do transporte coletivo público não fosse aumentado na época.

No Portal, no Bicletada e no Tarifa, os intermediários da notícia não são substituídos pelos ciberativistas. A atuação destes manifestantes brasileiros não se assemelha aos espanhóis envolvidos no 15-M/Indignados, os relatos transmitidos pelos meios de comunicação de massa ainda continuam a ser mais importantes do que as publicações independentes presentes na rede mundial de computadores.

A internet é apropriada e utilizada de forma estratégica pelo Portal Mobilize, enquanto no Tarifa Zero e no Bicletada Floripa, isto não ocorre. Aparentemente, os ciberativistas destes movimentos são, antes de tudo, internautas e aproveitam-se da condição de pessoas com acesso à rede para fazer uma convocação a determinado evento. Não se reflete sobre uma otimização no uso dos recursos disponíveis na nova

tecnologia comunicacional, acredita-se que este meio oferece liberdade e censura, e com o medo da repressão, às vezes, os manifestantes podem perder alguns avanços.

Caroline Pires Marta (2013), Daniel de Araújo Costa (2013) e Aline do Carmo (2013) não falam em redução de custos de produção, com a inserção da internet. Caso ela não existisse, o Portal seria uma revista, o Bicletada seria divulgado no boca a boca, e o Tarifa Zero Goiânia faria os debates nas ruas, como ainda prossegue fazendo. Como diria Daniel de Araújo Costa (2013), a comunicação seria menos ágil e a participação seria menor. Mas, afinal, de que adianta uma comunicação mais rápida?

Talvez se a pesquisa não fosse realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, a resposta poderia passar despercebida. Contudo, quando se estuda a agilidade propiciada pela internet para o desenvolvimento de manifestações sociais, o entendimento é de que alguns membros do Bicletada Floripa não conhecem, no mínimo, o Movimento Zapatista, no México; a Primavera Árabe, no Egito; e o 15-M/Indignados na Espanha.

No *site* do Portal Mobilize, no *blog* do Bicletada Floripa e no *blog* do Tarifa Zero Goiânia existe a interatividade, característica própria da internet, em que os locais do emissor e do receptor se alternam na agilidade das mensagens proferidas. O *site* não é uma construção pré-montada de uma determinada empresa, tal como ocorre nos dois *blogs*. Provavelmente, ele foi pensado, elaborado e estruturado por profissionais da área que sabiam da relevância de oferecer este recurso para os internautas.

Enquanto os *blogs* do Wordpress são estruturas pré-montadas, as quais não exigem tanto conhecimento da técnico quanto para construir um *site*. Assim como para perceber a presença de *hiperlinks*, basta que exista uma página na internet. Dificilmente uma página *on-line* não apresenta um *link* que direciona para outro conteúdo dentro do mesmo domínio, ou fora dele. O Portal Mobilize, o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia direcionam o internauta para diversas páginas com assuntos vinculados aos temas específicos de cada movimento.

Diferente da interatividade e dos *hiperlinks*, os recursos multimídias exigem mais conhecimentos de tecnologia por parte do internauta responsável pela publicação das mensagens. Estes conteúdos são escritos, imagéticos, sonoros e audiovisuais, assim não se trata de escolher apenas uma opção e inseri-la no endereço eletrônico em questão. O ciberativista tem que ser capaz de utilizar do maior número de recursos disponibilizados na rede mundial de computadores a fim de tornar o ambiente *on-line* multimídia. Caso contrário, ele se assemelha ao livro impresso ou a televisão.

Dos três movimentos em estudo nesta dissertação, o Portal Mobilize é o que mais utiliza de recursos interativos, *hyperlinks* e multimídias. No *blog* do Bicletada, os ciclistas parecem não se importar com a atualização periódica e com a construção de discursos diários, a fim de chamar a atenção em um cenário físico mais abrangente. Da mesma maneira é o Tarifa Zero Goiânia que publica extensas produções textuais, e com poucas imagens, em um meio de comunicação ágil e que propicia a dispersão do internauta.

Após as observações, percebe-se que o Portal Mobilize não se enquadra no conceito de movimento social elaborado pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais. O que ele seria? Uma Organização Não-Governamental (ONG)? Ele é uma empresa com interesses privados, ainda que almeje o bem-estar social. Ele tem hierarquias e é financiado por empresas privadas. O Portal nunca organizou uma manifestação social, tal qual o Bicletada Floripa e o Tarifa Zero Goiânia; talvez ele nem queira realizá-lo, pois o objetivo consiste em intermediar o conhecimento e a informação; deixando para o receptor escolher como utilizar desta sabedoria adquirida.

Enquanto isto, o Tarifa Zero Goiânia e o Bicletada Floripa não recebem financiados, os membros não são assalariados, não possui poder centralizador e não existe funções, nem cargos. Todos possuem os mesmos poderes, num formato de organização horizontal. Contudo, não há interesse pela rede mundial de computadores tal qual existiu nos movimentos mexicano, egípcio e espanhol. O ciberativista brasileiro parece se restringir a área de atuação apenas ao espaço físico local, sem avançar para lugares vividos no contexto *on-line* e desconhecidos no *off-line*.

Após 20 anos do início da atuação do Movimento Zapatista, os ciberativistas brasileiros não se apropriam da internet, enquanto meio de comunicação, tal como os egípcios e os espanhóis o fizeram. Haveria alguma relação no contexto cultural? Haveria uma interpretação diferenciada do conceito de internet para os ciberativistas localizados fora do Brasil? Os brasileiros parecem se apropriar da rede mundial de computadores para a realização de movimentos sociais somente porque, antes de serem manifestantes, eles são internautas.

A escolha do meio de comunicação deve se refletido e planejado, quando se decide por utilizá-lo em algum movimento social. Caso contrário, pode tornar-se um gasto de energia desnecessário por parte dos ativistas, que poderiam estar investindo em outros aspectos da luta para a efetivação das metas. A internet é uma novidade em termos de tecnologia comunicacional, e ela contribui para a retirada de ditadores do

poder, por exemplo. Porém, isso não significa que ela deva ser empregada em todas as lutas sociais, em alguns exemplos pode ser que o rádio ainda seja a melhor opção, por exemplo.

Se há temor com relação ao poder repressivo da internet, uma alternativa pode ser escolhida a fim de contornar o receio e desenvolver a luta com capacidade para discutir e negociar com o adversário. A divulgação das informações e dos conhecimentos em tempo e espaço ilimitado, a convocação para manifestações em proporções potencializadas e o relato dos fatos ocorridos em tempo instantâneo são avanços propiciados pela rede mundial de computadores. Mas, se estes recursos não contribuem para o avanço de determinada luta, talvez a internet não seja o melhor meio de comunicação a ser apropriado por algum dos movimentos sociais.

Ao final desta pesquisa, as considerações finais elaboradas dizem respeito ao Portal Mobilize, ao Bicletada Floripa e ao Tarifa Zero Goiânia. Pode ser que outros movimentos apropriem-se de maneira diferenciada, mas esta resposta só será obtida com a realização de uma nova investigação. Assim como se este estudo for realizado daqui alguns anos, a resposta pode ser outra, pois a sociedade terá feito novas reflexões acerca da internet, e o assunto talvez não seja mais realizado no instante em que eles ocorrem.

Referências

ALDÉ, A.; *et al.* A Febre dos Blogs de Política. In.: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 33, Agosto de 2007.

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: um Balanço do Debate. In.: **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AMARAL, A. A Estética Cibergótica na Internet: Música e Sociabilidade na Comunicação do MySpace. In.: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol. 04, nº 09, p. 87-103. Março/2007.

AMARAL, A. Plataformas de Música Online. Práticas de Comunicação e Consumo Através dos Perfis. In.: **Contracampo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Universidade Federal Fluminense**. Niterói, nº 20, Agosto/2009.

AMARAL, A. Uma Breve Introdução à Subcultura Cyberpunk. Estilo, Alteridade, Transformações e Hibridismo na Cibercultura. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação. E-Compós**. Agosto/2005

AMARAL, A. Visões Perigosas: Para uma Genealogia do Cyberpunk. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação. E-Compós**. Agosto/2006.

AMARAL, A.; FRAGOSO, S.; RECUERO, R. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2012. (Coleção Cibercultura).

AMARAL, A.; MONTARDO, S. Pesquisa em Cibercultura: Análise da Produção Brasileira da Intercom. In.: **Logos 34. Estatuto da Cibercultura no Brasil**. Vol. 01, nº 34, 2011.

AMARAL, A.; MONTARDO, S.P. Pesquisa em Cibercultura e Internet: Estudo Exploratório-Comparativo da Produção Científica da Área no Brasil e nos Estados Unidos. In.: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 09, n. 18, Jul/Dez. 2010.

ANTOUN, H. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. In.: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 16, dezembro 2001.

ANTOUN, H.; MALINI, F. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. – Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura). 278p.

ANTOUN, H.; MALINI, F. Monitoramento, vazamento e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. In.: **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, 14(02): 68-76 maio/agosto 2012.

ANTOUN, H.; MALINI, F. Ontologia da Liberdade na Rede: A Guerra das Narrativas na Internet e a Luta Social na Democracia. In.: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº3, p. 286-294. Set/Dez, 2010.

ANTOUN, Henrique. (2003) **A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura**, Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/23859873/A-Multidao-e-o-Futuro-da-Democracia-na-Cibercultura-Multitude-and-the-Future-of-Democracy-in-the-Cyberculture>. Acesso em 06 de fevereiro de 2013.

ARAÚJO, L.M. The Face Book. In.: **Ciberlegenda**. Universidade Federal Fluminense, nº 26, Niterói. 2012.

ARDEVOL, E. Cibercultura/ Cibercultures: La cultura d'Internet o l'anàlisi cultural dels usos socials d'Internet. In.: **IX Congrés d'Antropologia FAAEE**. Barcelona, 2002.

ARDEVOL, E; ESTALELLA, A. Internet: Instrumento de Investigación y Campo de Estudio para la Antropología Visual. In.: <http://www.antropologiavisual.cl/estalella_&_ardevol.htm:. Acesso em 11 de julho de 2013.

ASSIS, E.G. **Táticas Lúdico-Midiáticas no Ativismo Político Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, RS. 2006.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. In.: **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 47, nº 4, pp. 703-728. Rio de Janeiro, 2004.

AZUAGA, D. **Danos Ambientais Causados por Veículos Leves no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético – Programa de Pós-Graduação em Engenharia. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

BERELSON, B. The State of Communication Research. In.: **The Public Opinion Quarterly**. Vol. 23, nº 01, (Spring, 1959), p. 1-6.

BRASIL. Lei nº 12.587/2012. Política Nacional de Mobilidade Urbana. In.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso dia: 05/02/2014.

CARVALHO, M.S.R.M. **A Trajetória da Internet no Brasil: Do Surgimento das Redes de Computadores à Instituição dos Mecanismos de Governança**. Dissertação de Mestrado (Engenharia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2006.

CARVALHO, R.L. Varão Ribeiro. **Harold Lasswell e o campo da comunicação**. 2012. 244 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CASTELLS, M. *Redes de Indignación y Esperanza*. Traducción: María Hernández Díaz. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 2012.

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; Revisão técnica Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** Tradução: Roneide Venancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. Vol. 1. 3ª edição. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP. 2000.

CAVALCANTE, R.F. Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. In.: **Comunicação, ensaios e complexidade**, Porto Alegre: Sulina, pp. 165-192. Disponível em: <http://www.compós.org.br> Acesso em: 06 de fevereiro de 2013.

CAVALCANTE, R.F. **Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Área de Especialização Estudo dos Media e do Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade de Lisboa. Março de 2010.

CGI. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico] : TIC Domicílios e Empresas 2012** = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT Households and Enterprises 2012 / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução /translation DB Comunicação (org.)]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

CORNFIELD, M. O Cívico, O Político, O Eleitoral e A Internet. In.: **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, vol. 2, n. 1, Fev./2001.

DIAS, E.C.; GOUVEIA, F.J.G. Mobilidade Urbana e Planejamento Urbano. In.: http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20131029201013.pdf. Acesso dia: 05/02/2014.

DIAS, R.S. Tematização e Circulação de Enunciados em Mídias Radicais, de Organização e Informativas pelos Movimentos de Resistência Global. In.: FERREIRA, J.; VIZER, E. (Orgs.) **Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e Coletivos em Ação.** São Paulo: Paulus, 2007. Coleção Comunicação.

DÍAZ-SALAZAR, R. Sociedad civil mundial, movimientos sociales y propuestas para una globalización alternativa. In.: **La red es de todos: cuando los movimientos sociales se apropian de la red.** Coord. Por Víctor Manuel Marí Sáez, 2004, ISBN 84 7884-273-X.

DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

DRUETTA, D.C. Internet, a Aposta na Diversidade. Tradução: Jully Denise Rodrigues. In.: FRAGOSO, S.; MALDONADO, A.E. (Orgs.) **A Internet na América Latina.** São Leopoldo. Ed. Unisinos, Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

EISENBERG, J. Política, Democratização e Cidadania na Internet. In.: **Ciência Hoje**. Vol. 29, nº 169. Mar/2001.

ESTEVES, J.P. Novos Media e Deliberação: Sobre Redes, Tecnologia, Informação e Comunicação. In.: **IC – Revista Científica de Información y Comunicación**. Pp. 171-191. 2010.

FELINTO, E. A Comunicação dos Autômatos: O Imaginário do Pós-Humanismo na Internet (Conclusões de uma Pesquisa). In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UnB. Brasília. 2006.

FELINTO, E. Em Busca do Tempo Perdido. O Sequestro da História na Cibercultura e os Desafios da Teoria da Mídia. In.: **Matrizes**. Ano 04, p. 43-55, nº 02. São Paulo. Jan./Jun. 2011.

FELINTO, E. O Pós-Humano Incipiente: Uma Ficção Comunicacional da Cibercultura. In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UERJ. Rio de Janeiro. 2005.

FELINTO, E. Think different: Estilos de Vida Digitais e a Cibercultura como Expressão Cultural. In.: **Revista FAMECOS**. Nº 37. Porto Alegre. Agosto/2008a.

FELINTO, E. Videotrash: o Youtube e a Cultura do “spoof” na Internet. In.: **Revista Galáxia**. Nº 16, p. 33-42. São Paulo. 2008b.

FRAGOSO, S. Conectibilidade e Geografia em Sites de Rede Social: Um Olhar Sobre as Relações entre Território e Identidade e a Permeabilidade On-Line/Off-Line a partir do Orkut. In.: **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 16, p. 109-121, Dez./2008.

FRAGOSO, S. Eu Odeio Quem Odeia... Considerações sobre o Comportamento dos Usuários Brasileiros na “Tomada” do Orkut. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Agosto/2006.

FRAGOSO, S.; REBS, R.R.; BARTH, D.L. Territorialidades Virtuais. Identidade, Posse e Pertencimento em Ambientes Multiusuário On-Line. In.: **Matrizes**. Ano 5, n. 1, Jul./Dez. 2011. São Paulo.

GARAY, O.A.R. Evolución de Internet en América Latina y el Caribe. In.: **Simposio Latinoamericano y del Caribe: Las Tecnologías de Información en la Sociedad**. Aguascalientes, México, 1999.

GARRETÓN M., M.A. La Transformación de La Acción Colectiva en América Latina. In.: **Revista de la Cepal** 76, Abril 2002.

GAYOSSO, B. Cómo se conectó México a la Internet. La experiencia de la UNAM. Colaboración: GONZÁLEZ, B.L. Disponível em: http://www.revista.unam.mx/vol.4/num3/art5/jul_art1.doc

GERMANO, M.G.; KULESZA, W.A. Popularização da Ciência: Uma Revisão Conceitual. In.: **Cad. Bras. Ens. Fís.**, vol. 24, n. 1, p. 7-25, abril. 2007.

GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 3ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2002.

GOHN, M.G. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. – São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação)

GONÇALVES, F.N. Resistência Nômade: arte, colaboração e novas formas de ativismo na Rede. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Agosto/2007.

GOODY, J.; WATT, I. **As Consequências do Letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

HABERMAS, J. A Nova Intransparência. Trad. Carlos Alberto Marques Novaes. In.: **Novos Estudos**, nº 18, set/ 1987.

HABERMAS, J. New Social Movement. In.: **Telos**, September 21, 1981. Pág. 33-37.

HAVELOCK, Eric. **A Musa Aprende a Escrever**. Lisboa: Gradiva, 1996 (primeira edição 1988)

HENRIQUES, M.S. WERNECK, N.M.D. (orgs.) **Visões do Futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOBSBAWM, E.J. **Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. Revisão Técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HOHLFELDT, A. Democracia Midiática na Sociedade Digital. In.: **Conexão – Comunicação e Cultura**. UCS, Caxias do Sul, vol. 08, nº 15, Jan/Jun. 2009.

INNIS, H.A. **O Viés da Comunicação**. Tradução: Luiz Cláudio Martino. Petrópolis, Ed. Vozes, 2011. (Coleção Clássicos da Comunicação Social).

IPEA. **A Mobilidade Urbana no Brasil. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil – Subsídios para uma Agenda de Pesquisa e Formulação de Políticas Públicas**. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. 2011.

KIRKPATRICK, D. **O Efeito Facebook**. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LACERDA, J.S. A comunicação digital e os desequilíbrios e esperanças em torno da definição de uma Sociedade da Informação: experiência latino-americana. In: **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación** [publicação da Asociación

Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación], Ano 1, nº 1, (2 semestre de 2004), São Paulo: Alaic, 2004, pp. 116-125.

LEÃO, L **O Labirinto da Hipermídia: Arquitetura e Navegação no Ciberespaço**. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 1999.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia**. – São Paulo: Paulus, 2010. – (Coleção Comunicação).

LÈVY, Pierre. Obra digitalizada: “**O que é o Virtual?**” – Tradução de Paulo Neves do original “Qu’est-ce le virtuel? Editora 34, 1996.

LOPES, R.E. *et. al.* Relato de Experiência: o Vídeo como Elemento Comunicativo no Trabalho Comunitário. In.: **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, 2002, vol. 10, n. 01.

LUZ, L. Ciberespaço Cubano: Uma Forma de Resistência ao Poder e à Censura. In.: **Revista Galáxia**. São Paulo, nº 20, p. 188-196, Dez/2010.

MALINI, F. A Opinião Pública Distribuída: Blogs e Jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Vol. 09, 2007.

MARQUES, F.P.J.A. Participação, Instituições Políticas e Internet: Um Exame dos Canais Participativos nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In.: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Computação**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 53-79. Jan/Jun, 2010.

MARQUES, F.P.J.A.; MIOLA, E. Internet e Parlamento. Um Estudo dos Mecanismos de Participação Oferecidos Pelo Poder Legislativo Através de Ferramenta On-Line. In.: **Revista da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Agosto/2007.

MARQUEZ, A.C.; MALINI, F. #SpanishRevolution: A Internet e Suas Narrativas como Uma Nova Forma de se Contar Histórias. In.: V Simpósio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, **Anais do V Simpósio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

MARTINO, L.C. Significação da Teoria em um Campo Diversificado. In.: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, RS, 2010.

MARTINO, L. C. “Pensamento Comunicacional Canadense: as contribuições de Innis e McLuhan”. IN: **Comunicação, Mídia e Consumo**, ano 5, vol. 5, n. 14, ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, novembro de 2008, pp. 123 148.

MARTINO, L.C. Contribuições para o estudo dos meios de comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.13, semestral, p.103-114, dez. 2000.

MARTINS, João. Um precursor desconhecido : a NSFNET e as redes pregressas da Internet. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Agosto, 2007.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político. In.: **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MCLUHAN, H.M. **A Galáxia de Gutenberg**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. Apresentação da edição brasileira de Anísio Teixeira. Coleção Cultura, Sociedade, Educação. Vol. 19. Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo. 1972.

MCLUHAN, H.M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari -- São Paulo: Cultrix, 2007. Título original: Understanding media: the extensions of man. 15ª reimpr. da 1ª ed. de 1964.

MELO, C. **A Racionalidade do Hipertexto. O uso dos programas navegadores de Internet como tema para discussão crítica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. 2002.

MELUCCI, A. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? In.: **Lua Nova**, São Paulo, 17, Junho/1989.

MEYROWITZ, Joshua. Medium Theory. In.: **Communication Theory Today**. Editado por David Crowley e David Mitchell. Stanford University Press. Stanford, Califórnia, 1994.

MIÈGE, B. **O Pensamento Comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Pág. 141. (Coleção Comunicação de Massa 8).

MITRE, M.; DOIMO, A.M.; MAIA, R. Movimentos Sociais, Internet e Novos Espaços Públicos: o caso da DH Net. In.: **Comunicação & Política**, n.s., v. X, n.1, p. 063-185, Rio de Janeiro, 2003.

MOLON, A. Marco Civil da Internet: em Defesa da Liberdade, Neutralidade e Privacidade. In.: **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico] : TIC Domicílios e Empresas 2012** = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT Households and Enterprises 2012 / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução /translation DB Comunicação (org.)]. - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

MONTARDO, S.P.; CARVALHO, C. Reputação e Web Semântica: Estudo Comparativo de Buscas Aplicado a Blogs. In.: **Comunicação, Mídia e Consumo**. Vol. 6, nº 16, p. 149-171. São Paulo, 2009.

MORAES, D. O Ativismo Digital. In.: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Lisboa**. P 1-15, 2001.

OFFE, C. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. In.: **Social Research**, vol. 52, n. 4, Social Movement (Winter, 1985). Pág. 817-68.

OLIVEIRA, I.L. **Hipertexto: O Universo em Expansão**. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Comunicação) – Universidade de Brasília, 1999.

OLIVEIRA, V.C. Comunicação, Identidade e Mobilização Social na Era da Informação. In.: PERUZZO, C.; BRITTES, J. (Orgs). **Sociedade da Informação e Novas Mídias: Participação ou Exclusão?** São Paulo: INTERCOM, 2002.

ONG, W. **Oralidade e Cultura Escrita**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ORREGO, C.; ARAYA, R. **Internet em Chile: Oportunidad para la Participación Ciudadana**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2002.

ORTIZ, P.H.F. Das Montanhas Mexicanas ao Ciberespaço. In.: **Estudos Avançados**. 19 (55), 2005.

OSMAN, T. **Egypt on the Brink: From Nasser to Mubarak**. Yale University Press. New Haven and London, 2010.

PIMENTA, F.P; RIVELLO, A.P.A.. Ciberativismo e Zapatismo. In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo – 07 a 10 de maio de 2008a.

PIMENTA, F.J.P.; RIVELLO, A.P.A. Zapatismo e Ciberativismo: a busca de uma conexão perdida. In.: **Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa – Comunicação para a Cidadania, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, RN. 2008b.

PIRES, A.B.; NÉSPOLI, L.C.M. Transporte Público: Qualidade, Custo e Tarifa Zero. In.: <http://www.antp.org.br/website/noticias/ponto-de-vida/show.asp?npgCode=5331C9F1-7EA1-460C-ACED-5CFDC408A421>. Acesso dia: 05/02/2014.

PRETTO, C. Não fazemos política como nossos pais. In.: **Revista Darcy – Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília**, nº 06, maio/junho de 2011. Pág. 12-17.

PRIMO, A. O Aspecto Relacional das Interações na Web 2.0. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Agosto/2007.

QUADROS, C.I. A Participação do Público no Webjornalismo. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Dezembro/2005.

REIS, L.; BARROS, S. Internet e Revolução no Egito: O Uso de Sites de Redes Sociais Durante a Convulsão Social que Derrubou o Governo Ditatorial Egípcio em 2011. In.: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e**

(Des)Igualdades. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.

RIGITANO, M.E.C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. In.: Trabalho apresentado no **I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades**, FACOM-UFBA. Outubro/2003.

RÜDIGER, F. A Reflexão Teórica em Cibercultura e a Atualidade da Polêmica sobre a Cultura das Massas. In.: **Matrizes**. Ano 5, nº 01, Jul/Dez 2011, São Paulo.

RÜDIGER, F. Breve História do Pós-Humanismo: Elementos de Genealogia e Criticismo. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Abril/2007.

RÜDIGER, F. Love On-Line: Paixão e Poder no Mundo da Cibercultura. In.: **Revista Galáxia**. São Paulo, nº 16, p. 61-77, Dez./2008.

SÁ, S.P. A Música na Era de Suas Tecnologias de Reprodução. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós**. Agosto/2006.

SÁ, S.P. Se vc gosta de Madonna também vai gostar de Britney! Ou não? Gêneros, gostos e disputa simbólica nos Sistemas de Reprodução Musical. In.: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E Compós**. Vol. 12, n. 02, Maio/Agosto 2009.

SÁ, S.P.; HOLZBACH, A.D. #u2youtube e a performance mediada por computador. In.: **Revista Galáxia**, São Paulo, n.20, p. 146-160. Dez./2010.

SARAIVA, A.C. A Ocupação da Câmara Legislativa do DF: um estudo de caso com foco no ativismo autonomista brasileiro. In.: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)igualdades**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Campus Ondina.

SARFATI, G.; TOUTIN, G. Análise Cognitiva do Terrorismo do ETA e da Al Qaeda. In.:
<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=4&layout=html&mode=preview>. Acesso dia 05/02/2014.

SCHERER-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? In.: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n.54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

SCHRAMM, W. The State of Communication Research: Comment. In.: **The Public Opinion Quarterly**. Vol. 23, nº 01, (Spring, 1959), p. 6-17.

SOUSA, J.K.L.L. **Contribuições, limites e desafios da Teoria do Meio**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Distrito Federal, fevereiro de 2003.

SOUSA, J. “O perfil da investigação sobre internet na pesquisa em Comunicação brasileira”. In: **Colóquio Internacional Teorias dos Meios de Comunicação no Brasil e no Canadá: história e atualidade**. Salvador, 2012.

SOUSA, J. **Caiu na rede é jovem?: o exercício do protagonismo idoso na internet**. 2009. 397 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, M.V. Redes de Comunicação no Terceiro Milênio: Um Desafio para a Cibercidadania. In.: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/marcio_vieira_de_souza.htm. Acesso dia 05/02/2014.

TANNER, E. Links to the World. The Internet in Chile, 1983-97. In.: **Gazette**. Vol. 61(1): 39-57. London, Thousand Oaks & New Delih. 1999.

TEJERINA, B. *et al.* O Movimento pela Justiça Global na Espanha: Ativistas, Identidade e Cartografia Política da Alterglobalização. In.: **Sociedade e Estado**, vol. 21, nº 01, Brasília. Jan./Abr. 2006

TORO, B. Mobilização Social: Uma Teoria para a Universalização da Cidadania. In.: MONTORO, T. (Org.) **Comunicação e Mobilização Social**. Vol. 01, Série Mobilização Social. Brasília: UnB, 1996.

TOURAINÉ, A. Os Novos Conflitos Sociais para Evitar Mal-Entendidos. In.: **Lua Nova**, São Paulo, 17, Junho/1989.

TRIVINHO, E. A Condição Transpolítica da Cibercultura. In.: Revista FAMECOS. Nº 31, Porto Alegre/RS. 2006.

TRIVINHO, E. Bunker Glocal: Configuração Majoritária Sutil do Imaginário Mediático Contemporâneo e Militarização Imperceptível da Vida Cotidiana. In.: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol. 05, n. 12, p. 11-34, Março/2008a.

TRIVINHO, E. Cibercultura e Existência em Tempo Real. Contribuição para a Crítica do Modus Operandi de Reprodução Cultural da Civilização Mediática Avançada. In.: E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto/2007.

TRIVINHO, E. Espaço Público, Visibilidade Mediática e Cibercultura: Obliteração Estrutural da Esfera Pública no Cyberspace. In.: Revista FAMECOS. V. 17, nº 03, p. 266-277. Porto Alegre, 2010.

TRIVINHO, E. O Bunker Glocal e seu Paradoxo: Dialética Operacional entre “Refechamento” e “Abertura” na Civilização Mediática Avançada. In.: **Revista Galáxia**. São Paulo, n.16, p. 17-32, Dez./2008b.

TRIVINHO, E. Visibilidade Mediática, Melancolia do Único e Violência Invisível na Cibercultura. In.: **Matrizes**. Ano 4, nº 2, Jan./Jun. 2011, São Paulo.

VERA, J.C; LAU, J. La Super Red Llega Hacia el Sur: la conexión de México a Internet. In: **Conferencia Magistral presentada en el 5º Foro Trinacional de Bibliotecas: Mexico/EUA/Canadá.** Org. ITESM – Campus Estado de México, México, DF. 1995.

VERA, R.G. La Sociedad de la Información en México Frente al uso de Internet. In.: **Revista Digital Universitaria.** Vol. 05, nº 08. México, 2004.

VILLARREAL FORD, T.; GIL, G. A Internet Radical. In.: DOWNING, J.D.H. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e nos Movimentos Sociais.** Tradução: Silvana Vieira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

VIZER, E. Movimentos Sociais: Novas Tecnologias para Novas Militâncias. In.: FERREIRA, J.; VIZER, E. (Orgs.) **Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e Coletivos em Ação.** São Paulo: Paulus, 2007. Coleção Comunicação.

WELLMAN, B. The Three Ages of Internet Studies: Ten, Five and Zero Years Ago. In.: **New Media & Society.** Vol. 6(1): 123-129. SAGE Publications. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. 2004.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Editorial Presença, Lisboa, Portugal. 1995.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Tradução: Isabel Crossetti – Porto Alegre, Sulina – 2ª Edição, 2007. (Coleção Cibercultura).

ZALD, M.N; McCARTHY, J.D.. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. In.: **American Journal of Sociology.** Vol. 82, nº 6, p. 1212-1241, Maio/1977.

APÊNDICE I – Entrevista com a representante do Portal Mobilize, a universitária Caroline Pires Marta. Ela tem 25 anos, é colaboradora no projeto, atuando como designer.

1. O Portal se define como “um espaço interativo para que cidadãos, ONGs, empresas e governos possam expor ideias, projetos e ações”, relacionadas à mobilidade urbana. Sob este conceito, como vocês acreditam contribuir para a melhoria da mobilidade urbana?

Caroline: Quando houve a ideia de criar o Portal Mobilize, o objetivo principal era reunir todo o conteúdo que estava espalhado na internet sobre Mobilidade Urbana Sustentável. A partir dessa ideia, nosso intuito era ser uma referência no assunto, o que acreditamos estar alcançando aos poucos. Além de reunir as informações, o objetivo do Mobilize é gerar conteúdo também, contribuindo para a sociedade, fornecendo dados, cobrando autoridades, fazendo entrevistas, matérias especiais, e até mesmo promovendo Concursos, fóruns e Campanhas para mobilizar as pessoas.

2. Vocês estão presentes em site, no Facebook, no Twitter, no Youtube e no RSS. Em que esta presença na internet contribui para o desenvolvimento da proposta do Portal Mobilize Brasil? Qual a diferença de uso de cada uma destas ferramentas?

Caroline: Quando o Portal foi lançado – em setembro de 2011 – o conteúdo que postávamos não tinha tanta visualização quanto agora. Percebemos que depois que começamos a cuidar da nossa página do Facebook (<https://www.facebook.com/portalmobilize>) e postar no Twitter (<https://twitter.com/portalmobilize>), o conteúdo passou a ter muito mais visualizações. Além disso, no Facebook é possível que as pessoas compartilhem o assunto de seu interesse, e isso gerou muita interação. Muita gente conhece o Mobilize por meio desses compartilhamentos. O Youtube (<http://www.youtube.com/user/MobilizeBrasil>) é um canal importante também. A ideia do Youtube era reunir os vídeos que tratam da Mobilidade Urbana Sustentável em um único lugar, e a partir dele gerarmos os links para guardamos na seção “Vídeos” do Portal (<http://www.mobilize.org.br/videos/>).

Todas as notícias são postadas diariamente no Twitter, e muita gente nos segue para receber esse conteúdo em tempo real. No Facebook, postamos somente as notícias mais relevantes. Além disso, as pessoas entram em contato conosco por meio desses

canais, enviando opiniões, sugestões de pauta ou até fazendo críticas e promovendo discussões sobre o tema, o que é muito importante para nós.

3. A contribuição de vocês restringe ao âmbito da internet ou vocês promovem ações fora da internet? Por quê?

Caroline: Nós promovemos ações fora da internet também. Além dos dois Fóruns Mobilize (em 2011 e 2013), que aconteceram na FGV, em São Paulo, já lançamos algumas publicações e campanhas como o Estudo Mobilize 2011, a Campanha Calçadas do Brasil (e o seu levantamento também), além da seção Acompanhe a Mobilidade e, recentemente, o I Concurso Mobilize Brasil de Ilustrações, que premiou um jovem artista com uma bicicleta, em comemoração à Semana da Mobilidade.

4. Vocês já organizaram alguma manifestação? Caso a resposta tenha sido positiva, como vocês planejaram o evento, ou ele foi espontâneo? Por que vocês optaram por este caminho (planejamento ou espontâneo)? Como a internet esteve presente antes, durante e depois desta manifestação?

Caroline: Ainda não organizamos uma manifestação, mas já participamos do ponto de partida de uma. Em 2011, após o lançamento do Estudo Mobilize, que fez um levantamento da situação da Mobilidade Urbana em diferentes cidades brasileiras, uma matéria do Jornal Nacional, da Globo, sobre o tema, mostrou uma comerciante comentando a ciclofaixa instalada pela prefeitura de São Paulo no bairro de Moema, zona sul da capital paulista: "então, me digam: onde minhas clientes, que são milionárias, irão estacionar seus carros? Elas terão que vir de bicicleta, de salto alto?!". A frase gerou uma manifestação intitulada "Pedalada do Salto Alto", onde ciclistas utilizaram a ciclovia de Moema usando salto alto. O editor do Mobilize, Marcos de Sousa, participou da manifestação, percorrendo os 3 km de bicicleta.

5. Alguns teóricos da comunicação chamam os manifestantes que lutam por uma causa somente pela internet, de ativistas de sofá. Como vocês entendem este aumento de membros talvez não tão ativistas?

Caroline: Nós valorizamos muito as discussões provocadas pelo conteúdo que colocamos no portal e nas redes sociais. Muitas dessas discussões contribuem para alguma mudança. Nenhum discurso pode ser menosprezado. Pela internet ou nas ruas, as pessoas estão num momento de explicitar as suas opiniões e interesses, e esse é o grande ponto de partida para todas as mudanças que buscamos no mundo. Parado ou calado ninguém faz nada. E sozinho, dificilmente.

6. Ainda sobre os membros das atuais manifestações, há pessoas que não utilizam o transporte público, ou não participam ativamente de alguns grupos, mas estão presentes nas manifestações públicas. Vocês acreditam que a internet contribuiu para a manifestação destes militantes solidários?

Caroline: Sim, como disse anteriormente, não devemos menosprezar nenhum discurso. Se está contribuindo para uma causa nobre, nós apoiamos. Nesse sentido, a internet contribui muito. As pessoas encontraram um meio de se unir a mais gente que compartilha dos mesmos ideais, e estão indo às ruas e lutando pelo bem comum. Apreciamos muito esse tipo de movimento e apoiamos as manifestações que contribuem para a melhoria das políticas públicas das cidades do mundo todo.

7. Quais tipos de mensagens publicadas na internet, e quais conteúdos veiculados vocês acreditam causar maior impacto na sociedade?

Caroline: Aqueles que propõem a melhoria da vida das pessoas.

8. Como você acredita que seria o Portal Mobilize Brasil, caso não existisse a internet?

Caroline: Difícil dizer, mas imagino que estaríamos engajados em produzir conteúdo, uma revista talvez, e investir na publicação de estudos que trouxessem relevância ao assunto no país.

9. Como vocês estabelecem um diálogo entre os membros efetivos do Portal Mobilize Brasil com as demais pessoas da sociedade?

Caroline: Nossos canais estão sempre abertos a qualquer pessoa que queira entrar em contato conosco. Além das redes sociais, temos um formulário de fale conosco no Portal, um endereço de email disponível (mobilize@mobilize.org.br) e enviamos semanalmente uma newsletter com um editorial e a seleção das principais notícias da semana, e algumas pessoas respondem esses e-mails. Além disso, existe o canal Mobilize-se, que permite que as pessoas deixem seus comentários diretamente no Portal, compartilhando situações ou até mesmo divulgando ações (<http://www.mobilize.org.br/mobilize-se/>).

10. Como vocês avaliam as manifestações da sociedade brasileira, em junho, durante o período da Copa das Confederações?

Caroline: Achamos muito relevantes as manifestações, porque elas contribuíram para ações reais na política, como o cancelamento do aumento das tarifas em diversas cidades do Brasil. O clamor público aqueceu a democracia no país,

devolvendo aos cidadãos a sensação de poder para melhorar a qualidade de vida e o Brasil como um todo.

11. O Mobilize foi fundado em 2003 e o Portal Mobilize foi lançado em 2011. Neste intervalo de tempo, como foram as atuações do Portal?

Caroline: A OSCIP Associação Abaporu foi fundada em 2003, portal foi fundado em 2011. Associação Abaporu foi fundada em 2003 por três jovens recém-graduados em administração pública pela FGV-EAESP (Luiz Henrique da Cruz Ribeiro, Luiz Carlos Covo Filho e Eduardo Rossi), contando com o forte apoio de uma profissional formada em Letras pela USP com experiência nas áreas de educação, recursos humanos e marketing (Cristina Ribeiro). O curso de administração pública, o contato com a realidade brasileira e a própria necessidade pessoal desses integrantes de colaborarem com o desenvolvimento da sociedade, fez com que vislumbrassem a possibilidade de juntos poderem colaborar para o desenvolvimento de projetos socioambientais e criar uma organização sem fins lucrativos.

A Associação Abaporu é, nesse sentido, fruto das inquietudes de um grupo de amigos frente às desigualdades sociais existentes no país e da grande credibilidade em uma intervenção socioambiental efetiva com um forte comprometimento com os resultados.

Em 2004, a Associação Abaporu criou o Programa Planeta Letras, que englobou seis diferentes projetos com foco em educação, cidadania e incentivo à leitura: Viagem pela Leitura, Bibliotecas Comunitárias, Salas de Leitura, BASE (Biblioteca de Apoio Sócio-Empresarial), Pontos de Leitura e Campanhas e Eventos de Leitura. Entre 2004 e 2011, estes projetos foram aplicados em dezenas de municípios da região metropolitana de São Paulo em parceria com instituições que atendem crianças e adolescentes.

Em 2008, o fundador Luiz Henrique (Ricky Ribeiro) foi diagnosticado com uma doença neurológica degenerativa chamada esclerose lateral amiotrófica (ELA).

Após mais de dois anos de dedicação aos tratamentos contra a doença, Ricky Ribeiro resolveu partir para uma ação mais social, abrindo uma nova área de atuação na Associação Abaporu. Começou a pesquisar sobre mobilidade urbana sustentável, quando descobriu que não existia um único endereço eletrônico que reunisse todos esses dados. Nasceu daí a ideia do Mobilize Brasil, o único portal brasileiro dedicado exclusivamente à temática de mobilidade urbana sustentável. Da ideia inicial ao lançamento, em setembro de 2011, foram oito meses de trabalho intenso do Ricky e

muita dedicação voluntária de um grupo de amigos que aderiram à causa da mobilidade sustentável.

Ricky Ribeiro é graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), com mestrado em Sustentabilidade pela Universidade Politécnica da Catalunha e MBA Executivo pela Universidade de Barcelona. Para o trabalho de construção do Mobilize Brasil, Ricky coordenou uma equipe de mais de 20 profissionais em vários pontos do país. Depois de perder os movimentos e a voz por causa da doença degenerativa, ele se comunica por meio de um equipamento, o Tobii eye, um leitor óptico que interpreta os movimentos da pupila. A doença é a mesma do físico Stephen Hawking, um dos principais cientistas da atualidade.

APÊNDICE II – Entrevista com o representante do Bicletada Floripa, o biólogo Daniel de Araújo Costa. Ele tem 46 anos e é ciclista do grupo, o qual não possui chefia e distribuição de cargos e funções.

1. O Bicletada Floripa se define como um “é um movimento no Brasil e em Portugal inspirado na Massa Crítica, onde ciclistas se juntam para reivindicar seu espaço nas ruas.”. Sob este conceito, como vocês acreditam contribuir para a melhoria da mobilidade urbana?

Daniel: Acredito que sim, pois estamos sempre divulgando, conscientizando e reivindicando o uso seguro da Bicicleta. Ao divulgar seu uso ensinando muitos que ainda não sabem se comportar no trânsito, estimulamos pessoas a utilizar a Bicicleta conferindo mobilidade aos mesmos, além de chamar a atenção dos motorizados (motoristas) para que tenham mais respeito ao CTB e com os ciclistas. A bicicleta sozinha não é a solução para mobilidade urbana, mas é uma grande parte dela.

2. Vocês estão presentes em blog, em site e no Facebook. Em que esta presença na internet contribui para o desenvolvimento da proposta do Bicletada Floripa? Qual a diferença de uso de cada uma destas ferramentas?

Daniel: A redes, blogs e sites servem para discussão, marcar eventos, divulgar notícias, agregar pessoas com os mesmos ideais e uso da bicicleta. As diferenças são dadas de acordo com as ferramentas, pois como comentado acima podemos usar para planejar passeios e eventos, conversar, divulgar informações, denúncias, cobrar do poder público algumas soluções, enfim levar informações para a Sociedade.

3. Como vocês conciliam a contribuição de vocês no âmbito da internet e fora dela? Qual a diferença de cada uma delas?

Daniel: A diferença é basicamente, sair da “virtualidade” e levar as ações para as ruas. Ainda sentimos uma presença muito grande na internet e pouca participação, comparando com o número de internautas, nas ruas, provavelmente por culturalmente a Sociedade Brasileira não ser “associativista” para as diversas questões coletivas.

4. Como vocês organizam suas manifestações? Elas são planejadas ou espontâneas? Por que vocês optaram por este caminho (planejamento ou espontâneo)? Como a internet esteve presente antes, durante e depois destas manifestações?

Daniel: Tem as planejadas e espontâneas, dependendo de cada situação. Depois da chegada da internet, ficou muito mais fácil comunicar rapidamente e a custo quase zero um grande número de pessoas. A Bicletada Floripa ocorre toda última sexta feira dos meses, é um evento planejado e divulgado nas redes sociais, assim como alguns pedais noturnos e a “peladada” (WNBR). Os espontâneos ocorrem normalmente por algum fato e que precisam de ação imediata, exemplo as Bicletas brancas ou bicicletas fantasmas (ghost bikes) e também ocorrem os “flashmobs”, ações que ocorrem nas pedaladas, como por exemplos circular rótulas, deitar no asfalto (protesto), encenação na rua, panfletagem, etc... Após os eventos a internet é sempre presente, divulgando as pedaladas através de fotos e relatos.

5. Alguns teóricos da comunicação chamam os manifestantes que lutam por uma causa somente pela internet, de ativistas de sofá. Como vocês entendem este aumento de membros talvez não tão ativistas?

Daniel: Como falei anteriormente, acredito ser uma questão cultural a falta de associação das pessoas para estas causas coletivas, mas que está mudando pouco a pouco. Realmente é muito mais fácil ficar apenas na internet (a internet é importantíssima atualmente), do que ter as vezes que “sacrificar” uma sábado, domingo ou dia qualquer e também pela falsa crença que temos, em achar que não adianta participar, mas que novamente afirmo, está mudando a cada dia que passa, a participação está aumentando, devagar mas está.

6. Ainda sobre os membros das atuais manifestações, há pessoas que não utilizam o transporte público, ou não participam ativamente de alguns grupos, mas estão presentes nas manifestações públicas. Vocês acreditam que a internet contribuiu para a manifestação destes militantes solidários?

Daniel: Sim, por exemplo, em Floripa temos 74% das pessoas que gostariam de usar a Bicicleta em seus deslocamentos, em alguns dias da semana, e não fazem o uso por medo (pelo mal e mau uso dos motorizados), falta de infraestrutura e desconhecimento da prática do uso da bicicleta no dia a dia. Ou seja, muitas pessoas acabam participando nos eventos, por acreditar que eles chamam a atenção da sociedade e poder público (cobrando soluções) para o uso seguro da bicicleta, além de ser um momento em que o grupo traz segurança para estas pessoas tenham a oportunidade de pedalar na cidade.

7. Quais tipos de mensagens publicadas na internet, e quais conteúdos veiculados vocês acreditam causar maior impacto na sociedade?

Daniel: Acreditamos que todas as informações são importantes, claro que alguns causam maior visibilidade pela curiosidade que despertam na sociedade, entre os ciclistas os relatos dos eventos e fotos chamam a atenção. Temos também muita informação técnica que ajuda a criar conhecimento sobre a bicicleta e seu uso. Difícil precisar qual conteúdo é mais ou menos impactante, mas com certeza a somatória deles conseguem conscientizar a sociedade.

8. Como você acredita que seria o Bicletada, caso não existisse a internet?

Daniel: A Bicletada não teria grandes modificações, mas a comunicação seria menos ágil e talvez uma menor participação.

9. Como vocês estabelecem um diálogo entre os membros efetivos do Bicletada com as demais pessoas da sociedade?

Daniel: Através das mídias existentes, nas próprias pedaladas, em um verdadeiro “boca a boca”. A celebração das ruas com as bicicletas é uma forma bem direta de estabelecer este vínculo com toda a sociedade, diversas vezes as pedaladas estão na mídia impressa, rádio e televisão.

10. Como vocês avaliam as manifestações da sociedade brasileira, em junho, durante o período da Copa das Confederações?

Daniel: Demonstram a insatisfação dos rumos de nossa sociedade e do governo, mas ao mesmo tempo muitos manifestantes têm “hábitos” que são a razão das manifestações. Precisamos agir (bom senso e honestidade), diria que é preciso pequenos sacrifícios individuais para beneficiar a coletividade.

APÊNDICE III – Entrevista com a representante do Tarifa Zero Goiânia, a historiadora Aline do Carmo. Ela tem 24 anos e membro do grupo atuante na capital do estado de Goiás.

1. Eu percebi que vocês prezam pela horizontalidade, assim não há hierarquia. Como, então, eu poderia nomeá-la? Como membro do Tarifa Zero Goiânia?

Aline: Sim, não há hierarquia. Pode me nomear sim como membro do Tarifa Zero Goiânia. Além da horizontalidade, prezamos também pela rotatividade de funções, hoje eu darei entrevista, a próxima vez que solicitarem entrevistas pode ser qualquer um outro que se disponha ou que seja decidido coletivamente entre nós. Não há funções específicas para nenhum membro, e todos participam das tarefas que temos.

2. O Tarifa Zero Goiânia se define como um “espaço de compartilhamento de informações e de discussão sobre mobilidade urbana e transporte coletivo na região metropolitana de Goiânia”. Sob este conceito, como vocês acreditam contribuir para a melhoria da mobilidade urbana?

Aline: Nós acreditamos contribuir para a melhoria da mobilidade urbana uma vez que discutimos sobre o funcionamento desta lógica em nossa cidade, levantando os problemas e construímos debates com a população que se movimenta pela cidade, a fim de, por exemplo, perceber quais são os interesses dos empresários do transporte, e quais são as demandas da população que utiliza o transporte coletivo, a partir disso, buscamos debater como é possível interferir e mudar uma lógica que visa o lucro e não o direito irrestrito a cidade, ou seja, pensamos uma mobilidade urbana que não esteja condicionada a interesses capitalistas. Acreditamos que, através da Tarifa Zero, a locomoção pela cidade pode melhorar e se tornar mais justa para os habitantes que vivem nela. Lutamos pelo direito a cidade, pois, como costumamos dizer: a cidade só existe para quem pode se locomover por ela.

3. Vocês estão presentes em blog, no Facebook, no Twitter, no Youtube e no RSS. Em que esta presença na internet contribui para o desenvolvimento da proposta do Tarifa Zero Goiânia? Qual a diferença de uso de cada uma destas ferramentas?

Aline: A internet para nós é vista como uma ferramenta que nos auxilia na divulgação de informações e dos debates que envolvem a discussão sobre Tarifa Zero, mas não é vista com um espaço de organização e construção da luta. No Blog, costumamos principalmente publicar textos de análises que fazemos sobre o transporte e sobre as lutas em Goiânia. Sempre que publicamos textos no blog, compartilhamos no facebook. No facebook buscamos também divulgar informações, imagens, vídeos, compartilhar notícias sobre o transporte da cidade e sobre outras lutas, além de eventos que realizamos, etc.

4. Como vocês conciliam a contribuição de vocês no âmbito da internet e fora dela? Qual a diferença de cada uma delas?

Aline: Na internet, todos os membros do TZ auxiliam no manuseio. Porém, nossa contribuição se dá principalmente em outros espaços, como debates em espaços públicos ou em escolas, buscando por diálogos com a população fora da internet, pois, apesar desta ser uma ferramenta que auxilia na divulgação da luta, não pensamos que ela cumpra o papel de debate e luta que almejamos. A diferença é que a internet nos fornece uma ferramenta de divulgação, enquanto os outros espaços são os espaços em que efetivamente buscamos construir nossa luta.

5. Como vocês organizam suas manifestações? Ela foi planejada ou foi espontânea? Por que vocês optaram por este caminho (planejamento ou espontâneo)? Como a internet esteve presente antes, durante e depois desta manifestação?

Aline: Primeiro, é importante frisar que as manifestações em Goiânia foram realizadas pela Frente de Lutas pelo Transporte, antes denominada de Frente de Lutas contra o aumento, o Tarifa Zero Goiânia foi um dos grupos que compôs a Frente. Logo, não eram só nossas essas manifestações. Mas, respondendo a pergunta, todas as manifestações foram planejadas fora da internet, principalmente porque entendemos que uma manifestação tem que ser bem construída e que temos que saber porque estamos manifestando, neste sentido, tudo era planejado e debatido. Definíamos o trajeto da manifestação somente após termos definido o objetivo, que era debatido por todos. Por exemplo, na primeira manifestação deste ano, em que paramos o centro por 4 horas, havíamos definido que entregaríamos uma carta para um

representante da CMTC com as nossas pautas de reivindicações, que foram debatidas. Todos os atos que fizemos tínhamos claro o que queríamos. Além do mais, nosso meio de divulgação era principalmente panfletagens, em escolas, terminais e pontos de ônibus. Somente após definir como seria o caráter da manifestação é que criávamos um evento no facebook. A internet ajuda, neste sentido, para divulgar o evento, mas o processo de construção se dá principalmente fora dela. Até porque, a internet, apesar de um meio eficaz de divulgação, é também hoje um meio de repressão que muito nos preocupa.

6. Alguns teóricos da comunicação chamam os manifestantes que lutam por uma causa somente pela internet, de ativistas de sofá. Como vocês entendem este aumento de membros talvez não tão ativistas?

Aline: Nós nunca chegamos a debater este assunto. Os militantes que conhecemos e que fazem parte do TZ o são porque participam de reuniões, pegam tarefas, e constroem um debate conjunto. Mas claro, nos atos apareciam pessoas que ficavam sabendo da manifestação pelo evento criado no Facebook, e iam e contribuía de maneira positiva.

7. Ainda sobre os membros das atuais manifestações, há pessoas que não utilizam o transporte público, ou não participam ativamente de alguns grupos, mas estão presentes nas manifestações públicas. Vocês acreditam que a internet contribuiu para a manifestação destes militantes solidários?

Aline: Provavelmente sim, nós tínhamos em nossa manifestação grande quantidade de pessoas não ligadas a grupos, que usavam ou não o transporte público. A internet provavelmente contribuiu para divulgar e chamar estas pessoas, no entanto, também há outros fatores, as panfletagens, os debates públicos e o diálogo com a população provavelmente são práticas que chamam, talvez mais, estes militantes solidários.

8. Quais tipos de mensagens publicadas na internet, e quais conteúdos veiculados vocês acreditam causar maior impacto na sociedade?

Aline: Acho que o que causa mais impacto atualmente, em relação especificamente ao tema de movimentos sociais e que é circulado na internet, são os conteúdos que mostram as práticas repressivas da polícia.

9. Como você acredita que seria o Tarifa Zero Goiânia, caso não existisse a internet?

Aline: Seria diferente, claro, mas a internet não é essencial para nós. Ela é um meio importante de divulgação, mas não é um meio importante de debate, se comparado a outros espaços. Se não tivéssemos, penso que poderíamos utilizar outros meios para acessar as pessoas. Como nossas atividades são em outros espaços, na rua, nas escolas, nas praças públicas, nos terminais, etc, penso que poderíamos criar novos meios de divulgar também os textos e as informações, com efeito semelhante.

10. Como vocês estabelecem um diálogo entre os membros efetivos do Tarifa Zero Goiânia com as demais pessoas da sociedade?

Aline: Procuramos sempre debater com as demais pessoas da sociedade. Em escolas, aulas públicas, debates, etc. Faremos um sarau sem catracas no dia 26 de Outubro, em uma praça pública, também com o intuito de dialogarmos com a população. Quando vamos a escolas, por exemplo, iniciamos um debate que não parta somente das discussões acumuladas dos membros efetivos, mas principalmente do que as pessoas pensam do transporte coletivo, a partir daí tentamos dar nossa contribuição instigando-os a pensar de maneira mais aprofundada sobre os problemas que envolvem o tema, sobre as possíveis mudanças e sobre a proposta de Tarifa Zero.

11. Como vocês avaliam as manifestações da sociedade brasileira, em junho, durante o período da Copa das Confederações?

Aline: Foi um momento bastante peculiar na história do país, e bastante positivo. A luta pelo transporte foi uma luta que unificou demandas do país inteiro, e partiu de movimentos que estavam se organizando, cada qual a seu modo, mas não só pela internet. Isto é bastante interessante. De repente, a luta contra o aumento da tarifa, que já vinha acontecendo em Porto Alegre, Goiânia, Aracaju e Natal, tomou proporções que não imaginávamos quando chegou a SP.

Em relação aos movimentos pelo transporte, surgiram em várias outras cidades discussões sobre Tarifa Zero, mobilidade urbana, direito a cidade, etc. Isso, por si só, já representa um grande avanço no debate e na luta. Porém, é preciso lembrar que não precisamos só de um número significativo

de pessoas nas ruas, mas também um número significativo de pessoas debatendo, participando ativamente das discussões que envolvem o transporte e as outras questões passíveis de serem discutidas e questionadas pela população.